

LARA GABRIELLA ALVES DOS SANTOS

**CAROLINA MARIA DE JESUS: ANÁLISE IDENTITÁRIA EM QUARTO DE  
DESPEJO - DIÁRIO DE UMA FAVELADA**

Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem - UFG Regional Catalão  
CATALÃO – GO - 2015

LARA GABRIELLA ALVES DOS SANTOS

**CAROLINA MARIA DE JESUS: ANÁLISE IDENTITÁRIA EM QUARTO DE  
DESPEJO - DIÁRIO DE UMA FAVELADA**

Dissertação de Mestrado vinculada à linha de pesquisa “Literatura, Memória e Identidade”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da UFG Regional Catalão, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre, sob orientação do Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges.

Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem - UFG Regional Catalão

CATALÃO – GO – 2015

LARA GABRIELLA ALVES DOS SANTOS

**CAROLINA MARIA DE JESUS: ANÁLISE IDENTITÁRIA EM QUARTO DE  
DESPEJO - DIÁRIO DE UMA FAVELADA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação  
Mestrado em Estudos da Linguagem da  
Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão,  
como quesito parcial para a obtenção do título de  
Mestre.

Aprovado em:

Comissão Examinadora:

---

Presidente, Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Valdeci Rezende Borges – RC/UFG

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>o</sup> Fernando César Paulino-Pereira – RC/UFG

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fabiana Carrijo – RC/UFG

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Imaculada Cavalcante– RC/UFG (Suplente)

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Luiz Humberto Martins Arantes– UFU (Suplente)

Para Olívia Ana Lopes.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Dr. Valdeci Rezende Borges, pela orientação e confiança.

Ao Professor Dr. Fernando César Paulino-Pereira pela motivação e orientação generosa durante a graduação, além da participação na qualificação e defesa desse trabalho. Devo a ele não somente a sugestão em estudar o tema da Identidade, como também muitos aspectos da minha formação profissional. Minha admiração, amizade e respeito todos os dias.

A Professora Dra. Fabiana Rodrigues Carrijo pela contribuição valiosa nesse trabalho.

Aos professores do Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem por me acolherem e fazerem desse processo prazeroso e enriquecedor.

A meus colegas de caminhada: Dóbia, Leíza, Letícia e Maykel. Pelo companheirismo, as trocas e principalmente amizade.

A meus amigos Núbia Mical, Sueyde Ferreira, Tiago Almeida, Taise Ferreira e Vitor Luiz. Amigos que sempre estiveram por perto, e ajudaram de uma forma ou de outra nessa caminhada. E a todos os outros que sempre dirigiram a mim palavras de incentivo e encorajamento.

A minha família sempre presente, mesmo na ausência. Em especial meu primo João Lucas, dentre eles, o que esteve mais perto.

A meus pais Joaquim Eustáquio e Rosa Helena, que acreditam e apoiam minha continua busca pelo conhecimento. Amo vocês!

A minha madrinha Ana Lúcia, por ter ensinado e inspirado desde cedo, o prazer pelo estudo.

A Renato, pela paciência e carinho de todos os dias.

A Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES) e a Universidade Federal de Goiás, cujo apoio foi crucial para elaboração deste trabalho.

A Carolina Maria de Jesus, por seu legado de testemunho e vida.

“Tem pessoas que saem das Universidades para ser escritora. Eu sai da favela. Sai do lixo. Sai do Quarto de Despejo. E meu nome corre o mundo”.

(Carolina Maria de Jesus)

## RESUMO

O presente trabalho oferece a reflexão acerca da formação identitária da autora Carolina Maria de Jesus, por meio da análise das narrativas de sua publicação *Quarto de Despejo- Diário de uma favelada* (1960) e as representações sociais presentes na mesma. O tema é abordado a partir de uma visão psicossocial, em um diálogo entre conceitos como identidade, memória, espaço, linguagem e cultura. Pensando a identidade como “identidade-metamorfose”, constituída na interação entre indivíduo e ambiente social, sendo um processo dinâmico de transformações permanentes. Carolina, uma catadora dos restos da cidade, de lixo, “sujeito histórico”, a partir de sua obra, um relato individual de sua história, produz uma representação acerca das identidades coletivas da favela do Canindé. A escolha da obra autobiográfica como objeto deu-se intencionalmente, pois descreve o percurso histórico de transformação social e de busca (ou não) de emancipação da autora/personagem. Além disso, também expressa o potencial de atribuição de novos sentidos à existência, na construção de uma identidade caracterizada por movimentos de reposição e/ou de superação, tendo em vista avaliar eventuais sentidos emancipatórios. A escritura de Carolina era o elo entre o mundo da favela e o mundo letrado. Munida dessa “arma”, imortalizou-se por meio do seu texto, apresentando passagens líricas, crítica social e consciência política, marcando e demarcando sua existência diante da sociedade e do universo literário.

**Palavras-chave:** Carolina Maria de Jesus; Identidade; Literatura; Favela.

## RESUMEN

El presente trabajo ofrece una reflexión acerca de la formación de identidad de la autora Carolina Maria de Jesus, por medio de la analise delas narraciones de su publicacion *Quarto de Despejo - Diário de uma favelada* (1960), y las representaciones sociales abarcadas por ella. El tema es abordado desde un punto de vista psicosocial, en un diálogo entre conceptos como la identidad la memoria, el espacio, el lenguaje y la cultura. Pensando la identidad como "identidade metamorfosis", constituida en la interacion entre individuo y ambiente social como un processo dinámico de tranformaciones permanentes. Carolina, que recoge los restos de basura de la ciudad, "sujeto histórico", por medio de su narracion, un relato individual de su historia, produce una representacion sobre las identidades colectivas de la favela de Canindé. La elección de la obra autobiográfica como objeto fué intencional, una vez que describe el percurso historico de transformacion social y de búsqueda (o no) de la emancipacion de la autora/personaje. Además, también expresa el potencial de asignar nuevos significados a la existencia, en la conctrucción de una identidad caracterizada por movimientos de reposición y/o superación, en vista de evaluar cualquier manera emancipatoria. La escritura de Carolina era la conexión entre el mundo de la favela y el mundo alfabetizado. Con esta "arma", fue inmortalizada por medio de su texto, con pasajes líricos, crítico social y conciencia política, marcando su existencia para la sociedad y para el universo literario.

**Palabras Clave:** Carolina Maria de Jesus; Identidad; Literatura; Favela.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I. CULTURA, IDENTIDADE, ESPAÇO E OUTROS CONCEITOS.....	22
1.1 A favela: o espaço/território em Quarto de Despejo.....	23
1.2 Cultura e Linguagem no diário de Carolina de Jesus.....	34
1.3 Memória no diário de Carolina.....	37
1.4 Identidade.....	41
CAPÍTULO II. SOBRE CAROLINA MARIA DE JESUS, SUA TRAJETÓRIA, SEU TEMPO/CONTEXTO E SEUS ESCRITOS.....	50
2.1 Carolina Maria de Jesus.....	50
2.2 História, Literatura e escrita Autobiográfica no diário.....	56
CAPÍTULO III. ANÁLISE IDENTITÁRIA NA ESCRITURA DE CAROLINA MARIA DE JESUS .....	62
3.1 Identidade de Carolina.....	63
3.2 Os papéis Identitários de Carolina Maria de Jesus.....	68
3.2.1 Carolina Mãe.....	68
3.2.2 Carolina catadora de lixo e favelada.....	75
3.2.3 Carolina Escritora, poeta.....	82
3.2.4 Carolina mulher, negra.....	86
3.2.5 Carolina contestadora política.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	93
REFERÊNCIAS .....	95

## INTRODUÇÃO

A história de vida de um indivíduo é um fator primordial para entendimento do processo de constituição de sua identidade e sua interação/relação com a sociedade, a cultura, o espaço e o tempo em que viveram. Este trabalho tematiza, de forma reflexiva, a formação identitária da escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977) e suas relações com a cultura, com o espaço e a memória a partir de seu texto autobiográfico *Quarto de Despejo - Diário de uma favelada*<sup>1</sup> (2005). No livro, Carolina, uma catadora dos restos da cidade, de lixo, registra, na forma de diário, o seu dia-dia na extinta favela Canindé, na cidade de São Paulo de meados de julho de 1955 (com algumas interrupções), até o fim dos anos de 1950. Traduzido em mais de treze idiomas, e com tiragem de venda nacional superior a oitenta mil exemplares, sua narrativa se passa entre 15 de julho de 1955 a 31 de dezembro de 1959.

O objetivo deste trabalho, seu propósito, é a investigação sobre a constituição da identidade de Carolina, a partir das teorias de Antônio da Costa Ciampa e Stuart Hall, abordando os aspectos já anteriormente mencionados como espaço, memória e cultura por meio das narrativas presentes em seu livro diário. Tomamos, por meio do primeiro autor, a identidade configurada numa totalidade contraditória, múltipla e mutável, onde o indivíduo sempre é único na multiplicidade e na mudança, e se revela naquilo que oculta. Identidade como junção de vários fatores. Iniciada pelo nome Carolina, escolhido pelo grupo familiar, chegando então, no decorrer da existência, em um ponto onde ela, como indivíduo, consiga nomear suas vontades, desejos, qualidades e ações. Ou como coloca Hall (2011), uma articulação da igualdade e da diferença. A identidade tem seu desenvolvimento determinado por condições históricas, sociais e materiais e subjetivas dadas, somadas ainda às formas como o próprio indivíduo elabora tais condições. Desta maneira, a concretude da identidade está em sua temporalidade: passado, presente, futuro. É, portanto, síntese de múltiplas e distintas determinações. (CIAMPA, 2005)

Consideramos a autora como “sujeito histórico”, que a partir de sua obra, um relato individual de sua história, produz uma representação acerca das identidades

---

<sup>1</sup> Neste trabalho é utilizada a 8ª edição, do ano de 2005, da obra *Quarto de Despejo- Diário de uma favelada*, doravante citada apenas por suas iniciais – Q. D.

coletivas da favela Canindé. O desafio da discussão identitária exige que se abram espaços de interlocuções permanentes com disciplinas afins e múltiplos autores, tendo em vista a complexidade desse conceito e sua característica multifacetada. Intenta-se, também, discutir o processo de socialização do indivíduo e o caráter político e psico-sócio-histórico do processo de constituição das identidades. Segundo Almeida (2005 p. 3-4):

A noção de identidade tem se mostrado fecunda para o conhecimento de processos de mudança nas formas como os indivíduos se situam no mundo e em suas relações a partir de redefinições pessoais e da adoção ou manutenção de modos autônomos de gerir a vida. Ela nos permite desvelar como os processos de conformação e de alocação de lugares sociais informam a formação dos indivíduos e normatizam a expressão de seus desejos e projetos em nome da reprodução de sistemas de vida nem sempre propícios à ampliação das experiências sociais e à mudança de padrões tradicionais de reconhecimento social. Permite, também, considerar a participação do indivíduo na construção de seu modo de ser no mundo e de sua apresentação nas relações interpessoais. Tendo em mente o interesse emancipatório, a identidade afigura-se uma ferramenta importante para dar conta, por um lado, dos processos de ‘emudecimento do outro’, que induzem a conformidade e a mesmice e, por outro lado, dos processos de auto-reflexão e entendimento que estão na base da autonomia e da assertividade pessoal.

O indivíduo Carolina não é mais algo, ela é o que faz e, portanto, é considerada produto e produtora, autora e personagem, que se constrói através da atividade social, num determinado momento histórico. Tentar compreender o sujeito Carolina por meio da análise identitária implica em acompanhar as constantes mudanças, as diferentes representações que podem conformar tanto a expressão do movimento de *alterização* quanto à impressão do mesmo. Buscar abordar a identidade de uma pessoa, especificamente de uma favelada, é procurar compreender o entrelaçar das falas em diálogo com conceitos que lhe dão uma forma como espaço, território, cultura e tempo (memória e história). E isso Carolina fez, de forma bem sucedida, em Q. D, quando a, até então, catadora de lixo foi descoberta pelo jornalista Audálio Dantas, da *Folha de São Paulo*, em uma entrevista com os moradores da favela. Curioso, resolveu abordá-la ao ouvir o que ela dizia aos vizinhos da Canindé em mais uma das várias discussões em que os ameaçava colocá-los em seu livro. Com sua ajuda, os rascunhos tornaram-se verdadeiramente livro e esse foi publicado e colocado comercialmente no mercado em 20 de Agosto de 1960.

Em um curto intervalo de tempo Carolina tornou-se uma celebridade internacional, ocupando lugar de destaque na história editorial brasileira, latino-americana e até mundial. O diário da favelada, nos últimos 35 anos, segue denunciando uma realidade perversa e ainda extremamente atual, pois a temática revela problemas sociais presentes ainda hoje em grandes centros do país que não afetam somente a identidade de um sujeito, mas a identidade coletiva do humano genérico (HELLER, 1979).

Carolina, em sua literatura, nos mostra sempre uma síntese de si, a imagem que tem e constrói dela própria, de seu “eu” e a dos “outros”, contribuindo para pensarmos a identidade sempre de modo relacional: fruto da relação do eu com o outro - identidade/alteridade. Nesse caso, os “outros” em questão são os indivíduos com quem ela convivia no seu dia a dia pelas ruas da cidade, ou mesmo os que, como ela, habitavam na extinta favela do Canindé, na cidade de São Paulo, vivendo em condições de marginalidade na sociedade brasileira. Seu texto é um relato do cotidiano, direto e cru, onde se constrói uma representação forte de si e do outro e (única) da dinâmica social urbana, vista por aqueles que foram lançados à margem.

É preciso uma reconstrução histórica do cenário nacional da década de 1950, período em que se inserem os escritos e relatos de Carolina, para clarear mais os processos abordados por ela no transcorrer da narrativa. Essa década foi marcada por muitas transformações socioeconômicas, sendo considerada, por muitos historiadores, como um divisor de águas para a compreensão da história do país e de sua sociedade. O Brasil vivia seu período de redemocratização iniciado com o governo de Getúlio Vargas (1951-54) e sua política nacionalista, sendo sucedido por Juscelino Kubitschek (1956-61), com seu projeto desenvolvimentista e internacionalizante da economia brasileira.

Segundo Boris Fausto (2002, p. 224-31), Getúlio iniciou seu governo tentando desempenhar, nas condições de um regime democrático, um papel que já desempenhara: o de árbitro diante das diferentes forças sociais e políticas. Promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização como, por exemplo, a criação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), que estava diretamente orientado para o propósito de acelerar o processo de diversificação industrial. Mas sofreu com o descontrole da inflação, além de divergências de interesses dos setores sociais conservadores, tornando forte, mais tarde, o movimento para sua renúncia. E na manhã de 24 de agosto de 1954, suicidou-se em

seus aposentos no Palácio do Catete, uma expressão de seu desespero pessoal, mas com profundo significado político.

Comparados aos anos do governo Vargas (1930 a 1945 e 1951 a 1954), os anos seguintes, no comando de Juscelino Kubistchek (1956-61), foram de estabilidade política, embalados por altos índices de crescimento econômico, pelo sonho e pela realização da construção de uma nova capital federal, Brasília. Sua política econômica foi definida no Programa de Metas, promovendo ampla atividade do Estado tanto no setor de infraestrutura como no incentivo direto à industrialização. Na memória coletiva, os cinco anos do governo JK são lembrados como um período de otimismo associado a grandes realizações, havendo, portanto, a euforia do desenvolvimento. O entusiasmo, no entanto, não alcançava a grande massa, como sinaliza Carolina em Q. D e como também revelou a eleição de três de outubro de 1960.

O custo de vida faz o operário perder a simpatia pela democracia. Quem lê o que Dr. Adhemar disse nos jornais que foi com dor no coração que assinou o aumento, diz: - O Adhemar está enganado. Ele não tem coração. Se o custo de vida continuar subindo até 1960 vamos ter revolução! (JESUS, p. 99-115, 2005)

Adhemar de Barros (1901-1969), a quem Carolina remete, era político conhecido. Já havendo sido interventor federal no Estado (1938-1941) e governador de São Paulo no período de 1947 a 1951, além daquela fase em transcurso, no momento da escritura do diário, como prefeito (1957-1961), eleito pelo voto popular. Era um dos mais importantes líderes políticos a conduzir o processo de industrialização que começava a se desenvolver e se prolongou até o final da década de 1960. Entre o início de sua carreira, como deputado estadual, em 1934, e sua cassação pelo regime militar, 32 anos depois, ele colecionou feitos administrativos, suspeita de desvios de dinheiro público e muita polêmica. Carolina, que viveu nesse período, por várias vezes, faz menção a ele em seus relatos, como na citação acima. O faz para, entre outras coisas, criticar e opinar sobre as condições de vida da população nesse período, as dificuldades e mazelas a que eram acometidas, principalmente, a parcela mais pobre, a qual ela também fazia parte.

Segundo Paulo Sérgio do Carmo (2000, p. 19-22), na década de 1950, falava-se de “dois Brasis”, pela existência da distância social entre ricos e pobres, mas que mesmo assim parecia menor. A pobreza não se expressava ainda em termos de ódio e

medo, e havia muito mais malandragem do que delinquência e violência gratuita. O país respirava num clima de efervescência cultural e de redemocratização. O espaço público estava reservado ao homem, e não ao automóvel, mas o beijo ainda requeria a paciência de muitos dias de inocentes conversas. Mulher desquitada não gozava de boa reputação, e não havia divórcio no Brasil daquela época. Carolina era mãe solteira de três filhos, cada um de um pai. A falta da figura de um marido também a perseguia, mas retrucava a quem quisesse afirmando que preferia ser assim, livre, que homem algum entenderia seu gosto pela literatura e o modo que levava sua vida junto aos filhos catando lixo nas ruas de São Paulo.

Carolina nasceu em 14 de março de 1914 na cidade de Sacramento, no Estado de Minas Gerais, onde passou sua infância e adolescência. Após sair de Sacramento aos dezesseis anos de idade, acompanhando a mãe, foi residir na cidade de Franca, no estado de São Paulo. Trabalhou de faz-tudo na Santa Casa de Franca, e mais tarde trocou empregos servis, que mal garantiam casa e comida, pela aventura da grande cidade. E em 1947 chegou à capital paulista e, com madeiras sobradas de obras e papelão, fez seu barraco na Canindé, após vagar por um tempo na cidade, passando frio e dormindo sob viadutos. Veio a se tornar catadora dos restos da cidade, e dos vários materiais que conseguia recolher, muitos papéis eram guardados para que pudesse escrever, e o sucesso da autora, pode se dizer, está intimamente ligado a esse interesse pela literatura (SANTOS, 2009, p. 138-9).

Tratando de suas experiências, anotadas em seu diário, sobretudo, ao longo da segunda metade dos anos de 1950, o livro veio a público em um momento em que nos meios artísticos e intelectuais de esquerda brasileiros, era central o problema da identidade nacional e política do povo brasileiro; buscavam-se suas raízes e também romper com o subdesenvolvimento e a marginalização, conforme Marcelo Ridenti (2014, p. 1). Em uma postura revolucionária romântica, valorizava-se a vontade de transformação e a ação dos seres humanos para mudar a História, visando à construção de um novo homem, para o qual o modelo estava no passado, na idealização de um autêntico homem do povo, com raízes rurais, do interior do Brasil, exaltando o indígena e a comunidade negra. Visa-se retornar uma comunidade inspirada no homem do povo, cuja essência estaria no espírito do camponês e do migrante favelado a trabalhar nas cidades. Buscavam-se alternativas a modernização da sociedade que não implicasse na desumanização, no consumismo, no império fetichista da mercadoria e do dinheiro (RIDENTI, 2014, p. 8-10).

A brasilidade revolucionária define-se a despeito de sua heterogeneidade, por uma aposta comum “nas possibilidades da revolução brasileira, nacional-democrática ou socialista, que permitiria realizar as potencialidades de um povo e de uma nação”. A formação dessa vertente específica da cultura moderna brasileira coincide com a emergência de novos setores sociais (como descendentes de imigrantes e migrantes, favorecidos pela relativa abertura do sistema educativo) no aspecto da intelectualidade, que provocou transformações significativas na composição social dos grupos intelectuais. A rememoração do passado, das “raízes populares nacionais” servia de combustível “romântico-revolucionário” para traçar um caminho alternativo de modernização, que pudesse romper com as fronteiras do capitalismo. (QUERIDO, 2011, p. 291).

Q. D surgiu nesse contexto e foi recebido com muita atenção por tais ideias presentes entre nossa intelectualidade. Parece que, para além da incontestável influência dos meios de comunicação de massa e da indústria cultural a partir dos anos de 1960 - e da tradicional postura crítica ao capitalismo entre artistas e intelectuais-, a resposta à opinião política desses meios de comunicação passa pelas dificuldades de identidade e de representação de classe, especialmente, das subalternas, como a que pertencia Carolina. É nessa perspectiva de quase fusão entre política e cultura, momento em que as classes ditas populares estavam praticamente fora da cena política, que se deve entender o episódio do surgimento do livro diário. Movimentos culturais da época procuravam não ser passadistas, estavam sintonizados com o progresso, o desenvolvimento, a modernidade, para romper com o atraso da nação e do povo brasileiro.

O progresso industrial seria desejável, mas não dentro da modernidade capitalista. O anseio era de buscar um desenvolvimento que perseverasse a comunidade e respeitasse as atividades vitais do homem brasileiro. É justamente essa busca da comunidade inspirada no passado para moldar um futuro alternativo à modernidade capitalista que caracterizava o romantismo revolucionário, e nesse sentido a figura de Carolina e seu relato de migrante favelada abarcava a identidade coletiva da classe subalterna, aquela mesma pretendida das raízes populares nacionais e ansiada pela classe intelectual. (RIDENTI, 2000, p. 54-5, 87).

Portanto, nessas circunstâncias da década de 1950, é possível perceber uma contradição crescente no campo da cultura brasileira, que se agravaria nas décadas seguintes e expressava os dilemas de uma sociedade excludente, desigual e conflituosa.

Para as camadas populares, as transformações socioeconômicas desse período consolidaram uma cultura de massa urbana. O popular irrompia sob as mais diversas formas, tanto na política como na cultura, sem necessariamente caracterizar uma relação de “reflexo” da primeira sobre a segunda. Portanto, a cultura era mais uma lente pela qual a sociedade se representava do que um espelho que refletia a “realidade” das estruturas econômicas e políticas. O real e o imaginário se entrecruzavam e a luta pela articulação desses dois elementos e sua inculcação coletiva fermentava o movimento da História. O resultado desse processo é que o país descobriu, ou melhor, reinventou as imagens sobre seu povo, de acordo com Marcos Napolitano (2006, p. 16-7, 29, 35).

Em tal contexto, de valorização das manifestações do povo, após o sucesso com o livro diário, Carolina lançou outros títulos como: *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços de fome* (1963) e *Provérbios* (1963), que diferente do primeiro não alcançaram prestígio nacional. Sendo assim, caiu no esquecimento.

Para Souza (2012, p.69-75), após o lançamento de Q. D. o contexto socioeconômico e cultural brasileiro parecia haver piorado. Parecia também faltar à crítica brasileira no momento da recepção da obra a compreensão da luta interna de Carolina. A crítica exigiu da autora justamente aquilo que ela não poderia oferecer, um domínio da arte literária padronizada e uma coerência ideológica impensável para alguém cuja preocupação cotidiana estava na incerteza do que haveria diariamente para se comer. Desprezaram os pontos fortes de sua escritura e pareciam esquecer assim da sua origem.

Sua falta de definição política é o corolário de sua condição social. E, sem conseguir atinar para a particularidade da obra caroliniana, a crítica nacional perde-se muitas vezes na questão da legitimação ou não dos seus textos. Segundo Miranda (2013, p. 19), embora a autora tangencie na linguagem a sua experiência concreta, esta experiência toma corpo na palavra, e o sujeito que é narrado torna-se signo, um ser de linguagem, e assim, dividido, disperso e disseminado na elaboração escrita. Nesse sentido, considerar a obra de Carolina apenas como documento é falha ao deixar escapar a sutileza de uma escritora que aliou a matéria histórica de sua experiência social à sua criação narrativa. Olhar para a obra de Carolina apenas como documento de uma época implica ainda em outro ponto importante, que é retirar de sua escritura a dimensão estética e privá-la de sua pertença ao campo literário.



A uma mulher negra, pobre e semianalfabetizada não fora dado o direito ao discurso literário, mas tão somente o da legitimidade da voz para denunciar um estado de coisas que, de resto, incomodava a muitos na época dos “anos dourados”: a proliferação das favelas na cidade onde o capitalismo apresentava maior grau de desenvolvimento do país. (MIRANDA, 2013, p. 20)

No Brasil, Carolina, não obteve o reconhecimento literário que merecia, como de um pensamento elaborado com contornos estéticos, em que forma e conteúdo, texto e contexto, constituem uma dicção narrativa própria. Mesmo levando em conta que a crítica não se desvincula dos processos históricos, posto que a análise literária é tão inscrita na história quanto a própria obra.

Mas no exterior, foi tida como metáfora da resistência social, política e de gênero. Sua literatura era de discurso forte e decidido, que falava dos oprimidos, dos miseráveis, dos esquecidos, dos negros, das mulheres abandonadas ou espancadas pelos maridos e das sem marido. Falava daquilo que conhecia e que lhe era tão íntimo, muitas vezes de forma idealizada, como quando diz do seu desejo de publicar seu livro e ser reconhecida como escritora, em suma, sobreviver de sua escrita. O processo de mudança é constante e Carolina tornou-se algo que não era ou tornou-se algo que já era e que estava embutido dentro de si. Em cada momento de sua vida, embora seja ela uma totalidade, manifesta-se partes de si como desdobramento das múltiplas determinações as quais está sujeita. Isso configura sua identidade como algo não fixo e sim mutável, uma construção, um efeito, processo de produção e até mesmo um ato performativo. Ligada a estruturas discursivas, narrativas e ainda a sistemas de representação.

A trajetória da autora, até sua morte, foi incomum, e, segundo Meihy e Levine (1994) implicava na visão de um lado pouco mostrado da cultura brasileira: “a luta cotidiana de uma mulher “de cor”, pobre e desprovida de favores do Estado, de organismos sociais, de instituições e até de amigos”. (p.19) Remetendo não apenas a ela, mas de todos os despossuídos legados ao anonimato. Carolina, em sua produção, diz do início de uma série de problemáticas sociais estruturais contemporâneas que se fazem existir no campo literário e que se redimensionam para a crítica. E, a exemplo disso, se podem citar as noções de experiência, margem, real, ficção presentes em sua obra. A autora escreve para denunciar a favela e para sair dela, e diferenciando-se dos outros moradores, luta contra o rebaixamento a que estavam sujeitos os miseráveis, num

momento em que se anunciava a industrialização de São Paulo e o novo salto modernizador do país (ARANHA, 2004).

Q. D. conta tanto das ruas de São Paulo como metrópole, da cidade símbolo de desenvolvimento e progresso nacional, como também das ruas da favela Canindé, diz em um mesmo dia de flores e lama, do negro, do migrante, dos marginalizados, de maneira geral. Narra, num só movimento, vários momentos temporais, permitindo, assim, que Carolina faça reflexões acerca do instante da produção de sua escritura e de momentos anteriores, passados. A favela é descrita em seus piores aspectos: a violência, a inutilidade da vida, a repetição do eterno quadro da fome e da luta pela sobrevivência. Carolina vivia do que a sociedade descartava. O rejeito da sociedade consumista paulistana era para ela o seu meio de vida. No mundo da favela o que se vive é a concretude da pobreza mais absoluta. Os temas presentes em Q. D são a falta de recurso e a sua luta pela sobrevivência. O trabalho resume se a conseguir a sucata e vendê-la para comprar comida e consumir imediatamente. Segundo Souza:

A vida de Carolina está encerrada nesse espaço-temporalidade: buscar água, catar lixo, vender lixo, comprar comida, fazer a comida, dar a comida aos filhos, banhar os filhos, leva-lós a escola, refazer o mesmo percurso (ou um outro já definido anteriormente), lavar roupa etc., recomeçar tudo, sempre. (SOUZA, 2012, p.84).

O fato de Carolina escrever parecia, muitas vezes, um sinal de ociosidade para os demais da favela. Apesar de narrar uma imobilidade de sua condição social de favelada, ela mostra, pelo relato cotidiano, seu desejo de construir uma experiência de vida calcada na escrita da vida. É na repetição dos seus dias, que acaba construindo sua literatura através de uma experiência singular, subjetiva em busca de afirmação. Carolina destaca-se da coletividade da favela, que é também personagem em Q. D., para realizar a experiência e seu desejo de ser escritora. Ela se identifica com a classe letrada (a mesma que a refuga, a exclui) herdeira de uma tradição literária, e é para ela que escreve. Sua escritura é interessada, porque é um projeto de ascensão social, ainda que mais tarde, após passado o sucesso de Q. D., tenha se mostrado como equivocado. Ao mesmo tempo em que Carolina repõe uma identidade *dada* como original no interior do grupo social que está inserida, ela também se distancia dela, ao assimilar e representar em seu universo simbólico essa identidade e transformá-la segundo suas singularidades

enquanto sujeito. Sem esse movimento seria, segundo Ciampa (2005), impossível à metamorfose, e a identidade seria apenas *mesmice*, sempre igual a si mesma.

Para a autora, seu público não está entre os vizinhos e demais moradores da Canindé, mas sim, na Cidade Jardim. Escreve para um público ideal, letrado, capaz de entender seu desejo de escritura, coisa impossível à maioria analfabeta da favela. Carolina se achava requintada, porque buscava imitar o estilo de literatura que faziam os grandes nomes literários da época. Mas, enquanto também personagem do diário, volta-se sobre si mesma e para sua condição de favelada também. (SOUZA, 2012, p. 23-28).

Não se pode afirmar com certeza que Carolina foi lida por pobres ou que os tenha influenciado, mas sua relação com a comunidade da Canindé, na qual viveu por quase dez anos, foi sempre hostil. A relação com esse espaço é dada pela entidade situada, de referência e um observador, no caso a própria autora/personagem. Ao mesmo tempo em que falava da miséria, clamava com força por mudanças na vida. Maldizia seus vizinhos e companheiros de infortúnio; era surpreendente e, ao mesmo tempo, contraditória. Morar na favela era se condenar duas vezes à pobreza: aquela gerada pelo modelo econômico e pelo modelo territorial a ele inerente.

Algum tempo depois do sucesso de seu livro e da mudança da Canindé, não se adaptou à vida de escritora famosa e nem aos padrões exigidos pela ética social, e voltou à condição de vida precária. Seu nome, na atualidade, para muitos, ainda é completamente desconhecido e poucos sabem sobre sua trajetória ou feitos, aceitação ou rejeição na sociedade da época. Mas, não se pode negar que Carolina foi dona de uma personalidade forte e polêmica, que naquele período, princípio da década de 1960, fez com que a literatura brasileira e estrangeira vivesse dias de alvoroço. E, e ainda hoje, após quase seis décadas, é uma expressão literária representante de uma narrativa brasileira no exterior, a qual retrata um cenário social que não se esgotou, pois a desigualdade social e a miséria, ainda, são problemas persistentes no país.

Desta forma, Carolina nos apresenta uma representação da favela e suas problemáticas. Na Canindé, os favelados são desunidos, preconceituosos, egoístas, medíocres, agressivos e felizes, desmentindo, assim, idealizações arraigadas em muitas leituras romantizadas, como de setores da esquerda. Por outro lado, Q. D. também confirmou fatos conhecidos. Na Canindé se vivia da mão para a boca: se ganhava para depois, então, se comer. O livro é mais do que o retrato de uma favela. É a denúncia das condições de vida de uma comunidade marginalizada, para alguém que dispunha de

poderosa arma e que soube utilizá-la, como nenhum outro: a palavra (SANTOS 2009; GONÇALVES & NASCIMENTO, 2011).

Logo tais aspectos, tanto literários, quanto da trajetória pessoal, justificam a escolha de Q. D., neste trabalho, para se pensar, de forma reflexiva, a questão da constituição da identidade de Carolina e também da sociedade contemporânea brasileira. A escolha da obra autobiográfica como objeto se deu intencionalmente, pois descreve o percurso histórico de transformação social e de busca (ou não) de emancipação da autora/personagem. Além disso, também expressa o potencial de atribuição de novos sentidos à existência, na construção de uma identidade caracterizada por movimentos de reposição e/ou de superação, tendo em vista avaliar eventuais sentidos emancipatórios.

Entre outros aspectos, seu diário é permeado por memórias, histórias, culturas, relações sociais, espaços, identidades e alteridades. Dessa forma, o primeiro capítulo deste trabalho se dedica a abordar tais conceitos, fundamentais para a investigação, pensando a relação estreita que há entre eles e a obra de Carolina. Assim, será possível perceber de que maneira as imagens espaciais e o território desempenham um papel na memória coletiva, não se tratando apenas de Carolina, mas de uma escritora como membro de um grupo, de uma coletividade. E é esse *em si* que permanece sujeito à influência da natureza material, cultural, sócio-histórica e participa de seu equilíbrio. Carolina habitava a Canindé, e é nesse espaço a maior parte dos registros memorialísticos da autora. Podemos dizer que a memória presente nos registros de Carolina é um elemento constituinte de sua identidade, tanto em âmbito individual como coletivo. Essa é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si conforme Michael Pollack (1992, p. 6).

No segundo capítulo, será abordada, de forma mais densa, a história pessoal de Carolina, a autora, o texto e o contexto de produção sobre o qual remete e do qual é resultado. Sua trajetória até se tornar conhecida no ano de 1960, após o lançamento de Q. Com sua escritura, autobiográfica, de que maneira sua obra e ela própria se inserem no tempo, numa determinada sociedade da qual é fruto e sobre qual a mesma fala. Refletiremos, de forma geral, sobre como Carolina se constitui como sujeito e ser social, cultural e intelectual.

No terceiro e último capítulo, se dará a análise identitária da autora/personagem de Q. D., usando das narrativas desta obra, que conta de sua trajetória nos anos 50 como

catadora de lixo e moradora na extinta Canindé. Para a mesma serão utilizados suportes teóricos de autores que dialogam sobre o tema, e, em mais profundidade, a teoria da identidade de Antônio Ciampa. Partindo da ideia de que a identidade é sempre processo de metamorfose, explicando a relação entre Carolina e o grupo em que se insere na favela como uma tensão entre “políticas de identidade” e “identidades políticas”. As políticas de identidade sempre foram aquilo que definiu os movimentos sociais, demonstrando o que eles significavam/significam como eram/são produzidos. Buscam normalizar ou homogeneizar uma coletividade, levando-a a fazer com que seus membros compartilhem significados que são considerados relevantes para dar sentido à atividade de cada um.

Segundo Ciampa (2002, p.141) “uma identidade coletiva é quase sempre referida a uma personagem: nos exemplos, fala-se no singular de ‘negra’, ‘catadora’, ‘mulher’, ‘favelada’, ‘mãe’, cada um correspondendo a um ou mais movimentos.” Nesse sentido, as políticas de identidade servem à formação e manutenção dessas identidades singulares, e podem ser tanto emancipatórias quanto regulatórias; emancipatórias quando ampliam a possibilidade de existência na sociedade, garantindo direitos para os indivíduos, ou regulatórias, quando criam regras normativas que muitas vezes impedem que o indivíduo consiga sua diferenciação. A utilização desses conceitos, e outros, como mesmidade e mesmice, ajudaram nesse capítulo a discutir aspectos, tanto regulatórios quanto emancipatórios, dada as análises do poder presente nas relações sociais.

Carolina é cultura, é história. Produto e produtora, não só de sua história pessoal, mas da história de sua sociedade. Ela não está limitada no seu *vir-a-ser* em função de um fim preestabelecido, nem está liberada das condições históricas em que viveu, como se seu *vir-a-ser* fosse absolutamente indeterminado. É capaz de construir novas identidades e, portanto, isso remete à um projeto político. Nesse terceiro e último capítulo, através da análise identitária de Carolina, buscaremos evidenciar uma concepção de identidade que leve à emancipação humana ou à fragmentos de emancipação, considerando-a heteronômica da sociedade.

## CAPÍTULO I

### CULTURA, ESPAÇO, IDENTIDADE E OUTROS CONCEITOS

O objetivo deste capítulo é refletir sobre os conceitos básicos que fundamentarão esta investigação tais como: espaço, território, cultura, memória, Identidade e linguagem. Para isso, estabeleceremos um diálogo com alguns autores que discutem os mesmos, como Félix Guattari e Sueli Rolnik, Maurice Halbwachs, Stuart Hall, Antônio Ciampa, entre outros, na tentativa de promover uma melhor elucidação da interação entre esses conceitos e a questão da identidade, de sua formação e transformação no mundo contemporâneo.

O espaço/território e a memória estão intimamente relacionados, carrega traços da história. Nas narrativas de Q. D a escritora aborda seus dias na favela da Canindé e em São Paulo. Suas agruras, perdas, sofrimentos, afetos, ilusões e desilusões, bem como as certezas e angústias, num contexto social desfavorável. Os espaços são os contornos do território, as formas que o envolvem, mas é a trajetória de sua vida que o anima. Assim, o espaço está contextualizado ao indivíduo, que ao mesmo tempo se configura como individual, é também influência de um conjunto de fatores sociais e culturais de uma sociedade. Suas memórias, aquilo que diz de sua trajetória individual, é também coletiva.

Se o espaço diz da memória individual e também coletiva de uma sociedade, sua cultura, nele produzida e experimentada, é expressa por seus códigos, por sua linguagem. E a linguagem de Carolina, não diferentemente de outros sujeitos, traz em si as marcas de sua cultura, de sua trajetória como ser social. Essa vai dizer do modo de vida da autora e também daqueles com quem ela dialoga, contextualizados na história política, social e cultural da época. Cultura e linguagem são expressões sociais e temporais, e são também, assim, modificadas. A relação intrínseca entre a linguagem, cultura e a sociedade constituem o arranjo fundamental nas atividades cotidianas narradas no diário de Carolina.

Os autores que se seguirão neste capítulo e suas contribuições teóricas, no sentido de definir os conceitos já mencionados, ajudarão a refletir e perceber como esses se fazem numa relação estreita e de proximidade. E, mais ainda, contribuindo com as

elucidações das narrativas de Q. D. e posteriormente, da análise identitária da autora/personagem.

### **1.1 - A Favela: O espaço/ território em *Quarto de Despejo***

O território, como espaço marcado de significado, estabelece uma relação com a história vivida por um indivíduo ou grupo, que imprime naquele espaço a identidade dos que ali estão. Uma identidade social sobre o espaço/território que toma forma por um movimento e vai sendo constituída no sentimento de pertença do sujeito ou grupo com o espaço em que estão inseridos. Uma relação estreita entre território e identidade onde todos, tanto Carolina quanto os demais personagens de Q. D., são parte de uma história que eles mesmos criaram, fazendo-se, ora autores, ora personagens.

Segundo Félix Guattari e Sueli Rolnik (2010, p.388), ao refletir sobre território,

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual o sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos. (p. 388)

De acordo com Maurice Halbwachs (2003, p. 157), retomando o pensamento de Augusto Conte, nosso equilíbrio mental está relacionado com os objetos materiais com os quais estamos em contato diário, que não mudam ou mudam pouco, nos oferecendo uma imagem de permanência e estabilidade e dando uma sensação de ordem e tranquilidade. Já a ruptura de contato com esse universo (como esse espaço pode vir acompanhado de perturbação psíquica pela incapacidade de reconhecer os objetos familiares) no sentido perdidos num ambiente estranho e movente no qual nos falta um ponto de apoio. Quando algum acontecimento nos obriga a transportarmos a um novo ambiente material, antes que tenhamos nos adaptado, atravessamos um período de incerteza, como se houvéssemos deixado para traz nossa personalidade, pois as imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis de nosso eu; nosso ambiente material traz a nossa marca e a dos outros. “A região do espaço que nos circunda de modo permanente e suas diversas partes não refletem apenas o que nos distinguem de

todos os outros”. Nossa cultura nos liga a um número enorme de sociedades sensíveis e invisíveis. Quando analisamos esse conjunto de coisas e lançamos a nossa atenção a cada uma dessas partes, é como se dissecássemos um pensamento em que se confundem as contribuições de certa quantidade de grupos, de acordo com Halbwachs (2003, p. 158).

Quando inserido num espaço, como na Canindé, o grupo (e Carolina como parte dele) molda sua imagem, mas, ao mesmo tempo, se dobram e se adaptam as coisas materiais e subjetivas com as quais confrontam, resistindo ou não. O grupo se fecha no contexto em que se construiu, e a imagem do meio exterior, e das relações estáveis que mantém com esse espaço, passa ao primeiro plano da ideia que tem de si mesmo. “Devo incluir-me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo.” (JESUS, 2005, p. 33).

Conforme Halbwachs (2003, p. 159-60), todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado. Nessa discussão a favela da Canindé é a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe da favela tem um sentido que só é inteligível para os membros daquele lugar, porque todas as partes do espaço que ocuparam correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que havia nela de mais estável. Os moradores da Canindé estão naturalmente ligados aquele lugar, porque é o fato de estarem próximos no espaço que cria entre eles as relações sociais, que são descritas no diário de Carolina. É difícil descrever o grupo, descartando-se a imagem espacial/territorial da favela, logo, também, não é possível dizer da identidade de Carolina fazendo distinção desse espaço.

Os aspectos temporais e espaciais impactam sobre a formação e transformação da identidade, já que o tempo e o espaço são, também, coordenadas básicas de todos os sistemas de representação, na quais a identidade está profundamente envolvida. Assim, a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo, no interior de diferentes sistemas de representação, possuem efeitos profundos sobre a forma como as identidades são produzidas, localizadas e representadas. Para Stuart Hall (2011, p. 71-72) todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo, simbólicos, suas “paisagens” características, seu senso de “lugar”, de “casa/lar”, de localizações. O “lugar” é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: ponto de práticas sociais específicas que nos moldam e nos formam, com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas.



Os símbolos, as imagens, aspectos culturais, são valores, talvez invisíveis, endogenamente falando, que uma população local materializa em uma identidade incorporada aos processos cotidianos. Assim dando um sentido de território, de pertença e de defesa dos valores, desse território e da identidade, utilizando-se das vertentes político-cultural, que são as relações de poder e defesa em uma cultura, adquirida ou em construção (SOUZA; PEDON, 2007, p. 126).

Carolina, mineira, aos 23 anos de idade, mas precisamente em 1937, após a morte de sua mãe na cidade de Franca, no interior do Estado, rumou até à cidade de São Paulo, sem destino certo, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Saiu das Gerais em 1930, seu território e cultura de origem, onde se formou como indivíduo, e ganhou o mundo na busca da sobrevivência. Nisso ela representa mais de 3 milhões de brasileiros que, nesse período, deixaram suas terras natais e migraram. Ela é um ser coletivo, social que reflete a migração intensa que aconteceu no país na década de 1950, com o avanço do processo de industrialização atrelado ao sonho de empregos e melhores condições de vida. Carolina escolheu a favela do Canindé, sítio ermo e situado próximo a um depósito de lixo para se fixar. O lixo, desde então, passou a ser seu ganha pão, metáfora perfeita da circunstância socioeconômica brasileira de uma imensa fatia populacional que nunca teve prioridade (MEIHY; LEVINE, 1994, p.22)

A origem das favelas no Brasil se deu historicamente a partir da abolição da escravidão, quando os negros libertos, representando um vasto contingente populacional, exorbitante e ainda carregando os estigmas da escravidão, rumaram para as cidades indo morar em suas margens e em submoradias. Homens, agora livres, convergiram em grande número para áreas urbanas e passaram a se aglomerar em dados espaços desvalorizados e à margem da sociedade junto a outros, igualmente, marginalizados, como índios e mestiços, que vinham também de outras partes do país. No Rio de Janeiro, já no início do período republicano, por época da guerra de Canudos, soldados, reivindicando salários ao governo, se instalaram no Morro da Providência e por lá foram esquecidos e abandonados.

A instabilidade econômica do século XIX e o crescimento populacional desordenado também causaram profundas mudanças no cenário urbano do país. Com o desenvolvimento da economia brasileira durante o século XX, esses espaços também foram sendo ocupados pelas pessoas que saíam do campo em busca de melhores condições nos centros urbanos, mas que não podiam pagar para morar nas áreas nobres. O fenômeno da migração é marcante no Brasil, inicialmente, pelo fator da colonização

e, posteriormente, pelo deslocamento interno que acompanhava os ciclos econômicos. A partir de 1930 as migrações internas começaram a desempenhar um papel de destaque na recomposição espacial da população e a década de 50 foi o período de maior migração interna, com a construção de estradas federais e da capital, Brasília. Houveram grandes migrações para as áreas metropolitanas, e as grandes secas na região nordeste, figuram entre suas principais explicações, além da ideia de oferta de trabalho com processo de expansão industrial (MONTEIRO, 2013).

Em São Paulo, acredita-se que as primeiras favelas surgiram na década de 1940 e que a primeira delas tenha sido a favela do Oratório, na zona leste da cidade. Já no final da década de 50, apurava-se na cidade um total de 141 núcleos favelados com cerca de 50 mil habitantes. A favela do Canindé à beira do rio Tietê, próximo onde hoje se localiza o estádio da Portuguesa de Desportos, se formou com migrantes de vários estados como Ceará, Bahia, Alagoas, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Havia também alguns poucos estrangeiros. Esse contingente populacional vinha atrás de trabalho, movido pelo desejo de ascensão ou por seus fracassos; era, em comum, despossuídos (TASCHNER, 2007, p.9-10).

Os primeiros barracos da Canindé surgiram quando Ademar de Barros, como interventor federal (1938-1941) no Estado de São Paulo, no final da década de 30, quis limpar o centro da cidade e mandou caminhões levarem moradores de rua para “qualquer lugar”, que acabou sendo as margens do rio Tietê, paisagem de lixo e urubus. Longe da região central, de áreas urbanizadas, os indivíduos retratados por Carolina, não percebidos e até mesmo rejeitados, assim como outros tantos favelados, viviam em condições de opressão e subalternidade na sociedade brasileira. Sobre sua condição e dos demais da Canindé ela dizia:

Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. (JESUS, 2005, p.45).

Q. D. - Diário de uma favelada, é um livro importante para tratar desse espaço urbano, seus habitantes e suas questões, pela complexidade de fatores que agrega e expõe e que lhe compõem a trama, característica essa das grandes obras. A vida dos favelados é representada de uma forma dramática e lírica, numa narrativa direta e seca,

à qual se soma a metaforização da linguagem: a ironia, a síntese e o paradoxo, que são recursos recorrentes para a construção desse cenário.

O espaço da narrativa, a favela, é apresentado por Carolina como uma analogia ao que ela intitula quarto de despejo, onde, por várias vezes, descreve ter a impressão de estar no inferno. Sobre isso ela diz:

O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela. (JESUS, 2005, p.19).

O espaço literário é a soma do significado e das escolhas estéticas e formais do narrador, isto é, das estratégias narrativas em nível lexical e da narração, ou seja, da maneira escolhida para contar a história. Carolina descreve o espaço em suas características tanto contingentes, como também as de conteúdo e isso caracteriza seus personagens, fazendo uma representação do vivido. Ao mesmo tempo em que Carolina rejeita e condena a sua pobreza e a dos outros, ela traduz tudo isso numa linguagem das margens tornando-se parte da história da literatura de periferia no Brasil. Existe em Carolina um sentimento de pertencimento/despertencimento, de dominar e não dominar um conjunto de saberes ou crenças a fim de agir como membro de um grupo e ser aceito, de fazer parte deste, e é nessa contradição que a autora se constitui como sujeito. Carolina não é apenas subjetividade, consciência, nem tão pouco é apenas uma coisa, objetividade. Nem totalmente delatora, nem propriamente porta-voz dos desvalidos.

Ciampa (2005) distingue a “identidade do eu” da “identidade de papel”. A identidade de papel diz respeito a uma dimensão coletiva que remete a uma discussão fundamental, apontada pelo autor, sobre política de identidade e identidade política. As políticas de identidade procuram normalizar ou tornar homogênea uma coletividade, onde seus membros compartilhem significados que são considerados relevantes e dá sentido a atividade de cada um. À medida que um grupo exerce a hegemonia em termos de políticas de identidade, esse poder irá determinar ou influenciar o modo como cada indivíduo, como a própria Carolina, se reconhece e é reconhecida. Ao mesmo tempo, sua identidade é política (em sua dimensão individual) na medida em que Carolina busca se definir de modo particular, diferente dos outros moradores da favela, ainda que

vinculada a um papel socialmente estabelecido, o de também favelada. (ESTHÉR, 2014, p. 3-4).

Olhando-se para o contexto histórico cultural desenvolvimentista da cidade de São Paulo da época, temos uma experiência social narrada por um sujeito cuja subjetividade parece se constituir fora dessa perspectiva moderna. Mas Walter Benjamin (1989), refletindo sobre a modernidade na Paris de Charles Baudelaire, a quem considera um lírico no auge do capitalismo, considera que o verdadeiro herói do mundo moderno, e seu heroísmo, se escondem, timidamente, na multidão.

Já que a barriga não fica vazia, tentei viver com ar. Comecei a desmaiar. Então eu resolvi trabalhar por que eu não quero desistir da vida. Quero ver como eu vou morrer. Ninguém deve alimentar a ideia de suicídio. Mas hoje em dia os que vivem até chegar a hora da morte, é um herói. Porque quem não é forte desanima. (JESUS, 2005, p. 55)

Uma multidão que é composta pela população pobre das cidades, como os moradores da Canindé, que oferecem um espetáculo doentio e é relegada à periferia da sociedade e da urbe, uma escória, como apache, o trapeiro, que revelam a modernidade como tragédia.

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com suas úlceras. As favelas. (JESUS, 2005, p. 76)

Assim, para viver a modernidade é preciso uma constituição heroica, e, em citação a Baudelaire, evidência que o espetáculo da vida mundana e de milhares de existências desregradadas, que habitam os subterrâneos de uma grande cidade, provam que precisamos apenas abrir os olhos para reconhecer seu heroísmo. O tema, o cenário, os retratos, há uma gramática da cidade e de sua degradação humana, constituída no transitório.

Chegaram novas pessoas para a favela. Estão esfarrapadas, andar curvado e os olhos fitos no solo como se pensasse na sua desdita por

residir num lugar sem atração. Um lugar que não se pode plantar uma flor para respirar o seu perfume, para ouvir o zumbido das abelhas ou o colibri acariciando-a com seu frágil biquinho. O único perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga. (JESUS, 2005, p.42)

As favelas, entre outras formas de apropriação irregular do território, surgiram como uma solução encontrada por aqueles que nela habitam e levam uma existência desregrada. É importante que se perceba que as favelas não são apenas um espaço isolado e caracterizado apenas por problemas socioeconômicos ou de ausência de infraestrutura, mas um ambiente que abriga uma gama multicultural de pessoas vindas de várias partes do país. Carolina, por exemplo, chegou a São Paulo e viu na Canindé à possibilidade única de fixação. Para construir seu barraco carregou tábuas e materiais extraídos de uma construção próxima ao local. Esse era seu mundo e nele estavam seus filhos e cadernos, nos quais escrevia. Sobre esse barraco, descreve o jornalista Audálio Dantas:

O barraco é assim: de tábuas, coberto de lata, papelão e tábuas também. Tem dois cômodos, “não muito cômodos”. Um é sala-quarto-cozinha, nove metros quadrados, se muito fôr [sic], e um quartinho, bem menor, com lugar para uma cama justinho, lá dentro... Tem muitas coisas dentro dele, que a luz da janelinha, deixa a gente ver: um barbante esticado, quase arrebentando de trapos pendurados, mesinha quadrada, tábua de pinho; fogareiro de lata, lata de água, lata de fazer café e lata de cozinhar; tem também guarda-comida, escuro de fumaça e cheio de livros velhos e mais duas camas, uma na sala-quarto-cozinha e outra no quarto assim chamado... Isto é o barraco dentro. O barraco fora é como todos os barracos de todas as favelas. Feio como dentro. (DANTAS, 1963, s/p).

As favelas paulistas eram diferentes das do Rio de Janeiro, mas se assemelhavam enquanto promessas de abrigo da pobreza, da violência e do descaso governamental. Ainda que Carolina se considerasse uma favelada, ela mesma também se situava como uma pessoa isolada daquela realidade, dos vizinhos ou grupos dali. Ela dizia ser rejeitada por eles, por saber ler e escrever.

Peres (2007, p. 163) considera que a repercussão de Q. D. trouxe a tona o problema da favela, tão tentado de ser escondido pelas autoridades paulistas. As construções irregulares nas beiras dos rios, embaixo dos viadutos e em terrenos baldios próximos aos setores de abastecimento da cidade nunca tinham sido tão observadas.

Não era fácil viver na Canindé, onde todos os anos as águas invadiam uma parte dos barracos, obrigando os moradores a procurarem locais mais altos, mudando-se temporariamente.

Doze meses depois da publicação do livro diário, a favela foi destruída e os moradores foram distribuídos por 75 bairros diferentes. Mesmo mudando, em alguns aspectos, as favelas ainda seguem degradando o sujeito, e sendo uma úlcera aberta no cenário urbano. A favela é o destino dos migrantes despossuídos que, empurrados para a cidade pelo progresso ou por suas promessas, não acham lugar nos espaços privilegiados da dita modernidade e se amontoam em tais condições (SOUZA, 2012, p. 74).

Às classes subalternas da sociedade têm sido atribuída, em geral, numa concepção aristocrática de cultura, uma passiva adequação aos subprodutos culturais distribuídos pela classe dominante, produtora e possuidora de cultura, ora, num viés romântico e revolucionário, um reservatório de valores próprios e orgânicos, como visto anteriormente. Porém, estudos têm mostrado a ocorrência de uma circularidade cultural entre as várias esferas que compõem uma sociedade, havendo uma interação. As investigações de Mikhail Bakhtin sobre a cultura popular na idade média e no renascimento, e também aquelas de Carlo Ginzburg a respeito do cotidiano e das ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição apontam tais influências recíprocas, que se movem de baixo para cima, bem como de cima para baixo, em oposição aos conceitos de absoluta autonomia ou de extrema dependência. (GINZBURG, 1998, p. 12-13). A experiência social de Carolina bem expressa essa maneira de observar e analisar a cultura, de ater-se aos diálogos que nesse campo ocorrem.

Logo, da cultura de um tempo e de uma sociedade, com suas marcas de classe ou grupos, não se sai a não ser para entrar no delírio ou na ausência de comunicação. A cultura, assim como a linguagem, uma de suas diversas dimensões oferece aos indivíduos um horizonte de possibilidades latentes, de formas de apropriação.

Na cultura urbana, onde o território é um espaço que adquire significado, na medida em que ações humanas nele intervêm e o produzem, provocando mudanças nesse cenário, à questão da urbanização das favelas se constituiu a partir de um levante de reivindicações sociais. As sociedades modernas, capitalistas, marcadas pela divisão e desigualdades, produzem diferenças, exclusões e marginalizações, afastando a possibilidade da emancipação dos indivíduos e mantendo-os subordinados a tantos poderes que percorrem. As instituições modernas, ao mesmo tempo, criam mecanismos

de supressão, de dominação e não de realização do eu. Um dos temas em Q. D. é a questão da migração da zona rural para a urbana e o abandono daqueles que, chegados na cidade grande, acabam sendo rejeitados para as favelas e sujeitos aos tantos mandos e desmandos que as constituem (SOUZA, 2012, p.68).

Os deslocamentos dos indivíduos no território e a expansão urbana são causas que intensificaram a mudança ou transformação das culturas, e mesmo a hibridação cultural. Todo indivíduo ou grupo migrante é um indivíduo/grupo híbrido, porque, quando deixa sua terra, torna-se diferente, pois os outros homens que encontra na terra estrangeira têm outros costumes e outras crenças, ouvem outro tipo de música e dançam em outro ritmo. O ritmo que trouxe une ao que encontra e inicia o processo de hibridismo cultural. Isto é significativo no contexto das culturas latino-americanas, em que países que no começo do século tinham aproximadamente 10% de sua população nas cidades, concentram agora 60 ou 70% desta em aglomerações urbanas e em condições nem sempre ideais, ao contrário, subumanas, em submoradias e em subtrabalhos, conforme Nestor Garcia Canclini (2011, p. 284-5).

Para Carolina, por tais condições sintetizadas na favela, esse espaço não é parte da cidade, mas sim uma úlcera na mesma. Por mais que o cenário e as perspectivas com relação às favelas mudem, elas ainda seguem em sua condição de degradação do sujeito. A construção de uma identidade se dá num território já constituído, se forma nas e com as experiências ocorridas no espaço habitado e desenvolve, assim, com ele, um elo emocional. Desta forma, a percepção do tempo e do espaço afeta a sensação do lugar. Carolina rejeitava qualquer elo emocional com a Canindé, ou qualquer traço que a identificasse com aquele lugar.

Viver em uma grande cidade não implica, necessariamente, dissolver-se na massa e no anonimato. A violência e a insegurança pública, a impossibilidade de abranger a cidade leva os indivíduos a procurarem na intimidade doméstica, em encontros confiáveis, formas seletivas de sociabilidade e de formação identitária, de amparo e de pertença. Os grupos populares saem pouco de seus espaços, periféricos ou centrais; os setores médios e altos multiplicam as grades nas janelas, fecham e privatizam ruas do bairro. As identidades coletivas encontram, cada vez menos, na cidade e em sua história, distante ou recente, seu palco constitutivo (CANCLINI, 2011, p.286-88).

Carolina indica que, aos poucos, os favelados se convenciam de que para viver ali deveriam imitar os corvos, ou quando contesta que é desmazelada; que, se anda suja,

é devido à reviravolta da vida de favelado. Neste último caso, o espaço estabelece um contraste com o íntimo da personagem, há uma heterogenia, ou seja, o espaço é visto e sentido pela autora como negativo, desagregador. Carolina não queria estar suja ou viver na Canindé, ela vive uma relação heteróloga com o mesmo, e desenvolve assim uma relação hostil com o lugar e até com os vizinhos. Esse espaço visto e sentido pela autora dessa maneira produz um debate sobre a realidade das populações de baixa renda em nossas cidades e sua configuração como seres humanos.

A urbanização, predominante nas sociedades contemporâneas, se entrelaça com a serialização e o anonimato na produção, com as reestruturações da comunicação imaterial (dos meios massivos à telemática), que modificam os vínculos entre o privado e o público. A emergência de múltiplas exigências, ampliadas, em parte pelo crescimento de reivindicações culturais e relativas à qualidade de vida, suscitam um espectro diversificado de órgãos: movimentos urbanos, étnicos etc. A mobilização social, do mesmo modo que a estrutura desigual e opressora da cidade fragmentam os indivíduos em processos cada vez mais difíceis de verem-se com totais (CANCLINI, 2011, p.286-88).

De acordo com Oziris Borges (2007, p.68) a espacialização presente na obra de Carolina é reflexa, isto é, o espaço percebido pela autora/personagem dá efeito subjetivo à descrição. Gradientes sensoriais também estão presentes durante todo percurso da autora ao descrever seu cotidiano, como neste trecho: “... Na casa de dona Neném o cheiro da comida era tão agradável que as lágrimas emanavam de meus olhos...” (JESUS, 2005, p. 4).

O caráter liquefeito da contemporaneidade, sua fluidez e volatilidade, constitui, conforme Zygmunt Bauman, o traço mais explícito da singularidade da nossa modernidade.

A ‘identidade’ só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, ‘um objetivo’; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais - mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta (BAUMAN, 2005, p. 21-22).



Ao publicar seu livro, Carolina, de fato, afastou-se simbolicamente, de maneira irremediável, dos moradores da Canindé, que recusaram à vizinha-autora. Para o público, em geral, no entanto, ela era a “escritora da favela”. A memória, que garante a permanência desta situação, se baseia na permanência do espaço ou pelo menos na permanência da atitude adotada pelo grupo diante dessa porção do espaço. Os dois engessamentos identitários reproduziram a incompreensão e o preconceito de ambos os lados, tanto do lado do barro quanto do lado do asfalto. Quando um grupo vive por muito tempo em um lugar adaptado a seus hábitos, não apenas a seus movimentos, mas também seus pensamentos, este se regula pela sucessão das imagens materiais que os objetos exteriores representam para ele. Os grupos resistem e neles, a resistência, se não das pedras, pelo menos de seus arranjos antigos (HALBWACHS, 2003, p. 162-72).

O êxito da obra de Carolina em termos de mercado permitiu à escritora comprar uma casa, de alvenaria no bairro de Santana. Com a mudança, encerrou-se, também, o interesse editorial pela autora, que somente interessava à mídia e ao público como favelada, como o diferente e, talvez, exótico, curioso. Seu sucesso econômico acarretou-lhe o fracasso na carreira. E no que diz respeito aos seus pares, a fama também só gerou problemas, tensões e conflitos.

É difícil descrever uma formação coletiva como a favela, morada de Carolina, descartando-se as imagens espaciais daquele lugar. Não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. O espaço é uma realidade que dura, fazendo com que as impressões se sucedam umas às outras e, permanecendo e sendo possível retomar ao passado conservado no ambiente material, que circunda o sujeito. É ao espaço das experiências de Carolina, aquele que ela ocupava, passava muitas vezes, tinha acesso e sua imaginação ou seu pensamento era capaz de reconstruir em sua narrativa, que se deve voltar à atenção. Nele tais dimensões humanas buscavam se fixar e que essa ou aquela categoria de lembranças reaparecia. Não há grupo, nem gênero de atividade coletiva que não tenha alguma relação com o lugar, ou seja, com uma parte do espaço (HALBWACHS, 2003, p. 170)

Carolina usava de uma originalidade incomum em sua escritura, mostrando que sua visão de mundo distava da maioria de outras pessoas de sua época. O termo escritura, para Roland Barthes (1974, 1988), está ligado a uma nova maneira de produção da escrita, do ato de escrever, sendo marcada por um conjunto de traços de linguagem por meio dos quais o escritor assume a responsabilidade de sua forma e vincula-se a certa ideologia, além de ser um ato corporal. A noção carrega o emprego de

recursos expressivos da linguagem e um grau elevado de inscrição do sujeito na tarefa de escrever, havendo nela sensibilidade, alguma intenção estética e artística, criação, representando nova língua distinta daquela comum, oficial e saturada de que parte muitos escritores conforme os velhos padrões literários, repletos de protocolos, trazendo ainda elementos de terceiros para edificar enredos e palavras. Logo tem valor por si e é intransitiva ao dar destaque ao fazer, ao criar, aos procedimentos de escrever próprios, ao passo que a escrita é transitiva e caracteriza-se por sua rigidez e proximidade às normas comumente aceitas, tendo valor por seu conteúdo.

Carolina, portanto, consegue de fato solapar uma hegemonia no campo da cultura, se infiltrando no território da literatura, considerado alta expressão e erudito, que lhe é proibido por sua tripla condição de sujeito subalternizado: mulher, negra e pobre. Utilizando o recurso de um discurso do “eu”, individual e individualista, a escritora se transforma em um “eu” social para, dessa forma, tecer uma crítica contundente à realidade da favela onde vivia.

Assim os grupos, como o que Carolina estava inserida e outros, esboçam, de algum modo, sua forma sobre o solo e encontram suas lembranças coletivas no contexto espacial assim definido. Em outras palavras, há tantas maneiras de representar o espaço quanto os grupos sociais. Assim, cada sociedade recorta o espaço à sua maneira, como feito por Carolina em seu diário. Mas, de uma vez por todas, ou segundo as mesmas linhas, de maneira a constituir um contexto fixo em que ela encerra e encontra suas lembranças. É justamente a imagem do espaço que, em função de sua estabilidade, nos dá a ilusão de não mudar pelo tempo a fora e encontrar o passado no presente. É exatamente assim que, ainda hoje, lendo as narrativas de Carolina, se pode definir a memória e, somente o espaço é estável o bastante para durar, sem envelhecer e sem perder nenhuma de suas partes (HALBWACHS, 2003, p.187-88,89).

## **1.2 Cultura e Linguagem no diário de Carolina de Jesus**

Segundo Alfredo Bosi (1992, p. 16), o termo cultura, transformou-se ao longo dos tempos, mas nos dias atuais, conserva o seu significado mais geral, de conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social. Logo a cultura supõe

uma consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro, sendo essencial o reconhecimento de sua pluralidade, entendida como uma herança de valores e objetos compartilhada por um grupo humano relativamente coeso. Assim, o termo saiu do singular e caminhou para o plural, como na própria cultura brasileira.

Conforme Ginzburg (1998, p. 11), é possível afirmar que ocorre uma relação de circularidade entre os diversos níveis de cultura presentes numa sociedade, como entre a cultura dos subalternos e a dos dominantes, da elite e a popular. Isto devido à ocorrência de um influxo intenso e recíproco entre as diversas esferas culturais, como subalterna, do povo, e a cultura hegemônica, por meio de operações próprias de filtragem, de apropriação, de elementos.

Clifford Geertz (2008, p.4-10), por sua vez, considera que os homens são seres amarrados a teias de significados que eles mesmos teceram e tecem constantemente, sendo, então, a cultura essas mesmas teias, um documento de sua atuação, e, portanto uma dimensão produzida publicamente, localizada na mente e coração do homem. A cultura é pública porque seus significados o são. Não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos. Ela é um contexto, algo dentro do qual tais aspectos podem ser descritos de forma inteligível, isto é, descritos com densidade. Compreender a cultura de um povo requer expor sua normalidade sem reduzir sua particularidade. A análise cultural é (ou deveria ser) para Geertz (2008, p.15), uma adivinhação ou a busca dos significados, uma avaliação das conjecturas, um traçar de conclusões explanatórias.

A obra de Carolina tem sido nos últimos vinte anos foco de estudos no meio acadêmico e cultural, de modo mais amplo. Sua experiência de favelada expôs ao coletivo uma chaga social que atestava as falhas de projetos vigentes de desenvolvimento econômico e programas sociais encetados por governos municipais, estaduais e federais em nome da modernização da cidade, do estado e do país. O livro se insere num momento político e cultural de florescimento da democracia e da contracultura. A democracia e a contracultura implicavam, em conjunto, a definição do lugar das minorias e da expressão política dos grupos envolvidos. Por outro lado, o poder estabelecido estava sendo testado em termos de resistência.

Q. D. expressa à forma como a sociedade brasileira, da década de 1950, foi percebida e sentida na perspectiva de uma mulher pobre e negra. Mulher cuja formação escolar não ultrapassou o segundo ano da educação primária. Logo, é, então, de

importância inquestionável para os estudos da sociedade e da literatura a partir da visão dos marginais. Os anos 60, nos quais o livro veio a público, também se diferenciaram por buscas de alternativas culturais que se levantaram e pela ascensão da chamada cultura popular, uma dessas manifestações valorizadas, sendo Carolina uma autora que se distinguia como personagem dessa expressão cultural nesse viés alternativo e contracultural.

Carolina forja suas identidades e, independente do local ou contexto da ação, ela contribui para influenciar a sociedade em suas consequências e implicações. Desse modo, como afirma Valdeci Rezende Borges (2003, p. 39), na produção do conhecimento sobre a sociedade tem-se voltado à atenção para o exame de textos, imagens, atitudes e sentimentos, vistos como produtos sociais, histórica e culturalmente dados, usados e apropriados, que podem contribuir para a compreensão e esclarecimento de uma dada cultura e sociedade. E a linguagem, sendo um aspecto da cultura, e também se configurando como histórica muda com o tempo e o lugar. Carolina passa para o papel o que quer dizer sobre a favela “catando” palavras, “reciclando” discursos, trazendo lirismo, fornecendo, portanto, chaves para um trabalho singular com a linguagem numa estética da fragmentação. (ANDRADE, 2008, p. 1).

Souza (2012, p.21-28) relata que o Brasil passou, durante o processo de modernização, de uma fase de segregação cultural de uma elite aristocrática para uma etapa de massificação, em que há uma manipulação das massas no consumo de bens culturais. A linguagem fraturada de Carolina deve ser entendida pelo que de fato é: a tentativa de uma pessoa das camadas subalternas de dominar os códigos da cidade letrada. Ela se identifica com a classe letrada, herdeira de uma tradição literária. É para essa classe, ademais, que ela escreve. Sua escritura é interessada porque é um projeto de ascensão social, ainda que equivocado, conforme Marisa Lajolo (1996 apud SOUZA 2012, p. 23).

Desse modo, Carrijo (2011, p. 150) considera que o sujeito se constitui na e pela ideologia, uma visão de mundo, e traz tatuado/inscrito em seu processo de subjetivação um lugar social, uma posição, uma formação discursiva e, conseqüentemente, um lugar discursivo. Carolina, o sujeito-autor, a partir de uma dada condição ideológica, de uma forma de ver o mundo, política, social e histórica, no espaço de seu barraco na favela do Canindé, acredita que a escrita é uma profissão possível, pretendida, ambicionada. Na materialidade discursiva de sua narrativa, se faz possível identificar, assinalar diversos recursos utilizados para compor seu dizer: trechos carregados de metáforas. Carolina

traz tatuada a marca do interdiscurso, do dialogismo, da circularidade cultural, e é inegável, em muitos momentos, o reconhecimento de trechos, falas, verbetes, transcrições de outros discursos, de outros autores, notadamente dos românticos.

A linguagem de Carolina foge do senso comum. Ela buscava no passado, a forma e a linguagem poéticas para narrar a sua “infiltração” na literatura.

A autora usava do diário como ameaça à possíveis agressores na vida cotidiana, mas também era uma escritura que ameaçava a ordem social, uma vez que trazia em si mesma a possibilidade de desestabilização da estrutura de classes. Ele representava, igualmente, uma ameaça porque há em sua obra uma definição de ética, que consistia na responsabilidade de levar adiante a missão de ser observadora atenta e denunciar as mazelas sociais (SOUZA, 2012, p. 102-3,5).

Andrade (2008, p. 3) esclarece que as narrativas de Carolina Maria de Jesus, em Q. D., têm uma composição, tessitura discursiva muito rica. No gênero memorialístico o discurso predominante é o do autor-narrador, pautado sobre as reminiscências e reflexões sobre o passado, às vezes, com inserções no presente e antecipação do futuro, feitas em primeira pessoa, e com rara ou total ausência de discurso direto. O diário de Carolina, ao contrário, por privilegiar a forma discursiva fragmentada do íntimo, alavancada no presente vivido pelo autor-narrador, é composto, em grande parte, de diálogos sob a forma de “discurso citado”, ou seja, de reprodução do discurso direto, deslocado no espaço e diferido no tempo. A autora cria, pois, uma orquestração discursiva que representa a complexidade em que vive: o mundo da oralidade, dos encontros e desencontros da favela em contradição com as notícias veiculadas pela imprensa escrita, com as leituras dos livros de poesia.

A amargura do seu discurso, o pessimismo em relação ao futuro, as incertezas sobre a própria sobrevivência aparecem ao lado de uma apreciação lírica da paisagem, do céu azul, da noite estrelada. Sua capacidade de apreciar a beleza a impulsiona em direção à vida e à salvação. Brinca com suas próprias extravagâncias: “O céu já está salpicado de estrelas. Eu que sou exótica gostaria de recortar um pedaço do céu para fazer um vestido” (AZÊREDO, 2008 apud MACHADO; CASTRO 2007, p. 109).

Não é a forma de Q. D. que garante a Carolina o caráter de literário que vemos em seu texto e narrativa, mas o que de singular aparece a partir da junção entre a forma, o tema e a linguagem. Seu diário, apesar de contar das suas agruras cotidianas na favela, é também um texto permeado de ficção, ou seja, de linguagem que filtra o

acontecimento em escrita. Essa linguagem, esfacelada na forma, faz de seu texto, algo único (ANDRADE, 2008, p. 5). Assim, nas palavras de Azêredo (2008, p. 171),

No registro puramente psicológico, escrever era para Carolina uma fonte de prazer, da ordem da sublimação. Canalizando sua energia para essa atividade tão criativa e valorizada socialmente, estruturava-se psiquicamente, reelaborava a experiência traumática e talvez a superasse [...].

Sua linguagem fraturada deve ser dessa forma entendida pelo que representou, ou seja, pela tentativa de uma pessoa das camadas subalternas de dominar os códigos da cidade letrada e de se inserir na sociedade.

### **1.3 Memória no diário de Carolina**

Para Pierre Nora (1995, p. 9), “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido, está sempre em evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento”, sendo vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de latências e revitalizações. É um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, emergindo de um grupo que ela une, logo havendo diversidade de memórias, memórias plurais, as quais se enraízam em um concreto, em um espaço, num gesto, numa imagem, num objeto.

Para ele, recentemente, vivemos sob a pressão das memórias coletivas, que é uma problemática contemporânea e uma iniciativa “retrospectiva”, que renuncia uma concepção de tempo linear em proveito de tempos vividos múltiplos, em níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo, havendo diversos lugares de memórias, onde elas se ancoram e se refugiam, como os topográficos, os monumentais, os simbólicos e os funcionais como os manuais e as autobiografias, aos quais grupos sociais e políticos e comunidades consagram à manutenção de suas experiências (NORA, 1995). Portanto, consideramos aqui o livro/diário de Carolina como um lugar de suas memórias e do coletivo ao qual pertencia e sobre o qual refletiremos sobre as identidades ali expressas.

Na introdução de *O papel da memória*, de quem também é tradutor, José Horta Nunes (2010, p. 8) afirma que a memória não pode ser provada, não pode ser deduzida de um corpus, mas ela só trabalha ao ser reenquadrada por formulações no discurso concreto em que nos encontramos. Haveria desse modo, a colocação em série dos contextos e das repetições formais, numa oscilação entre o histórico e o linguístico. Através das retomadas e das paráfrases, produz-se na memória um jogo de força simbólico que constitui uma questão social. Segundo Halbwachs (2003) a memória coletiva e a memória individual se elaboram em um exercício racionalizante e voluntário de reconstrução do passado. São os quadros sociais que permitem a lembrança à medida que sobrevivem e se articulam como mantenedores de uma dada memória. Ao escrever Carolina procura se distanciar da concretude da vida da vizinhança, que ela tanto condena e menospreza, mas sua memória individual retrata e reporta àquela coletividade.

A permanente expressividade da memória nos meios sociais tem uma feição política que mostra as formas com que os sujeitos se posicionam em relação à realidade, interpretando-a e agindo sobre a mesma. Expressam-se na memória as afetividades, as subjetivações dos sujeitos nas suas mais diferentes ações. O caráter político-afetivo da memória não pode ser descartado, mas, sim, pensado como possibilidade de expressão de subjetividades e sensibilidades, que têm importância nas ações dos sujeitos e na história, que é passível de ser construída a partir da vivência dos mesmos. Nesse caso, a experiência e subjetividade de Carolina, como favelada, moradora da Canindé, é expressa em sua narrativa, no resgate memorial da autora que, no caráter de testemunho e também de denúncia, torna-se importante documento da história, dela própria e dos sujeitos daquele lugar, de forma geral (SANTOS, 2007, p. 86).

Segundo Jacques Le Goff (1994, p.410-11) a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades, na febre e na angústia. A memória, onde cresce a história, que, por sua vez, a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Deve-se, então, trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para servidão dos homens. Como reatualização do passado, essa memória vale-se de uma sensibilidade que conduz ao diálogo entre história e memória: o alcance das problemáticas do historiador em relação ao caráter afetivo e sensível da memória, presente no meio social, e que, como se disse, tornou

questão presente nas atuais discussões históricas, sociais, antropológicas e de outras áreas do conhecimento.

Em função da experiência de Carolina, de sua inscrição na vida pública, as datas da vida privada e da vida coletiva vão ser ora assimiladas, ora estritamente separadas, ora faltar no relato ou na biografia. Podemos, portanto, afirmar que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. O que torna capaz ao sujeito elaborar uma identidade de si mesmo, segundo Paul Ricouer (1991 apud SANTOS, 2007, p. 84), é a memória narrada. Ela é a medida dessa identidade, que se torna narrativa, e na qual se busca compreender por meio do outro, através do ato narrativo.

Michael Pollak (1992, p. 5), discutindo sobre a memória, considera que na relação dessa com a identidade destacam-se as fronteiras de pertencimento e o sentimento de coerência. Onde os acontecimentos se dividem entre os vividos pelo sujeito e os vividos pelo grupo, pela coletividade a qual se sente pertencer e se percebe. Os acontecimentos vividos pela coletividade tomam tamanha amplitude na memória que é, quase sempre, impossível de que o sujeito consiga saber se participou ou não. Os referenciais dos lugares da memória exercem um peso sobre a memória individual, estruturando e organizando-a em uma memória coletiva. A grande maioria dos habitantes das cidades padecia em silêncio sob as penosas experiências de trabalhadores livres nas metrópoles e Carolina foi uma exceção em um aspecto, conseguiu documentar a própria trajetória por meio da escritura e, mesmo inconscientemente, emprestou sua voz para entoar o canto de sofrimento dos silenciados.

Se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, como integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. Diríamos, pois, que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali o indivíduo ocupa e que esse lugar muda conforme as relações que mantém com outros ambientes. A sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem nas relações com os diversos



ambientes coletivos, ou seja, em definitivo, pelas transformações desses ambientes, cada um toma, de forma individual, e em seu conjunto (HALBWACHS, 2003, p. 69).

Sobre a memória individual Halbwachs (2003, p. 72) destaca também que ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral, Carolina precisa recorrer às lembranças de outros, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais que isso, o funcionamento de sua memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que ela não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente, da coletividade. A autora não consegue lembrar se não do que viu, fez, sentiu ou pensou num momento do tempo, ou seja, sua memória individual não se confunde com a dos outros. Ela está muito estreitamente limitada no espaço e no tempo. A memória coletiva também é assim, mas esses limites não são os mesmos, podem ser mais estreitos e muito mais distanciados.

Toda memória é coletiva, construção de grupos sociais. O indivíduo lembra, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável” e as formas pelas quais será lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos relevantes para o seu grupo. No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele (HALWBACHS, 2003, p.51). Muito mais que reconstruir o passado, Carolina deixa-o emergir, tornando-se o esteio de lutas políticas referendadas por memórias que, reatualizadas, pautam suas defesas de identidade e de cidadania.

Le Goff (1994, p. 477) afirma também que a memória, onde cresce a História, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Deve-se, portanto, trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens. Nossa memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida. Por história, devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas, em geral, nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto. (HALWBACHS, 2003, p. 79).

Ainda sobre a estreita ligação entre memória e identidade, deve-se observar que, em particular, no âmbito da história de vida de Carolina, a memória parece, muitas vezes, um fenômeno individual. Mas deve ser entendida, também, ou, sobretudo, como

um fenômeno coletivo e social, construída coletivamente e submetida às flutuações, transformações e mudanças constantes. Os elementos constituintes da memória, individual e social, são os acontecimentos vividos, pessoalmente e pela coletividade, em grupo, nesse caso na favela Canindé (POLLAK, 1992, p. 2).

Nunes (2007, p.9) esboça uma reflexão sobre a imagem contemporânea como operadora de memória, lançando a hipótese de que os objetos culturais como livros, escritos, imagens, filmes, etc., são como operadores de memória social, trabalhando no sentido de entrecruzar memória coletiva (lembranças, conservação do passado, foco da tradição, monumento de reminiscência) e história (quadro de acontecimentos, conhecimento, documento histórico). Para o autor ainda, em citação a Pêcheux:

Uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX apud NUNES, 2007, p. 10).

E, ainda sobre o processo de rememoração, cita *Jeanne Marie Gagnebin* (2001 apud SANTOS 2007, p. 86) afirmando que está também significa uma atenção precisa ao presente, particularmente a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si mesmo, visa à transformação do presente. O ato de lembrar é um processo de fazer-se aparecer em cena, ou mesmo, fazer-se agir em cena. Q. D. é o mundo inquieto, lembrado e registrado por Carolina, um mundo de agruras, com raros momentos de felicidade. Contudo, percebe-se que, em meio a essa memória de sofrimento e da miséria, a autora tinha sonhos. Assim, é da própria lembrança, em torno dela, que se pode ver, de alguma forma, raiar seu significado histórico.

A busca memorial pode ser considerada como uma resposta às identidades sofredoras e frágeis que permitiria “apoiar um futuro incerto em um passado reconhecível”. Carolina se entrega ao universo imaginário da escritura para representar a realidade. Essa escritura, em memórias, configura-se num discurso particular por meio do qual a autora expõe fatos de sua dura trajetória, para assim, reconstruí-la (SANTOS, 2010, p.16).

## 1.4 Identidade

Uma questão primordial a ser considerada no estudo da identidade, é que a mesma se constitui apenas através da relação com outros indivíduos, logo de forma relacional. Hall (2011, p.38-39) designa que a identidade é algo realmente formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Assim, ao invés de falar de identidade como uma coisa acabada, devemos falar em identificação e vê-la como processo em andamento.

Para Hall (2011) a noção de sujeito sociológico considera que este tem um núcleo ou essência, que é seu “eu real”, que é modificado ao longo de sua vida, num diálogo com os mundos culturais exteriores. Esse núcleo interior do sujeito não é autônomo e autossuficiente, mas formado nas relações sociais, que mediam valores e símbolos da cultura. Há uma ideia de projeção do próprio eu nas identidades culturais, ao mesmo tempo em que o indivíduo internaliza seus significados, que se tornam parte de si. Essa identidade unificada e estável passa, no entanto, na pós-modernidade, a se fragmentar, tornando-se composta de várias identidades, às vezes contraditórias. Esse processo segundo o autor produz o sujeito moderno que não tem identidade fixa e assume identidades diferentes em diferentes momentos. Não há um “eu coerente” e sim identidades contraditórias.

Nesse mesmo pressuposto, de se pensar a identidade como resultante de um processo histórico, que articula toda nossa vivência, recorreremos a Antônio C. Ciampa (1999), que aborda três conceitos importantes acerca da teoria da identidade: 1. A identidade como *representação de personagens*, por meio de papéis socioculturais; 2. A *identidade como metamorfose* e 3. A *emancipação*. Para o autor, a identidade é construção, reconstrução e desconstrução constantes, no dia-a-dia do convívio social, na multiplicidade das experiências vividas.

Goffman (1985 apud SOUZA 2009) refere-se à identidade usando também expressões da atividade cênica, como *ator*, *personagem*, *representação* e *papéis*. Segundo ele, uma *representação* é possível à existência de um mesmo *papel* encenado por vários *personagens*. O personagem expressa a identidade empírica representada no mundo. Para ele, os papéis sociais são abstrações constituídas nas relações sociais e materializadas pelos indivíduos e os grupos que os personificam. Assim, o papel social

é lugar prescrito no grupo social, correspondendo a uma identidade coletiva construída nas relações sociais.

Ciampa (1999) afirma que a construção da identidade ocorre a partir de uma dinâmica que envolve os níveis pessoal, intraindividual e interindividual. O nível pessoal é marcado pelos processos biológicos, pela corporeidade. O nível intraindividual envolve a consciência e a atividade do indivíduo. O nível interindividual abarca as relações entre indivíduo e grupos. Essa totalidade, que está em constante movimento, envolve relações de oposição e “com-posição” entre elementos subjetivos (fatores biológicos e psicológicos que se manifestam na consciência e comportamento dos indivíduos) e objetivos (elementos sociais, econômicos, políticos e culturais que marcam a historicidade dos indivíduos em sua biografia pessoal e enquanto membros de grupos sociais). Esse movimento ocorre paralelamente em duas instâncias: a identidade individual e a identidade coletiva, não havendo possibilidade de dicotomia entre elas, sendo, portanto, apropriada a denominação de “identidade psicossocial”.

Lima (2008) cita que, para Hall, as concepções de identidade passaram por três períodos: o primeiro sendo sujeito do iluminismo, totalmente centrado, dotado da capacidade da razão, núcleo interior que nascia e se desenvolvia, ainda permanecendo essencialmente o mesmo – identidade como essência. O segundo, o sujeito sociológico, que refletia a crescente complexidade do mundo moderno, núcleo interior não autônomo e auto-suficiente, formado em relação aos outros significativos, com identidade formada a partir da interação e do reconhecimento do outro. “A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior”, entre o mundo pessoal e o mundo público. A identidade, então, costura o sujeito à estrutura. Estabiliza, tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos, reciprocamente, mais unificados e predizíveis.” (HALL, 2011, p. 11-12). E, finalmente, o terceiro, é o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às outras formas pelas quais somos representados ou interpelados, nos sistemas sociais que nos rodeiam.” (HALL, 2011, p. 12-13).

Carolina, em Q. D, descreve seu cotidiano com suas discussões com os vizinhos, as dificuldades de convivência e formas de lidar com a criação dos três filhos. Além disso, trata de sua maneira de ver e perceber a vida política da época, com suas “politicagens”, remetendo, assim, que a formação ou transformação das identidades, só se dão num processo dialético, social e histórico. Essa dinâmica de constituição da

identidade envolve os papéis prescritos ao indivíduo pelos grupos sociais, como já discutido anteriormente na perspectiva de Goffman e também Ciampa. Em cada papel social que é interpretado pelo indivíduo, há uma reposição de uma identidade coletiva pressuposta. No entanto, em um processo simultâneo, o indivíduo compõe sua identidade individual, marcada por suas singularidades.

A *representação de personagens* através de *papéis*, da qual fala Ciampa (1999), é baseada no pressuposto de que as “realidades” são criadas e representadas por autores, que interagem através das personagens. Carolina, em seu diário, deixa o leitor sem saber, em certos momentos, quando temos a autora, a narradora ou a personagem, pois na narrativa a mesma vai se constituindo em tempo paralelo ao que constitui seu universo, concretizando a autora mesma como personagem da sua própria história. Essas personagens/papéis, como mãe, mulher, negra, favelada, catadora de lixo e escritora, “ora se conservam, ora se sucedem, ora coexistem, ora se alternam” (CIAMPA, 2005, p. 156).

Tais modos de produção identitária caracterizam a identidade como articulação de várias personagens, configurando a igualdade e a diferença, a própria metamorfose. Enquanto atores de nossa história, necessitamos de personagens para representar e nos concretizar, numa metamorfose, na relação entre os variados papéis representados. Assim, a manifestação do ser é sempre uma atividade. Embora a identidade possa ter a aparência de traços estáticos que definem o ser, algo, portanto, que “substantiva” o ser, percebemos que no ato de representação de papéis este substantivar-se é uma atividade, ou seja, “o indivíduo é o que faz, uma personagem ativa, traduzível por proposições verbais” (CIAMPA, 2005, p.133 – 135).

Assim, a *identidade como metamorfose* refere-se à alteração da identidade de um indivíduo, muitas vezes em detrimento das modificações nas identidades de outros. Segundo o autor, são muito comuns às re-significações na identidade de uma pessoa que descobre se relacionar com outra que não era realmente quem se pensava, ou esperava que fosse. Nesses casos, verifica-se uma alteração na identidade de quem havia se “enganado” com a outra pessoa, pois a relação estabelecida não é mais a mesma, proporcionando uma reformulação de significados e possibilidades de objetivação, em virtude de um contexto recém-determinado.

Ciampa (2005) afirma ainda que a identidade é a própria articulação entre a diferença e a igualdade, constituindo-se como metamorfose, como “vida que supera a morte”, como movimento e transformação; é a própria união entre subjetividade e

objetividade, entre desejo e realização. Ele destaca a importância da individualização que se dá na percepção por parte do indivíduo das diferenças e semelhanças entre os vários papéis que assume no grupo social. Os papéis sociais, que são encenados pelo indivíduo, convocam-no, numa constante re-posição de personagens, que pode ocorrer em um movimento de metamorfose, com transformações que marcam a singularidade do indivíduo, ou pode também se revelar em uma não-metamorfose, quando não há autonomia e criação de si por parte do indivíduo, tornando-se uma experiência de *mesmice*, a repetição de si mesmo.

Ciampa (2005), afirma que somente a experiência de *mesmidade* pode levar o indivíduo a superar a *mesmice*, quando atinge a condição de ser-para-si, formulando seu próprio projeto de identidade, cujos conteúdos não estejam prévia e autoritariamente definidos. A *mesmice* se configura como uma representação fixa de si, mas se há uma repropriação e ressignificação desta representação, ocorre o que o autor designa de mesmidade. Na dinâmica da metamorfose, a identidade pode se inverter no seu contrário, na não metamorfose. Os papéis encenados pelo indivíduo o chamam, como a um ator, a uma constante re-posição de seus personagens. E é essa re-posição que pode levá-lo a *mesmice*, criando a aparência de não-metamorfose e impedindo que vejam possibilidades de transformação ou superação de si mesmo. Assim, a *mesmice* pode se dar como consciente busca de estabilidade e adaptação à dinâmica das relações sociais ou como inconsciente compulsão a repetição.

Neste processo, somente a experiência de *mesmidade*, a superação de si mesmo, em que o indivíduo atinge a condição de *ser-para-si*, pode libertá-lo do conflito vivido em sua subjetividade. Aqui, o indivíduo supera a condição de mero coadjuvante na trama social e assume a apresentação de um personagem autônomo que é também autor de sua própria história. Ele é capaz de formular projetos de identidade pessoal, cujos conteúdos não estejam prévia e autoritariamente definidos. Neste caso, a atuação do personagem deixa de ser a reposição de uma identidade cristalizada, permanente e atemporal, para tornar-se a reatualização de uma identidade que uma vez foi posta, mas não está encerrada em si mesma, podendo ser constantemente metamorfoseada no processo de re-apresentação do personagem no cenário social. (SOUZA, 2009, pg. 119)

Hall (2011, p. 69) chama nossa atenção para as formas de identificação mutantes, ao afirmar que as identidades nacionais, que ancoraram por muito tempo os indivíduos, passaram a se desintegrar como resultado do crescimento da

homogeneização cultural e do “pós-moderno global”, mas que novas identidades *híbridas* estão tomando seu lugar.

Nessa perspectiva, a identidade é o que estou-sendo, uma identidade que me nega naquilo que também-sou-sem-estar-sendo, na medida em que sempre compareço como representante de mim mesmo (uma personagem) perante os outros. Para Ciampa (1999, p.127), “cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal. Uma história de vida. Um projeto de vida. Uma vida que nem sempre-é-vivida, no emaranhado das relações sociais.” Logo, a concepção de identidade trazida por esses autores denota uma questão política, ao passo que, para Ciampa, sua compreensão deve levar em consideração tanto os fragmentos de emancipação, quanto a sutil opressão. Em ambos os autores a identidade aparece como um conceito que opera como sutura, construído por meio da diferença, nunca fora dela. (LIMA, 2008).

Já o conceito de *emancipação* é a possibilidade de deixarmos de apresentar uma concepção cristalizada de identidade e assumi-la como metamorfose. Ciampa (1999) reflete que, “para ser o que é”, deve-se haver um desenvolvimento, uma superação dialética da contradição entre ser um, ser outro, e, ao mesmo tempo, ser um que representa os dois.

Esses princípios indicam tanto a importância da relação com o outro, quanto à influência do contexto social e cultural no processo de re-significações das identidades. Desta forma, podemos refletir sobre a fluidez da identidade de qualquer indivíduo, sobre a mobilidade característica ao processo identitário e também sobre a importância do processo dialético nessa dinâmica que constitui o ser humano. Portanto, o estudo da identidade possibilita uma compreensão mais global do fenômeno estudado no presente trabalho, uma vez que permite considerar vários aspectos que influenciam a constituição da identidade de Carolina, marcada pela flexibilidade e alternância entre papéis.

Ciampa (2005) aborda questões fundamentais quando considera a importância de não poder se contentar em ser aquilo que é negado, ou seja, incorporar papéis pré-determinados, que indicam os padrões de comportamentos “adequados” ou comuns a determinadas circunstâncias. Carolina foi duplamente discriminada, por sua origem negra e por ser mulher, permaneceu na escola pouco mais de dois anos com ajuda de uma “bem feitora”. Toda sua educação formal, na leitura e escrita, advém desse pouco tempo, e por conta de sua pouca instrução e condição de pobreza, acabou como catadora no “lixão”. Esse fato não impediu, entretanto, que ela, por meio da literatura, iniciasse uma luta por uma situação de transformação social e por oportunidades iguais.

Há diferenças conceituais importantes sobre identidade nos discursos de Hall e Ciampa. Hall parte da premissa de que as identidades estão, cada vez mais, fragmentadas na modernidade tardia, que “elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem cruzar ou ser antagônicos.” (HALL, 2011, p. 108). Assim, sua descrição, apenas, ajuda a entender historicamente, e parece um diagnóstico da época, sendo pouco operacional no sentido prático. Já Ciampa, mais otimista, ao apresentar a ideia de que a identidade sempre é metamorfose, de que o problema na discussão acerca da identidade estaria em não se contemplar esse fato anteriormente, ou seja, que as identidades não estariam, cada vez mais, fragmentadas em uma modernidade tardia, mas sempre seriam a expressão de uma infinidade de personagens, irreduzíveis aos papéis impostos socialmente, extraindo aí sua força e sua possibilidade de transformação (LIMA, 2008).

Na obra de Carolina, a realidade é criada e recriada pela autora, que interage cotidianamente com outros personagens e esses vão se constituindo no universo da favela, tornando-os, também, autores e não somente personagens da própria história. Estes modos de produção caracterizam a identidade como articulação de várias personagens, configurando a igualdade e a diferença, a própria metamorfose. Como autores de nossa história, necessitamos de personagens para representar e nos concretizar através da metamorfose, da relação com os vários papéis que assumimos (CIAMPA, 2001, p. 156 apud SOUZA; PAULINO-PEREIRA; SOARES, 2007).

Sua literatura documental e de contestação, trata de uma vida de exclusão, e ainda das subjetividades oriundas daquele lugar. Essa retratação em sua subjetividade se manifesta de várias formas, nesse caso nas faltas de bens e serviços, segurança, justiça e cidadania, além, é claro, da história dos próprios indivíduos que ali habitam. Na figura de Carolina se pode ver a fluidez característica da identidade de qualquer indivíduo, a mobilidade característica do processo identitário e também a importância do processo dialético nessa dinâmica que constitui o ser humano. Ciampa (2005) afirma que o conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de um determinado grupo social, grupo esse que acaba por ser determinante na configuração subjetiva do indivíduo. Se, por um lado, há uma autoria coletiva da história de Carolina, que é montada e encenada por todos os personagens, por outro lado, há também uma autoria individual da personagem que a autora representa na dinâmica social. (SOUZA, 2009, p. 85).



Assim, desigualdade social que assola Carolina não está restrita a sua pessoa ou família, vai além, e se configura nas relações sociais que se estabelece durante sua vida, como nesse trecho de Q. D:

Na Rua Araguaia com a Rua Canindé tem muita lama e eu encontrei dificuldade porque eu estava descalça e os meus pés deslizava na lama. Apareceu um senhor e empurrou a carrocinha pra mim. Me disse para eu ajeitar as tábuas que escorregaram da carrocinha. E o José vendo minha luta me disse: - Por que é que a senhora não se casou? Agora a senhora tinha homem para ajudar. (JESUS, 2005, p. 77)

A identidade autoral de Carolina de Jesus se delinea com relação aos seguintes fatos: ser negra, ser mãe-mulher, ser favelada e ser poeta. Todos, pontos de conexão internos, que conferem densidade à narrativa (SOUZA, 2012, p.82). No desdobramento entre a autora e personagem, Carolina ora se define pela força, ora pela resignação. A construção do “eu”, através da escrita, se dá pelo embate provocado pelo contato com os outros. A convivência com os moradores da Canindé era difícil porque Carolina estabelecia uma diferença entre eles, ela e os outros favelados, por ser letrada. A literatura, como discurso que representa e problematiza a forma social, também dialeticamente a configura. Carolina fala de sua vocação de poetisa como uma benção e uma maldição. Ela, que vem da camada subletrada da sociedade brasileira, se inspira na academia letrada e quer, por meio da literatura, conseguir a mobilidade social, ser respeitada. A novidade que traz a autora é atingir, sem querer, uma característica estética própria, original, que arrisca ameaçar o sistema letrado (SOUZA, 2012, p. 93-5, 111-2).

Pellegrini (1990 apud SOUZA 2012, p.132), diz que toda realidade gera sua própria linguagem, determina suas estruturas e delinea procedimentos de escritura que lhe são próprios. Carolina cria uma representação de si e do outro para tratar da complexidade em que vive. Para Hall (2011) as identidades não são fixas, mas são construídas nos discursos e não fora deles. A identidade e a diferença emergem de jogos de poder e são produtos da marcação da diferença e da exclusão e não como ele cita: “uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna” (HALL, 2011, p.109).

Essa política de identidade implica uma influência do grupo sobre a formação do indivíduo, geralmente homogeneizadora, como dito anteriormente na introdução deste

trabalho. Ainda que uma política tenha um enfoque transformador, pode também se tornar uma “camisa de força” para determinados indivíduos, invertendo o sentido da metamorfose. O movimento, que na origem era libertador, pode começar a tolher a liberdade individual de cada um escolher quem deseja ser. Para Ciampa (2006), estudar sobre as políticas de identidade nos permite discutir as lutas pela emancipação de diferentes grupos sociais, pois o caráter emancipatório das ações coletivas se determina de acordo com o processo da constituição da identidade coletiva. Nas ações coletivas, evidencia-se a busca pela equidade de direitos sociais bem como a uma busca pela liberdade de diferenciação. E Woodward (2011, p.24) traz ainda que a política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica.

Como qualquer luta pela emancipação necessariamente tem uma dimensão coletiva, a questão é como a política de identidade de um grupo que busca um sentido emancipatório para sua atuação pode interferir na formação do indivíduo de modo que ele, ao mesmo tempo, participe coletivamente da luta como membro do grupo e individualmente se concretize como alguém com capacidade de expressar sua singularidade como subjetividade que se constitui na trama da intersubjetividade. Trata-se de não impedir, de possibilitar a formação da “identidade política” do sujeito, como individualidade autônoma. (CIAMPA, 2006).

Sobre isso, Hall (2011) afirma também que o espaço social das diferenças tem sido uma conquista de lutas políticas nas sociedades atuais. É também resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural. Assim, o sentido emancipatório surge autenticamente apenas a partir de auto reflexão, onde o próprio grupo precisa refletir sobre as condições materiais e históricas em que se dão a sua existência, sua atuação e seu reconhecimento, bem como refletir sobre possibilidades e desejos de mudança.

## CAPÍTULO II

### SOBRE CAROLINA MARIA DE JESUS, SUA TRAJETÓRIA, SEU TEMPO/CONTEXTO E SEUS ESCRITOS

É objetivo deste capítulo é trazer o percurso da história de Carolina, sua vida, suas publicações e alguns dos temas já trabalhados por outros pesquisadores a despeito de sua produção literária. A autora, o texto e o contexto de produção e sobre o qual remete e do qual é fruto. Apresentar como o livro, a autora e sua obra tem sido objeto de estudo atualmente, e como Carolina se constitui como sujeito social e cultural, como intelectual. Falar dela como escritora de sua obra como um todo, de modo mais geral, e mais em específico sobre Q. D, sua primeira publicação de 1960.

#### 2.1 Carolina Maria de Jesus

Segundo Joel dos Santos (2009), no período em que nasceu Carolina, a cidade de Sacramento não tinha mais do que dezesseis mil habitantes, quatro mil na área urbana e todas as casas eram cobertas de capim. Na infância, a autora morava em uma rua de terra, serpenteando um córrego, menina de canelas altas e finas, marcadas de feridas. O colégio em que estudou, um dos pioneiros do espiritismo no país, era o orgulho de Sacramento, e possuía mais janelas que qualquer outro, com ensino elementar, médio e superior. Os poucos anos que permaneceu ali, foram todo o contato institucional com a educação da qual dispôs Carolina. (p.32)

Conta-se que, de início, ela não se mostrou tão interessada, e que sua mãe chegava a surrá-la, praticamente todos os dias, para que ela se interessasse. Mais tarde a escritora declarava que sua grande inspiração não havia sido a escola, e sim seu avô, a quem chamava entusiasticamente de “*Sócrates Africano*”. Sua experiência escolar durou até que sua mãe encontrasse trabalho fora de Sacramento. A partir de então, Carolina não pôde mais frequentar as aulas porque a distância era inviável. (MEIHY;LEVINE, 1994, p. 21)

Filha ilegítima de um homem casado, a autora foi sempre tratada como pária durante toda a infância. De personalidade forte, tinha ainda outro irmão. O avô reunia a família aos finais de tarde para a reza do terço. Na adolescência, mudou-se com a mãe, para o interior de São Paulo, fixando-se na cidade de Franca, onde trabalhou durante um tempo na Santa Casa de Misericórdia.

Constituíam as duas uma família, quatro braços para trabalhar. Comiam três vezes ao dia, conversavam com seus fantasmas antes de dormir, aos sábados dançavam o seu baile, arriscavam seus namoros, não faltavam á missa de domingo. (SANTOS, 2009, p.55)

Em 1937, a mãe veio a falecer, e sobre ela dizia:

Eu não tenho que dizer da minha saudosa mãe. Ela era muito boa. Queria que eu estudasse para professora. Foi as contingências da vida que lhe impossibilitou concretizar esse sonho. Mas ela formou o meu caráter, ensinando me a gostar dos humildes e dos fracos. (JESUS, 2005, p.43-4)

Sua morte foi o que levou algum tempo depois Carolina a migrar para a metrópole, São Paulo, mais precisamente em 1947, aos 33 anos de idade. Ouvia que a cidade era muito grande e com farta oferta de trabalho, pensava assim, que ali mudaria sua vida. Quando chegou a capital, vagou por um tempo pelas ruas, chegou a dormir sobre viadutos e finalmente chegou à favela do Canindé, á beira do Tietê, na Rua A, número 9, onde hoje fica o estádio da Portuguesa de Desportos. Formada por migrantes como a autora, que vinham também como ela atrás de trabalho, de ascensão, movidos por desejos e também fracassos, em comum era todos despossuídos.

A Canindé foi típica favela brasileira dos anos 60. Carolina, que viveu quase dez anos ali, não sei se foi típica favelada. Pela trajetória de vida, especialmente sua origem rural, sim. Pelo *habitus*- como dizem os sociólogos-, o todo do seu comportamento, crenças e expectativas, não. (SANTOS, 2009, p. 55)

As favelas, como a Canindé, cresceram exponencialmente quando a população rural, lá por 1930, começou a migrar em massa para a cidade, uma espécie de invenção

de uma nova arquitetura. Tanto em São Paulo quanto em outras partes, existem favelas há mais de meio século. Pessoas viviam (ainda vivem), sem água, sem luz elétrica, sem saneamento e sem regularização fundiária. Assim como em outras partes, a população da favela brasileira vem, expulsa pelo latifúndio. Na Canindé viviam migrantes de todos os estados: cearenses, valeparaibanos, baianos, alagoanos, paulistas, mineiros, fluminenses e também estrangeiros. Vinham sozinhos, com mulher, filhos, em grupos, analfabetos, semi-instruídos, mas a maioria analfabeta. (SANTOS, 2009, p. 53)

O fluxo migratório interno é mais um sintoma das relações conflituosas entre o campo e a cidade. E em São Paulo isso fica mais evidente, pois a cidade era o cerne desse processo de desenvolvimentista que aliava ufanismo e progresso. Carolina era uma retirante, que se perde na favela na passagem do campo a cidade. A favela é o destino dos migrantes que, empurrados para a cidade pelo progresso, ou pelas promessas desse mesmo, não encontram lugar na modernidade e acabam se amontoando nesses espaços. A moradia que no início se pensava provisória, acaba tornando-se morada definitiva. A saída de lá, quase impossível. Segundo Germana Souza (2012):

São Paulo é um símbolo dessa tão propalada modernização. Quando Carolina compara essa propaganda com a situação real em que vive na favela, constata o engodo. Tenta desmascarar essa realidade, mas ao fazer isso cai noutro mascaramento, o da literatura, ao tentar imitar a forma culta, o “clássico” e a linguagem romântica, formas ultrapassadas, sinais de nossa dependência cultural. (p. 75)

Carolina chegou a trabalhar como doméstica em casas de família, mas grávida do primeiro filho, acabou abandonando esse trabalho e vindo, mais tarde, a ser catadora de lixo. Mulher de fibra, mãe de três filhos (João José, José Carlos e Vera Eunice), que criava sozinha, sem marido. Era uma figura ímpar e sua trajetória, até sua morte em 1977, aos 63 anos, foi incomum.

Por conta própria, Carolina, desenvolveu um aprendizado vivencial que ia traduzindo em letras, registrado em folhas encontradas e recolhidas na rua, junto com papelão e outros materiais que conseguia catar ao longo dos dias ao perambular pelas ruas de São Paulo. Tentou por algumas vezes que seus textos fossem aceitos para publicações, mas em todas, lhe foram negadas. Talvez por sua condição de mulher negra e pobre. Em 1958, ao visitar a favela, Audálio Dantas, jornalista da *Folha de São*

*Paulo*, não podia imaginar que mais do que depoimentos para uma reportagem, pudesse encontrar uma escritora. Ouviu em mais uma das discussões com a vizinhança, Carolina dizer que colocaria seus nomes em seu livro, e curioso pelo mesmo, acaba com as escrituras rasuradas da autora nas mãos. Assim, o sonho de Carolina ganhava forma, e com a ajuda de Audálio, *Q. D* se transformou em livro.

A obra de 1960, que serve de base para esse trabalho, foi traduzida em outros 13 idiomas, e ainda é a de maior menção dentre as outras de Carolina. Com seu texto ingênuo, tocou os leitores, ao narrar sua história pessoal e defender sua família, expondo as mazelas sociais tão escamoteadas, escondidas do restante do Brasil. Sua luta, como também sua história, era uma espécie de aresta na História do país, no qual, como escritora, não obteve o reconhecimento literário a que merecia. Mas no exterior, foi tida como metáfora de resistência social, política e de gênero.

A favela na qual vivia era novidade na cidade que se industrializava, pois próxima do Centro e chamando a atenção, dentre outras coisas, por incomodar os vizinhos. Carolina abominava a favela, onde se sentia escrava da miséria, e naquela época existiam poucas, diferente do cenário atual em que tais comunidades tomaram grandes proporções. Ela escrevia em cadernos que encontrava no lixo, tratando de seus dias de contentamento e também de revolta: “Quando pus a comida o João sorriu. Comeram e não aludiram a cor negra do feijão. Porque negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeira.” (JESUS, 2005, p. 39).

Com a intensificação da migração rural-urbana, estourava a demanda habitacional, e cresciam de forma inexorável os bairros periféricos de baixa renda, abandonados pelo Estado. O processo de concentração populacional nos grandes centros industriais brasileiros não foi acompanhado por uma ação do Estado que garantisse condições mínimas de infraestrutura urbana e qualidade de vida, e o resultado não era de interesse das classes dominantes industriais. Assim, as favelas surgiam aos arredores das indústrias, sem nenhum acompanhamento do Estado, caracterizando os bairros. Tal situação de abandono da população trabalhadora mais pobre nas franjas periféricas das grandes cidades como São Paulo, só iria desencadear alguma reação quando estivesse ameaçada a coesão social. (FERREIRA, 2005, p. 13-4)

Em *Q. D* há passagens nas narrativas, onde Carolina menciona as fabricas que ladeavam os bairros periféricos, a própria Canindé. Onde não somente ela, mas os outros moradores faziam filas nas portas para receberem qualquer tipo de doação, ou mesmo para revirar o lixo em busca de comida, muitas vezes já fora das condições de

consumo. “Percebi que no Frigorífico jogam creolina no lixo, para o favelado não catar a carne e comer. Não tomei café e ainda estou meio tonta.” (JESUS, 2005, p. 39) “Eu e a Vera fomos catar papel. Passei no Frigorífico para pegar linguiça. Contei 9 mulheres na fila. Eu tenho a mania de observar tudo, contar tudo, marcar os fatos.” (JESUS, 2005, p. 48)

Na fábrica de bolacha o homem disse que não ia dar mais bolacha. Mas as mulheres continuaram quietas. E a fila estava aumentando. Quando chegava alguém pra comprar, ele explicava: - O senhor desculpe aspecto hediondo que este povo dá na porta da fábrica. Mas por infelicidade minha todos os sábados é este inferno. (JESUS, 2005, p. 55)

A catadora dos restos da São Paulo não desvinculou da realidade representada ao se tornar uma escritora famosa e não conseguiu se encaixar na sociedade burguesa. O sucesso com a primeira publicação realizou o sonho da autora de se mudar da favela. O dinheiro das vendas de Q. D possibilitou a compra de uma casa de alvenaria num bairro popular, Santana, á Rua Bento Pereira nº562, na região de Imirim. Segundo Meihy; Levine (1994), a nova residência tinha sala, cozinha com fogão a gás, armários embutidos e um pequeno jardim, além da eletricidade e água corrente. O que se configurava como um palácio para a família Jesus. Mas após um tempo, tudo mudou. Eles na verdade nunca se sentiram verdadeiramente “em casa”, pois eram rejeitados pelos vizinhos, e a porta vivia cheia de pessoas, curiosos para vê-los. Carolina reconheceu que sempre existira em sua vida: o preconceito. (p. 27)

Após o sucesso com Q. D, Carolina lançou outros títulos, que, ao contrário do primeiro, não alcançaram prestígio nacional e após algum tempo caiu no esquecimento. Assim, a autora voltou à sua condição de vida precária, morando num sítio em Palheiros. No fim, depois de tantos aborrecimentos desde a primeira publicação, esse tenha sido sua melhor ação. Quando voltava para a chácara Coração de Jesus, a sua casa, tinha a sensação que tanto buscava de lar. Negou-se a Carolina sua identidade de literária, castrando sua imaginação, pois seus livros que não diziam da realidade pobre e marginal não tiveram prestígio, como que, se quem vivesse na favela, só pudesse escrever sobre sua condição de miséria.

Quarto de Despejo chocou os leitores, mas não os empurrou para efetivas transformações, apenas dimensionava a capacidade pensante de uma mulher que se recusava a obedecer a regras sociais históricas delegadas por uma estrutura pouco flexível (MEIHY; LEVINE, 1994, p. 12).

O diário desfez estereótipos presentes à época sobre os favelados, como os de que, ali, todos eram infelizes ou, por outro lado, unidos e desprovidos de preconceitos. Carolina mesmo se mostrava preconceituosa em várias passagens de seu livro quando falava com desprezo dos vizinhos da Canindé, principalmente, dos nordestinos ou outros negros como ela. A crítica de Carolina não era para fora, para o sistema opressor e excludente, mas, sim, para dentro da própria favela, seus vizinhos, todos que partilhavam de sua mesma condição na Canindé.

Meihy & Levine (1994, p. 47), consideram que a história de Carolina se costura em vários temas do tecido social brasileiro atual: a distância extrema entre as classes sociais, a impermeabilidade da estratificação social, as dificuldades de adaptação de uma categoria a outra, os preconceitos contra a mulher e os negros e, sobretudo, a perpetuação dinâmica dos contingentes pobres.

O diário foi à forma de expressão literária encontrada e conhecida por Carolina para denunciar as mazelas sociais as quais ela e outros tantos da favela da Canindé vivenciavam no cotidiano da cidade de São Paulo em crescente desenvolvimento industrial e urbano. Retratava a fome cotidiana, a miséria, os abusos e os preconceitos sofridos por ela, seus filhos e os outros favelados, numa estreita ligação entre sua trajetória individual e também coletiva. Carolina era irônica, apesar do tom de tristeza presente, muitas vezes, em sua narrativa. Era tomada por uma grande ansiedade descritiva, de relatar pela escrita o mundo que a rodeava, suas tensões e conflitos.

Através dessa descrição, em Q. D é possível ter a dimensão do que acontecia e ainda acontece em São Paulo e no restante do país com a população pobre e marginalizada. Ela se informava em suas andanças sobre os temas da vida nacional e depois os transcrevia no diário. Dava sua opinião sobre os temas políticos e a condição social em que se encontrava, como ao afirmar que o governo de Juscelino *Kubitschek* tinha dificuldade com os andamentos dos projetos que desenvolvia.

Quando cheguei do palácio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João



José disse-me: - Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo. Foi a primeira vez que vi a minha palavra falhar. Eu disse: - É que eu tinha fé no Kubstchek. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia. (JESUS, 2005, p. 35)

A escritura de Carolina era o elo entre seu mundo e o mundo letrado. Munida dessa “arma”, imortalizou-se por meio do seu texto, apresentando passagens líricas, crítica social e consciência política, marcando e demarcando sua existência diante da sociedade e do universo literário. Para Meihy e Levine (1994, p. 22):

Carolina era uma guerreira valente contra as tropas da herança racista, preconceituosa em relação às mulheres e, sobretudo, uma pessoa que afrontou a marginalidade e a negligência política. Nunca se rendeu ao Estado ou as instituições sociais, nem a maridos, ainda que, muitas vezes, estivesse próxima a adulá-los ou feri-los.

Sua obra sempre teve uma aliada: a verdade marginal. Independente do gênero literário que se dedicava a escrever, a autora usava como fonte alimentadora de sua escritura, sua vivência empírica e as situações às quais estava acostumada a presenciar.

## **2.2 História/Literatura e escritura Autobiográfica no Diário**

A relação entre literatura e história nem sempre foi de proximidade, havendo momentos de distanciamento, sobretudo acerca da reflexão sobre o real e a ficção, mediados por quem as conta, ou escreve. Na atualidade, momento de grande reaproximação entre tais conhecimentos, Chartier (1996, p.202) chama a atenção para inventar um caminho que afaste, ao mesmo tempo, a ideia de que a história não seria mais que uma produção de ficção dentre outras e, por outro lado, para pensar que esta dimensão crítica e de conhecimento não se pode estabelecer segundo os modelos tradicionais de uma ciência positiva, que se pensava como a adequação do discurso ao real. Para ele, a função de autor é resultado de operações específicas e complexas que referem à unidade e a coerência de uma obra, ou série de obras, à identidade do sujeito

construído, sendo fator determinante para se também entender sua história de vida. No caso de Carolina, buscar entender sua identidade, de mulher negra, pobre e favelada, é procurar compreender o entrelaçar das falas em diálogo com conceitos que lhe dão forma como espaço, cultura e tempo (memória e história).

Certeau (2011, p.50-82), por sua vez, considera que as ciências da linguagem são, indubitavelmente, apenas um sinal a mais daquilo em que se transformaram as representações. As técnicas da suspeita, psicanalíticas ou sociológicas, dependem da sociedade que analisam. Desse modo, Carolina, ao falar, fazer sua crítica social, confessa à sua maneira o que denuncia. A linguagem instala-se numa ambiguidade, entre aquilo que ela implica e aquilo que ela revela. Entre as ações que simboliza, ela mantém o espaço problemático de uma interrogação. E, como uma máquina do tempo, permite a reencenação das práticas sociais através das gerações, ao mesmo tempo em que torna possível a diferenciação do passado, presente e futuro.

Para Philippe Lejeune (2008, p. 14) a definição de escrita autobiográfica está em ser uma narrativa introspectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade. Nesse tipo de escrita há o desejo de se relatar os contornos da experiência própria. Carolina registrava em pedaços de papéis suas vivências diárias concretas nas ruas de São Paulo e na Canindé.

Eu gosto de ficar em casa, com as portas fechadas. Não gosto de ficar nas esquinas conversando. Gosto de ficar sozinha e lendo. Ou escrevendo! Virei na rua Frei Antonio Galvão. Quase não tinha papel. A D. Nair Barros estava na janela. (...) Eu falei que residia na favela. Que a favela é o pior cortiço que existe. (JESUS, 2005, p. 23)

Sua realidade pessoal, mas não individual, pois em muitos aspectos, seu registro se redimensionava para o coletivo, e dizia de outros tantos como ela, pobres miseráveis as margens da sociedade. Nas páginas de seu diário é possível uma dimensão histórico-social, que a rodeada naquele período, especificamente, parte da década de 50, mais precisamente de 1955 a 1959, período do governo de Juscelino.

A década de 50, como a de 20, recoloca de forma particularmente enfática, para políticos, intelectuais e para a sociedade em geral, as questões da construção de um Estado moderno no país. A questão era mais uma vez encontrar um novo ponto de

equilíbrio entre público e o privado, desafiando tradições analíticas e práticas políticas, algumas já consolidadas. O estilo de governo e políticas de massa, que envolviam três aspectos básicos, que eram uma classe dirigente em crise de hegemonia, as classes populares pressionando por participação, mas fracas e desorganizadas, e um líder carismático. (NOVAIS, 1998, p. 539)

O plano de metas do governo de Juscelino propunha realizar 50 anos em 5 e previa um acelerado crescimento econômico a partir da expansão do setor industrial, com investimentos na produção de aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento, celulose, borracha, maquinaria pesada e equipamento elétrico, etc. Esse acelerado processo industrial, trouxe também uma série de problemas de longo prazo para a economia do país, mas de modo geral, foi apoiado por importantes setores da sociedade. Mas as camadas populares sofreram com seus efeitos nefastos, na contramão do presidente bossa nova, a miséria dos pobres em submoradias, e em subempregos.

O custo de vida faz o operário perder a simpatia pela democracia. Quando eu passava na avenida Tiradentes, uns operários que saíam da fábrica disse-me: - Carolina, já que você gosta de escrever, instiga o povo para adotar outro regime. O custo de vida nos obriga a não ter nojo de nada. Temos que imitar os animais. (JESUS, 2005, p. 99-100).

Nos trinta anos que vão de 1950 ao final da década de 70, o país tinha sido capaz de construir uma economia moderna, incorporando os padrões de produção e de consumo próprios aos países desenvolvidos, e todos os movimentos do consumo apontavam para os movimentos da sociedade. A vida da cidade, assim como para Carolina e tantos outros migrantes, atraía porque oferecia melhores oportunidades e acenava um futuro de progresso individual, mas também porque era considerada uma forma superior de existência, ao contrário da vida no campo, que repelia, expulsava. Foi assim, que migraram para as cidades, nos anos 50, oito milhões de pessoas. (NOVAIS, 1998, p. 578-80).

O capitalismo criava a ilusão de que as oportunidades eram iguais para todos. Mas as narrativas do diário de Carolina mostraram que para além do desenvolvimento, havia um quadro problemático de pobreza e descaso. No início dos anos 50, década que a autora retrata, a desigualdade era extraordinária e pode se dizer de três tipos sociais que foram protagonistas da industrialização acelerada e da urbanização rápida: o imigrante estrangeiro, migrante rural e o negro urbano e seus descendentes, como

Carolina, que fazia parte da massa de negros das cidades que foram abandonados à própria sorte após abolição, ocupados nos trabalhos mais pesados e mais precários, muitos vivendo de expedientes, amontoados em habitações imundas, como a própria Canindé, mergulhados também no analfabetismo, na desnutrição e na doença. Os anos 50 deram início a muitas transformações rápidas e profundas, sob a forma de uma sociedade em movimento. (NOVAIS, 1998, p. 593).

Muito do que historicamente é contado, é ampliado quando apoiado em lembranças e detalhes de quem as narra sob uma perspectiva pessoal e subjetiva. Pode se questionar a veracidade dos fatos, mas não a identidade do autor. A literatura memorialista e autobiográfica de Carolina desempenha o papel de nos levar a refletir sobre questões identitárias, de preconceito étnicos, gênero e classe, que refletem ainda hoje a realidade de muitas mulheres, todas Carolinas.

A autobiografia não está livre de desvios, pois na memória há lacunas que muitas vezes impossibilitam o domínio total do vivido. Não se pode dizer de uma total veracidade dos fatos que a autora retrata ao mesmo tempo em que não se pode generalizar dizendo se tratar de uma obra de ficção. A escrita autobiográfica, como qualquer outra forma de literatura, é sempre entrecortada pela ficção, mesmo que se descreva o real, o vivido, como no diário de Carolina.

Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. As horas que sou feliz é quando estou residindo nos castelos imaginários. (JESUS, 2005, p. 52)

É quase impossível passar para a página a realidade fielmente retratada. Sobre o texto autobiográfico, nos esclarece Andrade (2011):

O texto autobiográfico provoca no leitor uma impressão de veracidade devido à autoreferenciação. A essência da escrita é constituída a partir das matrizes discursivas historiográficas (referenciais) e ficcionais. A autobiografia se inclina para o fato e para ficção, uma vez que reconstruir por escrito os acontecimentos vividos a partir da lembrança é organizar, manipular e fixar diferentes dimensões do

tempo, interpretando e provendo de sentido o vivido por meio de uma percepção particularizada. (p.109; 2011)

Na narrativa autobiográfica, segundo Germana Souza (p.121, 2012) a representação passa pela mediação do eu narrador. O escritor autobiográfico é obrigado a narrar o mundo do mesmo modo que o romancista, pelo abandono da esfera interna, num primeiro momento, e em seguida a partir da visão interna, pela apreciação da realidade que o cerca. O diário de Carolina, como toda autobiografia, põe a nu a relação de identidade entre escritor e personagem. Por meio da escrita autobiográfica, a oralidade penetra na obra de Carolina, e estabelece uma contradição com a escrita do “clássico”.

A autobiografia se define em contraste com outros tipos de escrita pessoal: correspondências, autorretratos, diários ou memórias, e as narrativas ficcionais. Ela não nutre somente relações de oposição com outros gêneros memorialísticos, ficcionais ou poéticos, mas pode designar um vasto terreno de prática de expressão do eu.

Mesmo em seu sentido mais amplo, o uso do termo autobiografia não é consenso: “narrativas da vida”, “espaço (auto) biográfico”, “auto/biografia”, “escritas do eu”, “escritas de si”, são termos empregados em paralelo, em outros estudos, como termos que correspondem mais ou menos a “autobiografia”. Isso porque o termo parece insuficiente frente á multiplicidade de formas da construção da identidade pessoal, que extrapolam o domínio literário e o meio escrito. (PACE, 2012, p.47)

A autobiografia se apresenta como um texto literário e Lejeune defende que seja estudado como gênero. Os gêneros se diferenciam, coexistem, compartilham semelhanças e desdobram em subgênero. Desse modo, as colocações sobre a escrita autobiográfica não formam um bloco sólido, onde a própria autobiografia como gênero faz parte de uma rede de outras produções com pontos em comuns, como memórias, biografias, poemas, romances e o diário, este o caso de Q. D.

Carolina dialoga com seu leitor, mostrando que a escrita diarista não se conjugava somente na escrita intimista, mas clamava pela instância do leitor. Este ponto é um elemento a se considerar na observação de sua escritura permeada de intencionalidade literária, ligada diretamente a relação de reciprocidade entre autor e

texto já mencionada, pois a autora e o texto não existem separadamente. O texto pressupõe a autora, e o leitor, por sua vez, é peça fundamental da significação do texto.

Interrogar-se sobre o sentido, os meios e o alcance de seu gesto, eis o primeiro ato da autobiografia: frequentemente o texto começa, não pelo ato do nascimento do autor (nasci no dia..) mas por um tipo de ato de nascimento do discurso, “o pacto autobiográfico”. Nisso, a autobiografia não inventa: as memórias começam ritualmente por um ato desse gênero: exposição da intenção, das circunstâncias das quais se escreve, refutação de objetivos ou críticas. Logo, a autobiografia interroga a si mesma; ela inventa sua problemática e a propõe ao leitor. Esse “comportamento” manifesto, essa interrogação sobre o que se faz, não cessam uma vez o pacto autobiográfico terminado: ao longo da obra, a presença explícita (por vezes mesmo indiscreta) do narrador permanece. É aqui que se distingue a narração autobiográfica das outras formas de narração em primeira pessoa. Uma relação constante é estabelecida entre o passado e o presente, e a escritura é colocada em cena. (LEJEUNE, 2008, p. 49)

O diário de Carolina tem importância como testemunho, e intencionalidade literária. E isso tem relação com a construção do texto e a reciprocidade entre a autora e o mesmo. A autora faz um relato introspectivo em prosa de sua própria existência, colocando em destaque sua vida individual, e a história coletiva da Canindé, e logo, diz da construção de sua identidade. O estatuto da autobiografia se sustenta na relação construída entre autor, narrador e leitor, mas também entre a esfera textual e a referencial, ao dizer da pessoa, externa ao texto. É a partir do que Lejeune (2008) considera como pacto entre o autobiógrafo e seu leitor, entre o texto e o que o rodeia, que se pode considerar a autobiografia.

### **CAPÍTULO III**

#### **ANÁLISE IDENTITÁRIA NA ESCRITURA DE CAROLINA MARIA DE JESUS**

A problemática da identidade deve ser vista não como questão apenas científica, nem meramente acadêmica: é, sobretudo, uma questão social, uma questão política. As narrativas de Q. D traduzem o real movimento da identidade, uma dialética que permite aos leitores do diário desvelar seu caráter de metamorfose. Assim, após as discussões realizadas nos primeiros capítulos deste trabalho, explanando os conceitos e, posteriormente, sobre a vida e obra de Carolina, este terceiro e último capítulo, traz, em seu desenvolvimento, uma análise identitária da autora/personagem do diário. Para tal, recorreremos, sobretudo, aos teóricos Antônio Ciampa e Stuart Hall, apropriando-se de suas reflexões para compreender o que é identidade, tendo clareza o processo de sua produção e articulação de igualdade e diferença, onde as identidades em conjunto refletem a estrutura social, ao mesmo tempo em que reagem sobre ela, conservando-a ou transformando-a.

Segundo Kathryn Woodward (2009, p. 67), a identidade tem se destacado como uma questão central nas discussões contemporâneas, no contexto das reconstruções globais das identidades nacionais e étnicas e da emergência dos novos movimentos sociais, os quais estão preocupados com a reafirmação das identidades pessoais e culturais. Assim, vamos retomar os conceitos fundamentais abordados por esses teóricos, que dizem da identidade como processo de constante transformação, que adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas.

A identidade para Ciampa (1999), enquanto categoria psico-sócio-histórica, surge, desenvolve-se e se transforma na realidade da vida cotidiana. A identidade humana é composta por um indivíduo que desempenha papéis, encarna personagens, em permanente metamorfose, tentando buscar a emancipação durante a vida, ou seja, a identidade é vista como uma totalidade, não no sentido da soma desses fatores, mas sim, como um movimento contraditório, múltiplo e mutável. As identidades em conjunto constituem a sociedade ao mesmo tempo em que são por elas constituídas. Assim, a

identidade é formada, mantida ou modificada pelas relações sociais na primeira infância, momento em que começa a participar de um mundo social já estabelecido. No início através da interiorização e depois da internalização de valores morais e éticos, obtidos das relações ocorridas em ambientes mais restritos e carregados de fortes emoções.

### **3.1 Identidade de Carolina**

A identidade diz daquilo que estamos sendo e está presente em praticamente todas as questões da vida cotidiana. Segundo Ciampa (2005, p. 132), cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal: uma história de vida, um projeto, uma vida que nem sempre é vivida no emaranhado das relações sociais. Para ele, uma identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia e, em seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma, por ela. A história de vida de Carolina, nas narrativas de Q. D., nos ajuda a entender a complexidade que há na discussão da identidade, e compreender o seu caráter dialético e de movimento, que vai caracterizá-la, como designa o autor, de metamorfose.

A identidade do outro reflete na sua e vice versa, e se mostra como a descrição de um personagem, cuja vida, biografia, aparece numa narrativa, surgindo do discurso, que é sempre a resposta a questionamentos sobre quem somos e a nossa história. E, em qualquer discurso, qualquer história, costuma ter um autor, que constrói a personagem. Nesse caso específico, falamos da autora Carolina, autora e também personagem do diário Q. D.. Segundo Ciampa (1999, p. 60), “Todos nós – eu, você e as pessoas que convivemos – somos as personagens de uma história que nós mesmos criamos, fazendo-nos autores e personagens ao mesmo tempo. O autor mesmo é personagem da história”.

Não só a identidade da pessoa Carolina (personagem) constitui a de autora e vice-versa, como também a identidade das personagens de Q. D. constituem a autora Carolina. A autora se oculta por detrás da personagem. Os sujeitos se revelam através daquilo que ocultam, e Carolina também. Ela, como todos os indivíduos o são, é ocultação e revelação. Nesse processo vamos nos diferenciando e nos igualando, conforme as várias situações e os vários grupos sociais dos quais fazemos parte. Diferença e igualdade é, segundo Hall, a primeira noção de identidade. Carolina se diferencia e se iguala conforme os vários momentos e grupos de que faz parte. “A



identidade se configura como uma totalidade. Uma totalidade contraditória, múltipla e mutável. No entanto, uma. Sou uma unidade de contrários, sou uno na multiplicidade e na mudança.” (CIAMPA, 1999, p. 63).

Carolina não é vista apenas como mulher, negra, catadora dos restos da cidade, representada como progressista ou mãe. Não comparece frente a outros com um único papel, mas como representante de si mesma, com todas as determinações que a compõem e a tornam um sujeito completo, ainda que contraditório e marcado por conflitos e tensões. Há uma rede de representações que permeia as relações sociais, onde cada identidade reflete outra, sem um fundamento de origem de cada uma.

Só posso comparecer no mundo frente a outrem efetivamente como representante do meu ser real quando ocorrer à negação da negação, entendida como deixar de presentificar uma apresentação de mim que foi cristalizada e momentos anteriores – deixar de repor uma identidade pressuposta- ser movimento, ser processo, ou, para utilizar uma palavra mais sugestiva se bem que polêmica ser metamorfose. (CIAMPA, 1999, p. 70).

Carolina não está limitada em viver por um fim pré-estabelecido e também não está liberta das condições sociais, culturais e históricas em que vive, de modo que seu *vir a ser* é uma indeterminação absoluta. Não é possível pensar sobre a identidade de Carolina, sem dizer da identidade social que a cerca, pois as diferentes configurações de identidade estão relacionadas com as diferentes configurações da ordem social.

A ideia de pertencer a um território, ao qual damos um significado, logo a um lugar, ou a um grupo, é tão antiga e necessária para o sujeito quanto respirar, contribuindo para o estabelecimento de marcas identitárias. É na interação com o “outro” que o “eu” realiza sua existência e se percebe, se identifica. O princípio da identidade só tem razão de existir em relação ao de alteridade, ao outro, ao diferente. Hall (2005) afirma que as velhas identidades, que desde muitos anos estabilizaram a vida social, entraram em declínio, fazendo surgir novas identidades conforme a fragmentação do indivíduo moderno. Não há mais uma identidade una, centralizada, mas um sujeito plural, heterogêneo, logo, identidades.

Quando se representa a identidade, é comum o uso frequente de preposições substantivas, em vez de proposições verbais. Isso porque interiorizamos o que é predicado e a atividade coisifica-se sob forma de uma personagem, que subsiste

independentemente da atividade que a engendrou e deveria sustentar. A identidade, que inicialmente assume a forma de um nome próprio, como Carolina, vai adotando outras formas de predicções, como papéis, ou personagens (mãe, catadora de lixo, favelada, escritora etc.). O indivíduo não é mais algo, ele é o que faz. Um papel, que em termos de identidade designa um personagem. (CIAMPA, 2005, p. 139).

Identidade é vida que supera a morte. A metamorfose fala através das narrativas do diário de Carolina, onde o real é sempre movimento, transformação incessante. Ciampa (2005) afirma que é a estrutura social mais ampla que oferece os padrões de identidade. A posição de uma identidade, em última análise, resulta de um processo de medida, em que dois objetos são relacionados, considerando-se um deles como o padrão que serve para identificar o outro. Carolina, ser mãe, é um fato social. Contudo, ela também é filha, mas esse outro que ela é, é negado na sua condição de mãe. Através da articulação de igualdades e diferenças, cada posição de Carolina a determina, fazendo com que sua existência concreta seja a unidade da multiplicidade, que se realiza pelo desenvolvimento dessas determinações. Em cada momento de sua existência, embora ela seja uma totalidade, manifesta-se uma parte como desdobramento das múltiplas determinações a que está sujeita.

As narrativas de Carolina em seu diário sobre seu drama cotidiano é o que Ciampa (2005) designa de discurso de um autor-em-obra. Na sua história, as personagens se constituem reciprocamente, tanto quanto cada uma (e todas) se constituem junto com as demais personagens do livro (os vizinhos, os filhos etc). De um lado, há uma autoria coletiva das narrativas, pois a história, montada por todas as personagens, constitui-se reciprocamente. Assim, a autora é também (como já dito) personagem da história. Há igualmente uma autoria individual, que se trata da invenção assinada, que é daquele personagem chamado autor e que, de fato, sempre é narrador, quem conta a história. Logo, na escritura autobiográfica de Carolina, pode ser visto, na descrição que faz dela e de sua identidade, não apenas uma, mas várias personagens (mãe, catadora, escritora, mulher, favelada, etc.).

Nesse sentido, as múltiplas personagens da narrativa, ora se conservam, ora se sucedem, ora coexistem, ora se alternam. Essas diferentes formas de se estruturar as personagens indicam modos de produção de uma identidade, ou seja, se fazem como maneiras possíveis de estruturação. Identidade é história e esse dado permite afirmar que não há personagens fora de uma história, assim como o inverso. Enquanto atriz, Carolina está sempre em busca de novos personagens, e quando novos não são

possíveis, repetia as mesmas. Quando se tornam impossíveis, tanto novas quanto velhas personagens, o ator caminha para a morte, simbólica ou biológica. Enquanto sua morte biológica não chega, Carolina precisa, de alguma maneira, que sua identidade seja representada.

Como ser social, Carolina é um ser-posto. A oposição a ela, ao seu ser-posto, a identifica o que lhe dá uma identidade considerada formalmente como atemporal. A re-posição da identidade deixa de ser vista como uma sucessão temporal passando a ser vista como uma simples manifestação de um ser sempre idêntico a si mesmo na sua permanência e estabilidade. A *mesmice* de Carolina é pressuposta como dada, permanentemente, e não como re-posição de uma identidade que uma vez foi posta. É o trabalho da re-posição que sustenta a *mesmice*. A autora, não suportava sua condição de favelada. Buscando outra personagem descobre-se rebotalho, miserável, que experimenta a fome, e pensa, em muitas vezes, suicidar-se. Ela considera intolerável sua *mesmice*, e por essa, ou qualquer situação, não consegue construir uma nova personagem para si; só lhe parece restar o caminho da autodestruição, cujo final pode ser o suicídio (CIAMPA, 2005, p. 170-1).

O projeto de se tornar escritora, sair da Canindé e dar condições melhores aos filhos, durante muito tempo, era, praticamente, a finalidade para o que Carolina vivia. O que lhe dava forças, e não a fazia desistir, pois tinha o que fazer, precisava de um sentido a sua vida, e publicar seus escritos, talvez, tenha sido a única maneira que lhe pareceu possível para chegar a todos os outros objetivos. Tentou, por iniciativa própria, por várias vezes, mas a falta de condições, por ser mulher, negra e pobre, foi impedida de concretizar seu projeto, até a chegada de Audálio Dantas. A personagem permitida era a de favelada, a desejada era de escritora, poetiza.

Quando diante dos filhos, a autora/personagem é mãe, e diante da mãe era filha e assim por diante. Contudo ela não comparece frente a esses apenas como portadora de um único papel, mas como *personagem* chamada por um nome, Carolina, ou por um papel, como o de mãe. Ou seja, como uma totalidade, representante de si mesma. Com isso, se estabelece uma rede de representações, que vai permear todas as relações do diário, onde cada identidade reflete a outra, desaparecendo qualquer possibilidade de um fundamento originário para cada uma. Assim, conclui Ciampa (2005, p. 178), que as identidades no seu conjunto, refletem a estrutura social, ao mesmo tempo que reagem sobre ela, conservando-a.

A identidade que se constitui, no produto de um permanente processo de identificação, aparece como um dado, e não como um dar-se constante, que expressa o movimento do social. Esse movimento se constitui na História. A História é progressiva, diz da autoprodução humana, o que faz o homem um ser de possibilidades. Carolina contém uma infinitude de humanidade, o que a faz uma totalidade, que se realiza materialmente, contingentemente, ao tempo e ao espaço, de maneira que, cada momento de sua existência como sujeito, é uma concretização, parte da totalidade, negada como todo, mas determinada como parte. Assim ela, Carolina, existe como negação de si própria, ao mesmo tempo em que está sendo apenas ela.

Para Woodward (2009, p. 11), em *Identidade e diferença*, a identidade é relacional. A identidade de Carolina depende para existir, de algo externo a ela, de uma identidade que ela não é, que a difere, mas que, entretanto, fornece condições para que ela exista. A identidade da autora/personagem se distingue por aquilo que ela não é. Ser Carolina é ser um e não outro. Assim, a identidade é marcada pela diferença, e sua construção é tanto simbólica quanto social. Segundo Hall (2009, p. 17), ao examinar sistemas de representação, é necessário analisar a relação entre cultura e significado. A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. A representação, compreendida como um processo cultural estabelece identidades pessoais e coletivas, e os sistemas simbólicos, nos quais ela se baseia, fornecem respostas às questões de quem somos ou como poderíamos ser.

A identidade também é ocultação e revelação, sendo que revelação é condição para a ocultação. Perante determinadas condições objetivas é revelada a uma dada pessoa, uma personagem, e ocultada outra. Pode-se ressaltar, ainda, que a identidade é construída por elementos opostos: diferença e igualdade, objetividade e subjetividade, ocultação e revelação, humanização e desumanização, *mesmice* e *mesmidade*. E, para compreendê-la, é necessário articular essas dimensões, aparentemente contraditórias, a fim de superar a dicotomia indivíduo-sociedade, que constitui a problemática da identidade desde a origem do termo. (PAULINO-PEREIRA, 2006, p. 67).

Ao mesmo tempo em que Carolina repõe uma identidade dada como original no interior do grupo social, ela também se distancia dela, ao assimilar e representar em seu universo simbólico essa identidade e transformá-la segundo suas singularidades enquanto sujeito. Sem esse movimento seria impossível a metamorfose e a identidade

seria apenas *mesmice*, sempre igual a si mesma. Ciampa (2005) explicita as cristalizações (*mesmices*) e metamorfoses (*mesmidades*) dos indivíduos, e discute a *mesmice* através da articulação entre atividade e consciência, “*mesmidade* de pensar e ser”. Esse elemento caracteriza a identidade enquanto movimento e plasticidade, pois se dá pelo ato de refletir sobre o que temos sido e o que podemos ser. A *mesmice* decorre da re-posição da identidade que pode se dar como consciente busca de estabilidade ou inconsciente compulsão à repetição. Ela é pré-suposta como dada permanentemente e não como re-posição de uma identidade que um dia foi posta. O mundo da *mesmice* seria o mesmo dá não-*mesmidade*, em que a própria atividade que serve de base para a personagem deixa de ser desempenhada. O conceito de “*mesmidade*” se refere à superação da personagem vivida pelo indivíduo e que pode ser compreendido como a expressão do outro “*outro*” que também sou eu. Que se torna possível a partir da possibilidade de formular projetos de identidade, cujos conteúdos não estejam prévia e autoritariamente definidos.

A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade. Em todas as situações pode se sentir como uma mesma pessoa, mas o indivíduo na verdade é diferentemente posicionado, pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada uma das diferentes situações. A complexidade da vida moderna exige que o sujeito assuma diferentes identidades, que mesmo sendo plural, podem estar em conflito. Pode-se viver em constante tensão entre as diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de outra (WOODWARD, 2009, p.32).

As identidades são construídas dentro e não fora do discurso por isso é necessário entendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Elas emergem no interior do jogo de poder e são, assim, mais que produto da marcação da diferença e da exclusão. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições de sujeito que as práticas discursivas impõem para nós (HALL, 2011, p. 109,12).

Para a compreensão da identidade, segundo Paulino-Pereira (2006, 62-9), a análise dos papéis tem particular importância. Isto porque revela as mediações existentes entre os grandes universos de significações, objetivados por uma sociedade, e os modos pelos quais estes universos são subjetivamente apropriados pelos indivíduos,

auxiliando a compreender até que ponto estes papéis fazem sentido para os mesmos. Apenas quando o ser humano for capaz de encontrar razões históricas da sociedade e do grupo social, que implicam porque o mesmo age desta forma e como o faz, é que ele estará desenvolvendo a consciência de si mesmo. A construção da identidade é, por assim dizer, uma tarefa complexa para qualquer pessoa. Desde influências culturais à repentinas mudanças sociais, bem como a diversificação de conceitos e mudanças no ritmo de vida do mundo globalizado, cooperam por transformar o processo de construção da identidade numa tarefa árdua para cada um.

## **3.2 Os papéis identitários de Carolina Maria de Jesus**

### **3.2.1. Carolina Mãe**

A família é, acima de tudo, a instituição a que é atribuída à responsabilidade de inserção do indivíduo no mundo social e sua cultura, e por tentar superar os problemas da passagem do tempo, tanto para o indivíduo como para a coletividade. Do ponto de vista demográfico e estatístico, mudanças e permanências vêm marcando a estrutura familiar brasileira nas últimas décadas. O caráter nuclear da família, isto é, o casal com ou sem filhos, continua predominante, mas o “tamanho” da família diminuiu, e cresceu o número de uniões conjugais sem vínculos legais e de arranjos monoparentais. As maiores transformações ocorreram no interior do núcleo familiar, assinaladas pela posição relativa da mulher e pelos novos padrões de relacionamento entre os membros da família. Uma tendência à passagem de uma família hierárquica para uma família mais igualitária, primeiro nas camadas médias, e com o tempo, permeando também as camadas populares. Essas transformações no arranjo familiar foram observadas a partir do censo de 1950, de acordo com Elza Salvatori Berquó (1998, p. 414-5).

Ciampa (1999, p. 63) fala da identidade como processo de identificação que começa no grupo social, sendo o primeiro grupo, quase sempre, a família na qual as duas dimensões da identidade começam a se constituir, igualdade e diferença. Carolina foi mãe de três filhos: João José, José Carlos e Vera Eunice. Cada filho de um pai diferente, logo afastando do ideal de família burguesa e hegemônica, patriarcal, nuclear e fundada no casamento monogâmico e indissolúvel. Foi por conta da primeira

gravidez, que Carolina parou de trabalhar como doméstica em casas de família. Mãe solteira, motivo pelo qual muitas vezes era criticada pela vizinhança da Canindé, dizia que era preciso ser mais tolerante com os filhos, pois eles não tinham ninguém no mundo a não ser ela. Nomeava de pungente a condição da mulher sozinha sem um homem no lar.

Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar. (JESUS, 2005, p.19)

Seus filhos eram sempre vistos como melhores e mais educados do que as demais crianças da favela. Ora os defendia, ora os castigava, como toda mãe. Saía para o trabalho e os deixavam sozinhos em casa e, em certas ocasiões, os levava junto, mas não gostava que a acompanhassem, pois dizia saber que acabariam pedindo para que lhe comprassem algo no caminho. Já nas primeiras páginas de Q. D., ao sair para mais um dia de trabalho incerto nas ruas de São Paulo, enfatiza: “recomendei-lhes para brincar e não sair na rua, porque os péssimos vizinhos que eu tenho não dão sossego aos meus filhos.” (JESUS, 2005, p.9).

Os vizinhos, segundo a autora, implicavam com seus filhos e, inúmeras vezes, ela se queixava por residir na Canindé, expressando desejo de residir “em um lugar mais decente”, em vista das brigas e discussões que as crianças presenciavam ao estarem na favela, ou mesmo nas que os próprios filhos se envolviam. Em mais um dia depois do trabalho, ao chegar à Canindé Carolina diz:

Cheguei no inferno. Abri a porta e pus os meninos pra fora. A D. Rosa, assim que viu meu filho José Carlos começou a [sic] imprecisar com ele. Não queria que o menino passasse perto do barracão dela. Saiu com um pau para espancá-lo. Uma mulher de 48 anos brigar com uma criança! As vezes eu saio e ela vem até a minha janela e joga o vaso de fezes nas minhas crianças. Quando eu retorno, encontro os travesseiros sujos e as crianças fétidas. (JESUS, 2005, p. 13).

Em grande parte da narrativa, a autora conta da tristeza de ver seus filhos em falta de roupas, sapatos e, principalmente, comida. Carolina passava os dias catando papéis, ferros e latas para serem trocados ou vendidos por dinheiro e dar o que comer a ela e aos filhos. Muitas vezes, ficava triste e nervosa por saber que havia pouca comida

no barraco, principalmente, aos sábados, quando, segundo ela, era dia de pouco papel nas ruas, como também no domingo, havendo sempre risco eminente de não haver o que comer. “A fome é a pior doença da favela”, dizia ela. Segundo Ciampa (1987 apud PAULINO-PEREIRA, 2006, p. 55), aquilo que, muitas vezes, pode ser considerado como não metamorfose, na verdade é apenas aparência de não movimento e não transformação. A identidade é processo de constante transformação e, quando essa não acontece como superação, o indivíduo vive sua metamorfose como mera reposição de sua identidade e essa, que é a reprodução da mesmice, é sustentada para conservar uma condição prévia, para representar interesses, em última análise, interesses do capital.

Carolina passou por momentos difíceis com os filhos na favela. A vida na favela da Canindé era marcada pela violência, onde quem não apanhava em casa, apanhava na rua. Mas, os seus filhos, ela defendia com afinco e ameaçava quem os fizesse mal. Carregava Vera Eunice nos braços e o saco de lixo na cabeça. Não tinha vícios, ainda mais o da bebida, tão criticado em vários momentos do diário, certamente em decorrência das frequentes campanhas de combate ao alcoolismo desde os anos de 1890 que se estenderam àqueles de 1940, onde o alcoolismo era tido como algo que sacrificava a profissão, a família e a dignidade. Dessa forma, reafirmava-se a necessidade de o indivíduo ser resistente, jamais manifestar dependência, sinais de fraqueza, devendo ser metódico, atento, racional e disciplinado. O alcoolismo, o jogo, a vagabundagem e a miséria eram atrelados, apontados como tendo consequência direta sobre o homem, sua família e sociedade, conforme Maria Izilda Santos de Matos (2007). Tinha responsabilidade e maldizia os pais que mandavam que os filhos buscassem pinga e a davam a eles para beber, em seguida.

O barraco não era como queria, havia pulgas. Mas, Carolina procurava manter o mesmo o mais limpo que conseguia. Nesse período, como já mencionado acima, o cientificismo imperava, e os médicos expandiram o controle sobre a vida de homens e mulheres. A mortalidade infantil e a luta pela saúde das crianças levaram os médicos a focarem suas ações sobre os corpos, transformando a medicina em instrumento de regulação física e moral. Buscavam regular e normatizar tanto os aspectos de ação sobre os corpos, os hábitos higiênicos e os papéis da família e dos indivíduos (MATOS, 2007).

E, se a moradia não era digna, ao menos tinha satisfação de dar aos meninos o que comer; sempre havia algo nas panelas, mesmo que fosse sopa feita com ossos, que ganhava em um frigorífico.



Quem não conhece a fome há de dizer “Quem escreve isso é louco”. Mas quem passa fome há de dizer “Muito bem, Carolina.” Os gêneros alimentícios devem ser ao alcance de todos. Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?”. Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais. (JESUS, 2005, p.34).

A escassez de comida permeia toda narrativa do diário e os piores sentimentos de Carolina, como os de revolta com sua condição pobre e favelada, principalmente. Sua tristeza e nervosismo adivinham da ameaça ou do fato de falta de comida para ela e, sobretudo, para os filhos. Em certo ponto da narrativa, a filha, Vera Eunice, pede para que a mãe a venda para uma senhora, dona de uma residência onde Carolina fazia bico lavando roupas: “lá tem comida gostosa”, dizia a menina. A autora faz alusão, em alguns momentos, ao pão duro que os filhos, às vezes, tinham que comer, à vida dos favelados, que também era dura ou à cama onde dormiam. Sobre a cor negra do feijão dizia: “negra é a nossa vida, negro é tudo que nos rodeia”. (JESUS, 2005, p.39).

Carolina fazia questão de que os filhos estudassem, fossem alfabetizados. “Estou contente com meus filhos alfabetizados. Compreendem tudo. José Carlos disse-me vai ser um homem distinto e que eu vou tratá-lo de Seu José” (JESUS, 2005, p.123).

Gabava-se da educação que eles tinham, diferente das outras crianças da Canindé. Mas viviam cheios de vermes, como todas as outras crianças. No diário ela conta de momentos em que os filhos adoecem em decorrência de vermes e que esses eram botados pra fora pela boca. Havia uma preocupação para que eles não ingerissem comida estragada, catada no lixo, pois tinha medo de que morressem intoxicados. Certa vez, havia presenciado, no centro de São Paulo, um rapaz que um dia, após ingerir carne estragada, do lixo, foi achado morto. Carolina relata no diário, que havia horas em que se revoltava com ela mesma por ter se envolvido com homens e arranjado filhos.

Tive sonhos agitados. Eu estava nervosa que se eu tivesse [sic] azas eu voaria para o deserto ou para o sertão. Tem hora que eu revolto comigo por ter iludido com os homens e arranjados estes filhos. (JESUS, 2005, p. 78)

No dia do aniversário de Vera Eunice, escrevera que não tinha condições de proporcionar uma festa à filha, que isso seria o mesmo que agarrar o sol com as mãos. E, como agravante ao sentimento de impotência, avisa na narrativa, que aquele era um dia em que haveria apenas uma refeição, o jantar. A falta de comida para si e os filhos, fazia Carolina desejar a morte, em muitos momentos: “como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar. Ela disse pra eu me acalmar. Eu disse-lhe que eu não tenho nada para os meus filhos comer” (JESUS, 2005, p.89).

Benjamin (1989, p. 75-76) afirma que as resistências, que a modernidade opõe ao impulso produtivo natural do homem, são desproporcionais às forças humanas. Compreende-se que ele vá enfraquecendo e busque refúgio na morte. A modernidade, afirma ele, deve manter-se sob o signo do suicídio, selo de uma vontade heroica, que nada concede a um modo de pensar hostil. Esse suicídio não é renúncia, mas sim paixão heroica. Assim, o suicídio, como a “paixão particular da vida moderna” aparece na clássica passagem dedicada à teoria da modernidade.

Carolina se preocupava com os filhos e com as situações e pessoas com as quais se envolviam. Certa vez, uma vizinha acusou José Carlos de molestar sua filha. Preocupada ela conversou com o filho, que negou as acusações. Nesse momento, pensou se não seria melhor deixá-lo sob a tutela do conselho de menores, o que, para ela, seria melhor que ficar na rua, onde temia virasse bandido. Em outro momento, por pouco, Vera Eunice não fora molestada, pois, Carolina, chegou a tempo de impedir e conseguiu sair do pior.

Quase sempre, quando chegava em casa, não encontrava os filhos. Saía à procura deles nas ruas e, às vezes, os encontrava em lugares distantes da Canindé. Encontrava, com frequência, também com as reclamações dos vizinhos em relação a eles, os quais diziam que eram mal educados e jogavam pedras. E ela, respondia que eles, os vizinhos é quem importunavam as crianças e que, sendo eles adultos, deviam deixar de discutir e saber que aquilo era da idade. Carolina afirmava que era preciso ser tolerante, principalmente, com as crianças, que não tinham culpa por pertencer aquele lugar fétido e presenciar as cenas de violência e fatos polêmicos do dia-dia daquele lugar, marginal. Em uma passagem do diário ela conta:

Assustei quando ouvi meus filhos gritar. Conheci a voz da Vera. Vim ver o que havia. Era o Joãozinho, filho da Deolinda, que estava com um chicote na mão e atirando pedras nas crianças. Senti o cheiro do álcool. Pensei: Ele está bêbado porque ele nunca fez isso. Um menino

de 9 anos. O padrasto bebe, a mãe bebe e a avó bebe. E ele é quem vai comprar pinga. E vem bebendo pelo caminho. (JESUS, 2005, p.96).

Na favela do Canindé se vivia da mão para a boca, se ganhava para, então, depois, comer. Em vários momentos, Carolina remete aos dias em que a comida era pouca ou que deixava de comer para dar aos filhos, ou até mesmo esses iam dormir com a barriga vazia: “... de manhã eu estou sempre nervosa. Com medo de não arranjar dinheiro para comprar o que comer. Mas hoje é segunda-feira e tem muito papel na rua”. (JESUS, 2005, p. 41).

Vale mencionar também, que Carolina teve outra gestação, de uma menina, que nasceu morta. A ela deu-lhe o nome de Carolina também.

A relação da autora com os filhos era de proximidade, de uma família isolada em seu barraco na Canindé, já que tinham problemas com quase todos da vizinhança. Mas, sobretudo, estavam sempre juntos. Preocupava-se em ensinar valores que considerava importantes às crianças e as policiava para não se perderem no mundo ruim, que julgava existir ao redor, na favela. E também tinham momentos felizes, mesmo diante das dificuldades diárias, como nesse trecho:

[...] Às vezes eu ligo o rádio e danço com as crianças, simulamos uma luta de boxe. Hoje comprei marmelada para eles. Assim que dei um pedaço a cada um percebi que eles me dirigiam um olhar fraterno, e o meu João José me disse: -Que mamãe boa! (JESUS, 2005, p.17).

Carolina tinha pelos filhos a mesma paixão que pela literatura. Amava ambos, vivia e sobrevivia por conta dos mesmos. Eram eles seu alento para os dias difíceis, em que a vontade de viver lhe faltava. Eram sua sustentação para seguir a diante. Certo dia, o filho José Carlos, expressando sua ligação com uma cultura religiosa, com a qual identificava, disse: “não fique triste mamãe! Nossa senhora Aparecida há de ter dó da senhora. Quando eu crescer compro uma casa de tijolos para a senhora”. (JESUS, 2005, p.14).

Pensando a religião como dimensão que oferece ao indivíduo ancoragem na vida social compreende-se que, nas múltiplas esferas da experiência pública nas quais o ser humano é chamado a conferir sentido à sua existência, ela pode desempenhar um papel de maior ou menor relevância, dependendo dos contextos, ecológicos e sociais, e do

grau de integração de tal experiência à um grupo. Dessa relação, resulta a definição do que é encarado como parte da vida pública, coletiva, na multiplicidade dos papéis sociais que cada indivíduo desempenha, e que a cada um pertence no domínio da vida privada, na intimidade da experiência familiar, no convívio em um círculo de amigos ou na interioridade da própria consciência. É diante desse quadro e da fala de um dos filhos de Carolina, que se pode caracterizar o lugar que compete à religião na definição das práticas e valores, das normas e das crenças que norteiam a ação do homem nesses diferentes domínios (MONTES, 1998, p. 72).

Carolina sonhava com o dia em que seria escritora, em que veria seu nome nas capas de livros, e também com dias vindouros melhores para os filhos, numa casa de alvenaria, que fosse limpa e, em que houvesse principalmente comida farta.

Quando deitei adormeci logo e sonhei que estava noutra casa. E eu tinha tudo. Sacos de feijão. Eu olhava os sacos e sorria. Eu dizia para o João: - Agora podemos dar um ponta pé na miséria. E gritei: - Vai embora miséria! A Vera despertou-se e perguntou: - Quem é que a senhora está mandando ir-se embora? (JESUS, 2005, p. 162-3).

Retomando uma tradição na sociedade brasileira, sobretudo nas camadas populares, desde os anos 50, tem se associado à situação de mulheres no comando da família, cuidando dos filhos, sem a presença de marido ou de companheiro, à uma vida familiar característica dos segmentos mais pobres da população. Vários autores assinalam a relação entre chefia feminina e pobreza tanto como causa quanto como consequência uma da outra. Mães solteiras, separadas ou viúvas, são as mais pobres nas camadas populares (BERQUÓ, 1998, p. 431).

Em Q. D., mais do que o relato de uma favelada, como sugere o subtítulo, há o sofrimento da mãe que, inconformada com a vida na favela, procura, desesperadamente, em alguns momentos, manter-se viva, ela e os filhos. Carolina dizia que a pior coisa para uma mãe era ouvir a sinfonia: “- Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome!” (JESUS, 2005, p.56).

### 3.2.2 Carolina Catadora de lixo e favelada

Carolina saiu de Sacramento, em Minas Gerais, e acabou indo parar na Canindé, uma favela da cidade de São Paulo. Antes disso, seus anos de menina foram ladeados pela figura do avô, a quem dizia ser o Sócrates africano. Mais tarde, se fixou, por algum tempo, com a mãe na cidade de Franca, onde trabalhou na Santa Casa de Misericórdia. Após a morte da mãe e sob influência do que diziam conhecidos, decidiu ir para a metrópole, com o sonho de trabalho fácil e melhores condições de vida. De empregada, em casas de família, se tornou catadora de lixo, posteriormente, ao engravidar-se. Saía todos os dias a caminhar pelas ruas da metrópole à procura de seus restos, de papelão, ferro, latas e outras coisas que pudesse vender e trocar por dinheiro: “Tudo quanto eu encontro no lixo eu cato pra vender” (JESUS, 2005, p. 9).

Vivia na Canindé, mas nunca se conformou. Dizia que a favela era o quarto de despejo da cidade. “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos.” (JESUS, p.28, 2005) Para Carolina a favela era a forma mais degradante da condição humana, onde todos que estavam ali eram esquecidos pelo governo e também pela gente rica, que segundo ela, esquecia, muitas vezes, da úlcera aberta na cidade, a favela e de seus moradores, os favelados.

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no [sic] paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferente da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas. (JESUS, 2005, p.76).

De maneira comparável ao que ocorre com a identidade individual, a identidade coletiva constitui-se ao longo do tempo, atravessando momentos em que as atividades podem se estabilizar (reposição) ou se transformar (superação), bem como, excepcionalmente, se deteriorar (degradação). As relações de afirmação tendem a facilitar a continuidade das vivências, sejam essas desconexas ou diferenciadas. Deste modo, assim como os questionamentos, as vivências desconexas ou diferenciadas, tendem a introduzir as transformações; não nos esquecendo de que, a memória está

sempre presente nessas possibilidades, tanto de reposição quanto de superação (PAULINO-PEREIRA, 2006, p. 65).

A vida na Canindé sempre foi difícil e o trabalho pesado. Carregava, em sacos na cabeça, os lixos que recolhia no percurso e havia dias que carregava também, nos braços, a filha menor, Vera Eunice. Queixava-se, sempre, por estar suja ou mal cheirosa, queria ter condições de se vestir como as mulheres ricas da cidade e andar perfumada, mas dizia que trabalho como o que desempenhava não permitia tal desejo.

O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. Já habituei-me a andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela (JESUS, 2005, p.19).

Cada indivíduo, progressivamente, apropria-se da realidade atribuindo um sentido pessoal às significações sociais. Devido às condições objetivas, expectativas da sociedade, bem como expectativas internalizadas pela própria pessoa, a identidade vai sendo construída num constante processo de vir-a-ser. Desde o nascimento, diariamente, novos acontecimentos e significados são acrescentados à vida cotidiana, atribuindo, ao ser humano e ao mundo, predicções diversificadas, para o bem e para o mal (PAULINO-PEREIRA, 2006, p.62-3).

Mesmo em dias que estava adoecida saía para procurar o que vender. Sabia que se não o fizesse ela e seus filhos não teriam o que comer no dia seguinte ou dormiriam de barriga vazia. Em várias passagens do diário Carolina conta que saía mesmo sem ter comido nada e chegava a passar mal, sentir náuseas e tontura nas ruas. Outros dias, mesmo estando bem de saúde, desejava poder ficar até tarde na cama e poder descansar. Mas, logo em seguida, retrucava: “O pobre não repousa. Não tem o privilegio de gozar de [sic] descanso.” (JESUS, p.10, 2005).

Na família moderna, que, de forma crescente, manifestou apreço pela privacidade doméstica e a buscava valorizando a convivência íntima, a domesticidade, e preservando a autonomia de suas individualidades, a casa passou a ser lugar onde o conforto e o aconchego asseguravam ao homem estabilidade, segurança e descanso das

atribuições no trabalho e na vida profissional; o lar torna-se um retiro do mundo do trabalho (BORGES, 2007, p.48).

Carolina não se dava bem com a vizinhança da Canindé e dizia ser melhor que eles, porque sabia ler e escrever, e que a invejavam por isso. Além disso, temiam o que ela poderia escrever sobre eles no seu diário, já que ela os ameaçava com tal afirmação. Segundo Carrijo (2011, p. 151-2), a instância sujeito Carolina é/representa um grito de protesto contra as injustiças acometidas aos favelados, às minorias, aos pobres. Sua voz é contundente, cáustica. Deitar e acordar, com lápis e papel na mão, não é uma atitude puramente mecânica, é uma singularidade que desvela, na ação de escrever e de catar, a probabilidade de catar realizar/sonhos.

A maior parte da narrativa do seu diário se passa na rotina da favela e as histórias que envolvem seus moradores. Cita os nomes de todos da vizinhança e conta todos os acontecimentos para, em seguida, dar sua opinião sobre tudo. Dizia que na favela as bagunceiras eram as mulheres e que os homens eram tolerantes e delicados: “Tenho pavor destas mulheres da favela. Tudo quer saber! A língua delas é como os pés de galinha. Tudo espalha. (JESUS, 2005, p. 12). Ou ainda: “As rascoas da favela estão vendo eu escrever e sabe que é contra elas. Resolveram me deixar em paz. Nas favelas, os homens são mais tolerantes, mais delicados. As bagunceiras são as mulheres.” (JESUS, 2005, p. 18)

E os filhos estavam sempre em conflitos com a vizinhança, que lhes falavam mal e jogavam pedras. Não era chegada à briga, por isso não ia à porta dos vizinhos, mas esses estavam segundo ela, sempre em sua porta.

Aqui nesta favela a gente vê coisa de arrepiar os cabelos. A favela é uma cidade esquisita e o prefeito daqui é o Diabo. E os pinguços que durante o dia estão oculto a noite aparecem para atentar. Percebo que todas as pessoas que residem na favela, não aprecia o lugar. (JESUS, 2005, p.81).

Ou ainda:

As mulheres da favela são horríveis numa briga. O que podem resolver com palavras elas transformam em conflito. Parecem corvos, numa disputa. Eu penso que a violência não resolve nada. Assembléia de favelados é com paus, facas, pedradas e violências. (JESUS, 2005, p.45).

Denunciava também as mazelas que aconteciam ali. Dizia que ela, diferente do restante, tinha coragem para expor o que se passava na favela, o pior cortiço que poderia existir. Os descasos que acometiam a gente daquele lugar às margens do rio Tietê. Os pobres, dizia Carolina, haviam ido para as margens do rio que seria o lugar de lixo e de marginais. Gente da favela, para ela, em ressonância com a voz coletiva, era considerada como marginal. Relata que não mais via corvos voando nas margens do rio, perto dos lixos, pois os homens desempregados é que agora faziam o papel dos corvos, perdendo sua dimensão humana e se animalizando. “Os favelados aos poucos estão convencendo-se que para viver precisam imitar os corvos. Amanhã não vou ter pão. Vou cozinhar batata doce.” (JESUS, 2005, p. 37).

Tinha o desejo de que a favela fosse extinta e a esperança, mesmo criticando muitas vezes, de que o governo tomasse alguma providência a respeito. Mas já avisava que a falta de recursos, acabava com o afeto dos favelados aos políticos, e que, por dentro, seus corações eram roxos, cor da amargura, por viverem ali e naquelas condições ou mesmo sem condições alguma: “Cheguei à conclusão que quem não tem de ir pro Céu, não adianta olhar para cima. É igual a nós que não gostamos da favela, mas somos obrigados a residir na favela.” (JESUS, 2005, p.38).

O maior desejo de Carolina era se mudar do quarto de despejo, conseguir uma casa ou terreno fora dali e ter comida em abundância para ela e os filhos. O desgosto por residir na Canindé permaneceu com ela durante todo o tempo em que lá esteve.

Cheguei na favela: eu não acho geito de dizer que cheguei em casa. Casa é casa. Barracão é barracão. O barraco tanto no interior como no exterior estava sujo. E aquela desordem aborreceu-me. Fitei o quintal, o lixo podre exalava mal cheiro. Só aos domingos que eu tenho tempo de limpar. (JESUS, 2005, p.42)

A autora questiona sempre na narrativa a vida difícil que ela e os outros da favela levavam e chegava, às vezes, em seu barracão nervosa e exausta de mais um dia de catadora das migalhas dispensadas pela cidade. Pensava sobre a vida atribulada que tinha, catando papel, lavando roupa pra fora e permanecendo longe do seu barraco o dia todo. Mesmo assim, havia uma certeza, sempre estava em falta. Mas dizia que, apesar



dos aborrecimentos diários, devia suportar resoluto, já que não havia conseguido armazenar nada para viver, então devia ser ao menos paciente. Imbuída de uma visão de mundo na qual é necessário o acúmulo de bens, inclusive de víveres, a poupança, para garantir o amanhã, sentia-se fracassada.

Havia dias em que adormecia e sonhava com a segurança que esse tipo de vida lhe proporcionaria, como conta nesse trecho:

Passei uma noite horrível. Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe umas panelinhas que há muito ela vive pedindo. Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, as margens do Tietê. (JESUS, p.35, 2005)

Carolina reclama, com frequência, do mau cheiro que exalava pela favela e dos lixos que os outros moradores da cidade (a maioria comerciantes e donos de fábricas) jogavam às margens do rio. As pessoas que lá chegavam se espantavam e diziam que a favela da Canindé era o chiqueiro de São Paulo; para viver ali só sendo porcos, o que, novamente, expressa um sentimento constante de perda da humanidade e de coisificação. Conclusões assim deixavam a autora ainda mais revoltada e a faziam refletir sobre sua vida e a vontade de continuar, “uma revolta justa”, dizia ela.

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. Devo incluir-me, porque eu também sou da favela. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo. (JESUS, 2005, p.33).

Identificamos aqui a negação da humanidade do indivíduo, a qual é veiculada a partir de interesses que fogem ao seu controle. Muitas pessoas são tolhidas de se transformar, ou seja, são forçadas a reproduzir-se como réplicas de si, involuntariamente, a fim de preservar interesses estabelecidos e situações convenientes

ao sistema. E, se analisarmos estes interesses e conveniências, notaremos que são interesses e conveniências inerentes ao sistema capitalista - o trabalho de re-posição que sustenta a mesmice (PAULINO-PEREIRA, 2006, p. 68).

A vida pobre parecia ainda pior quando os preços dos alimentos subiam. As dificuldades em se obter dinheiro para comprar alimento eram diárias. Em certo ponto da narrativa a autora exclama aos alimentos, que sempre estiveram ao alcance dos marginais, favelados, o arroz e o feijão, esvaiam-se.

Até vocês, feijão e arroz, nos abandona! Vocês que eram os amigos dos marginais, dos favelados, dos indigentes. Vejam só. Até o feijão nos esqueceu. Não está ao alcance dos infelizes que estão no quarto de despejo. (JESUS, 2005, p. 38).

Carolina constata que esses os abandonaram, os esqueceram. Mesmo eles, que eram o subsídio básico do pobre, já estavam virando artigo de luxo para os barracos do Canindé. Em dias de chuva ela tinha medo da fome e dizia: “Quando chove eu fico quase louca porque não posso ir catar papel para arranjar dinheiro.” (JESUS, 2005, p. 113).

As transformações por que passou a economia brasileira na gestão Kubitschek foram tão rápidas e de tal monta que seus desdobramentos se deram por muito tempo, operou-se uma ruptura quase total com a orientação político-econômica anterior. Havia, com o crescimento industrial acelerado, uma ampliação da massa de empregos, o que compensava temporariamente os efeitos negativos da inflação sobre o custo de vida e os salários. Inflação que era estratégia do governo para gerar recursos internamente, mas levando a moeda a se desvalorizar. Talvez o impacto mais negativo do novo modelo econômico tenha sido a brutal concentração da renda por ele provocada, ainda mais nas classes altas. Em sua raiz estava o elevado diferencial entre produtividade e os salários favorecido pela política econômica do governo (MENDONÇA, 1986, p. 63-65).

Hoje eu fiz arroz e feijão e fritei ovos. Que alegria! Ao escrever isto vão pensar que no Brasil não há o que comer. Nós temos. Só que os preços nos impossibilita de adquirir. Temos bacalhau nas vendas que ficam anos e anos a espera de compradores. (JESUS, 2005, p. 133)

O diário desfez estereótipos presentes à época sobre os favelados, como os de que, ali, todos eram infelizes ou, por outro lado, unidos e desprovidos de preconceitos. Esses últimos, até mesmo Carolina os tinha, pois falava com desprezo dos vizinhos da Canindé, principalmente, dos nordestinos. Reproduzia o discurso das elites paulistas quem menosprezava os migrantes daquela região, por mais que tenha sido sobre eles que erigiram sua riqueza. “Depois que a favela superlotou-se de nortistas tem mais intriga. Mais polemica e mais distrações.” (JESUS, 2005, p. 67).

Mas, em outros momentos, também se incluía naquele espaço, sendo ela, como todos os outros, da favela. Indicação disso é a referencia à um dia em que um jornalista foi até sua casa e ficou espantado pelas precárias condições em que vivia a autora: “O senhor Dario ficou horrorizado com a primitividade em que eu vivo. Ele olhava tudo com assombro. Mas ele deve aprender que a favela é o quarto de despejo de São Paulo. E que eu sou uma despejada.” (JESUS, 2005, p. 129).

Segundo Meihy e Levine (1994, p. 22):

Sua casa era seu mundo: nele estavam seus filhos e os cadernos que escrevia. Pouco mais. Conta que se valia de um lenço para proteger o nariz da fedentina do lugar e que quando tinha sabão, lavava suas roupas no rio Tietê que margeava a favela. Assim ia vivendo, sem jamais adaptar-se aquela vida.

Carolina atestava o fracasso do governo com seus discursos de progresso e desenvolvimento, de naquele período em proporcionar condições dignas de sobrevivência a todos, e sua escritura contava de ações sonhadas, com sentimentos compartilhados, com uma intermediação entre o real e as aspirações coletivas. A favela é descrita em seus piores aspectos: a violência, a inutilidade da vida, a repetição do eterno quadro da fome e da luta pela sobrevivência. Carolina, catadora de lixo, vivia do que a sociedade do progresso e industrial descartava.

### **3.2.3. Carolina Escritora, poeta**

Carolina usou da literatura como tentativa de emancipação de sua condição de pobre e marginal. Escrevia para denunciar as mazelas da vida na favela e para também sair de lá. Sujeito uno, que se construía através da multiplicidade e da mudança, de acordo com seus posicionamentos como atriz e autora do próprio processo identitário,

onde a subjetividade é vista sempre articulada com a objetividade da natureza, a normatividade da sociedade e a intersubjetividade da linguagem (CIAMPA, 2005, p. 07).

Havia momentos do dia para ler ou escrever, principalmente, os de paz interior, como ela dizia. Entre aborrecimentos do dia-dia com a vizinhança na Canindé e, principalmente, impulsionada por esses, escrevia: “Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem. Tem hora que revolto com a vida atribulada que levo. E tem hora que me conformo.” (JESUS, 2005, p.22).

Segundo Souza (2012, p.82) a identidade autoral de Carolina se delineava com relação aos fatos de ser negra, ser mãe, ser mulher, ser favelada e ser poeta. Todos esses papéis, abordados também nessa pesquisa, são pontos de conexão internos que dão característica densa à sua escritura, seu discurso forte, onde Carolina interioriza atribuições sociais predicadas pelos papéis e modificam-nas de acordo com seus interesses particulares na articulação de diferentes personagens.

A autora se julgava superior ao restante dos moradores da favela, justamente pelo fato de saber ler e escrever. Para Meihy (1994, p. 103):

[...] ao mesmo tempo em que vivia aquela situação de profunda miséria, ela sempre se considerou uma pessoa acima daquele grupo do qual fazia parte. Na verdade ela vivia em conflito permanente com o grupo, porque se considerava superior. E realmente, do ponto de vista intelectual, ela era superior ao grupo. Era capaz de se expressar e de ter acesso ao mundo de fora, como efetivamente acabou tendo.

Reproduzindo uma concepção de cultura elitista, dizia que os moradores do lugar eram incultos e que não poderiam, por isso, compreender o que dizia. E, em seguida, alertava: “Vou escrever um livro referente à favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com essas cenas desagradáveis me fornece os argumentos” (JESUS, 2005, p.17). Como sujeito individual, como singular, a ação de Carolina sobre sua identidade é mediada pela capacidade e compreensão de captar o mundo, não apenas de forma descritiva, mas como afirma Ciampa (2005, p. 139), buscar a “compreensão, captar os significados implícitos”.

Vendo-se como letrada e com tais declarações de guerra, de ataque e defesa, os vizinhos, em sua maioria, sempre, quando a viam escrever, a hostilizavam. Sabiam que poderiam estar citados ali, já que ela os ameaçava constantemente. “As rascoas da favela estão vendo eu escrever e sabe que é contra elas.” (JESUS, 2005, p.18).

Implicavam com ela dizendo que sabia falar muito bem, além de que, também atraía os homens. Iam até a porta de seu barraco e a ofendiam. Na maioria das vezes não devolvia os insultos, dizia que quando nervosa preferia escrever. Escrevia todos os dias, sentada no quintal, na calçada, dentro do barraco ou pelas ruas de São Paulo. Tratava de suas impressões e das histórias que aconteciam aos seus vizinhos favelados: “projeto de gente humana”, como se referia a eles. Como sujeito coletivo, a ação sobre sua identidade está relacionada ao pertencimento que possibilita a existência e o reconhecimento de um coletivo com quem possa se confrontar, se comparar. Nas narrativas de seu Diário, Carolina se iguala e também se diferencia dos companheiros de infortúnio da Canindé, num movimento já indicado por Hall, de identidade afirmada no processo de igualdade e diferença.

Este processo de diferenciação, e conseqüentemente de metamorfose, possibilita a Carolina assumir-se ao mesmo tempo como um ser diferente e igual aos demais da favela. Torna-se diferente, pois se distinguiu da identidade pressuposta (como Carolina pobre, favelada), e ao mesmo tempo torna-se igual, pois na antítese da identidade pressuposta, no movimento de negação da negação, Carolina desenvolve uma nova realidade que fundamentalmente partiu da representação social, tornando-se espectro da própria humanidade. Sendo dialeticamente ela “um e todos” ao mesmo tempo Carolina “é ela mesma, transformando-se” (CIAMPA, 2005, p. 84).

As brigas, disputas por espaço, discussões por conta dos filhos, pela falta de água, sujeira e todas as outras condições de miséria que havia na favela da Canindé e da situação política do país, percorrem as páginas de seu diário. Segundo Souza (2012, p. 143), a autora busca por intermédio de outras vozes, legitimação para o que dizia, refletindo a opinião da maioria pobre, sendo, portanto, uma mediadora de tais conflitos e tensões, das questões que emergiam naquele espaço. Assim, a identidade não está pressuposta, pois depende de um processo continuado de identificação eu-outro, em que a re-posição assume papel de constantemente reforçar uma representação. Para Ciampa (2005, p. 163) “re-atualizamos através de rituais sociais, uma identidade pressuposta, que assim é vista como algo dado”. Carolina torna-se agente de sua própria vida,

reconhece seu papel na própria transformação, como se espera de todos que atuam para a busca da emancipação.

Carolina afirmava que todos têm um ideal e que o dela era gostar de ler, distanciando da maioria da gente negra e pobre, que não se destacava por esse hábito. Um dia, enquanto escrevia, sentada na rua, aproximou-se dela um senhor que questionou sobre o que se tratava, ouvindo, como resposta, que era seu diário. O mesmo, espantado, disse-lhe: “Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você”. O estranhamento parece ter persistido mesmo após a publicação de Q. D.

A suposta falta de força física, uma vez que carregava tudo que recolhia sozinha, era compensada nas palavras que, segundo Carolina, feriam mais do que uma espada. Almejava, desde sempre, a venda dos seus escritos, sua editoração, para com o dinheiro comprar uma casa ou um terreno em outro lugar, que não a favela. Enquanto escrevia também sonhava, e feliz até cantava, compunha canções.

...Hoje eu estou alegre. Estou rindo sem motivo. Estou cantando. Quando eu canto, eu componho uns versos. Eu canto até aborrecer da canção. Hoje eu fiz essa canção: Te mandaram uma macumba e eu já sei quem mandou. Foi a Mariazinha, aquela que você amou. Ela disse que te amava, você não acreditou. (JESUS, 2005, p 107)

Sua escritura era caótica, cheia de incorreções ortográficas, mas lhe servia de consolo quando a fome era intensa demais. Dizia de si e retratava uma realidade que também era coletiva. E acabou, independente, do local, do contexto ou da ação, por influir na sociedade, interferir nas questões globais e, em consequência, ter implicações. Nas narrativas de Q. D, é possível perceber que Carolina demonstra ter alguma consciência de suas transformações, suas metamorfoses, se reconhece e é reconhecida como humano, expressando uma sabedoria sua, um conhecimento de quem passou pela miséria, pela fome. E sua vida acaba sendo expressão dessa sabedoria, desse conhecimento. “Suas palavras não soam como um eco descarnado, simples repetição mecânica” (CIAMPA, 2005, p.111). Através do Diário, ganhou reflexão, consciência, de sua vida que foi sempre difícil, possibilitando-lhe ser ator-criativo.

Carolina acumula em seu texto as funções de narrador e também de sujeito na reprodução de sua história. Mesmo considerado ficção, o texto autobiográfico provoca no leitor uma impressão de veracidade. O diário retrata uma realidade coletiva, de toda a favela, do descaso e da vida miserável dos outros que, como a autora, viviam na

Canindé. Ao mesmo tempo em que se cola a realidade adversa, constitui um trampolim para superá-la: “sua identidade , que se transforma, vai se concretizando nas e pelas novas relações sociais em que está se enredando. A materialidade dessas relações sociais faz com que a nova identidade não seja uma ficção, uma abstração imaginária” (CIAMPA, 2005, p. 109).

Reproduzida em livro, esta realidade incorpora a possibilidade de um projeto de vida e de futuro, excluídos no horizonte de possibilidades dos vizinhos de barraco da autora.

Quarto de Despejo, o Best-seller que lança Carolina na cena literária brasileira, tem um caminho próprio, uma trajetória irreversível que serviu para elaborar interna e externamente uma imagem do Brasil retratado por Carolina, assim como uma imagem própria, peculiar, da escritora e de sua escrita. (SOUZA, 2012, p. 40).

O Diário foi à forma de expressão literária encontrada e conhecida pela autora para denunciar as mazelas sociais que ela e outros tantos da favela vivenciavam no cotidiano da cidade de São Paulo, que há muito se propagandeava como a locomotiva da nação. Diário da fome cotidiana, da miséria, dos abusos e dos preconceitos sofridos por ela, seus filhos e outros favelados e que configura como um lugar de memórias. O lugar da memória é duplo: um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome, mas, constantemente, aberto no que refere à extensão de suas significações (NORA, 1995, p.27).

Segundo Xavier (2002 apud SOUZA, 2012, p. 38), até mesmo as incorreções linguísticas fazem parte de um contexto de opressão e carência e deve ser lida como integrante de um mundo marginalizado. Ao escrever, Carolina se distancia da realidade cotidiana e do imediatismo em que se encontra sua vizinhança, que ela condenava e menosprezava, servindo de conforto à fome, de alimento para a alma.

Carolina deu sua contribuição através da escritura, cuja autoria foi destituída por sua origem social, étnica. Era catadora de papel, e pensando-se os sentidos culturais da palavra “papel”, que é onde se escreve, mas também como colocado na teoria de Ciampa (2005), função que o indivíduo desempenha na vida social. Carolina não foi apenas uma catadora de papel no sentido físico da palavra, mas também alguém que catou e construiu o papel que representava na cultura do país. Sua vida é feita de papéis identitários que representa e de outros que vende e dos cadernos que escreve. O papel é

um dever: meio para encontrar comida e suporte para sua escritura, condição para sua emancipação. O papel é o que a anima, que dá forças, juntos aos filhos, para seguir. Carolina tem “fome” de papel: cata e escreve. Assim, identidade na perspectiva oferecida por Ciampa (2005), possibilita a alteração das auto-definições do indivíduo, ao permitir reconhecer-se como sujeito único detentor de controle sobre a própria realidade.

#### **3.2.4. Carolina Mulher, Negra**

Carolina era mulher, negra e favelada. Sofria preconceito por todos esses rótulos, ainda mais sendo mãe solteira e catadora de papel, residindo na favela. Criava os filhos sozinha, sem marido, e por isso era criticada pela vizinhança da Canindé. Mas era, sobretudo, uma mulher de personalidade forte, que colocou a sociedade da época em alvoroço com sua escritura. Segundo Meihy e Levine (1994, p. 19), nesse espaço, Carolina, uma negra, era o contraste perfeito de uma sociedade branca que queria exhibir-se e projetar uma imagem de moderna, progressiva e organizada.

A autora supera sua condição de mera coadjuvante na trama social e assume a apresentação de uma personagem autônoma que é também autora de sua própria história. Ela é capaz de formular projetos de identidade pessoal, cujos conteúdos não estejam prévia e autoritariamente definidos, ou “pela aprendizagem de novos valores, novas normas, produzidas no próprio processo em que a identidade está sendo produzida, como mesmidade de aprender (pensar) e ser (agir)” (CIAMPA, 2002, p. 241).

Em um processo que busca a conservação social, as ações dos indivíduos são normatizadas, a fim de se manter uma estrutura social e as identidades produzidas. Carolina contrariando a norma, à figura desenhada e propagandeada em tantos discursos moralizantes e disciplinadores, afirmava que era mais feliz não tendo marido, que não entenderia seu gosto pela leitura e escrita: “E depois, um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal.” (JESUS, 2005, p. 38).

Além de se orgulhar, ao afirmar que nunca havia se casado, por não aceitar qualquer dependência econômica de um homem, via as mulheres da favela sendo agredidas por seus parceiros, na maioria das vezes, quando estavam embriagados. Sobre



essas cenas de violência física e simbólica, de agressão, que presenciava e acerca do casamento dizia:

Elas alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por associações de caridade. Elas tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas. (JESUS, 2005, p. 14).

Carolina se descrevia como pessoa autônoma, independente, que geria sua vida, sendo alegre, dizia que ao despertar sempre cantava ao abrir a janela. Mas fica claro, nas passagens do diário, que essa felicidade se retirava em momentos de fome eminente. Nos dias em que a comida era pouca se entristecia e, por vezes, desejava a morte, pensando em suicídio muitas vezes, como aparece nos seus relatos diários. Mas, nos dias de comida farta, parecia festa: “Fui fazendo o jantar. Arroz, feijão, pimentão e choriço e mandioca frita. Quando a Vera viu tanta comida disse: - hoje é festa de negro!” (JESUS, 2005, p.43)

As mulheres da favela eram sempre alvo das críticas da autora, que declarava ter pavor das mesmas, as chamando de fofoqueiras. Sempre estavam a dizer da vida dos outros, e Carolina, certa vez, foi dada como grávida e, sabendo da história que corria pela Canindé, enfurecida, esbravejava que as mulheres daquele lugar eram como pés de galinhas, que tudo espalhavam. Mostrava-se conservadora, tendo interiorizado em si o discurso burguês e católico do casamento monogâmico e indissolúvel, e mesmo racista em algumas passagens do diário, sobretudo, isolada.

Creio que um homem só chega para uma mulher. Uma mulher que casou-se precisa ser normal. Essa historia das mulheres trocar-se de homens como se estivesse trocando de roupa, é muito feio. A mulher que separa-se do esposo não deve prostituir-se. Deve procurar um emprego. A prostituição é a derrota moral de uma mulher. É como um edifício que desaba. (JESUS, 2005, p.111-12)

Assim a autora expressa sua identidade com a imagem do casamento burguês, monogâmico, religioso, indissolúvel, propagandeado em tantas produções culturais. Carolina foi alvo de preconceito em muitas vezes, principalmente, por sua condição de mulher negra. A etnia é também uma metáfora organizadora da constituição memorialística juntamente aos relatos cotidianos da vida na Canindé, onde é possível

observar o eu-enunciador revelando o racismo atuando sob o eu-enunciado, e também sob a comunidade da qual fazia parte.

...Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transformam preto em bode expiatório. Quem sabe a guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (JESUS, 2005, p. 96)

Narrativas como esta mostram a tensa relação que existia na favela e por vezes descrevem o preconceito étnico, trazendo a forma agressiva das verbalizações negativas dirigidas aos negros, como Carolina. A identidade de mulher negra da autora não satisfazia aos anseios políticos da sociedade predominantemente branca, mas isso não significa que Carolina fosse alheia a sua condição própria de mulher negra. Ao contrário, a construção de sua identidade literária no conjunto de sua obra está sempre permeada por discussões de etnia, gênero e classe. Revelando inclusive o preconceito vindo da própria Carolina em relação a sua condição de mulher negra.

- Eu estava dizendo aos meus filhos que eu desejava ser preta.
- E você não é preta?
- Eu sou. Mas eu queria ser dessas negras escandalosas para bater e rasgar as tuas roupas. (JESUS, 2005, p. 119)

Para Meihy e Levine (1994, p.229) a linhagem da argumentação de Carolina está mais para expressão da questão étnica, e a consideração de sua obra como literatura negra interessa como valorização de uma atividade que se diferenciava das demais formas de sucesso social possibilitadas aos negros. A autora significou uma alternativa diferente das demais alcançadas por outros negros reconhecidos. Através das letras Carolina ascendeu, tornando-se escritora de sucesso de vendagem. A escritora de diários, que contavam da vida na favela, lutou para que fosse aceita sua escritura, sua figura como escritora e sua condição independente. Em mais uma passagem de Q. D, ela conta que seus escritos eram rejeitados por ser negra. Sobre isso disse:

Escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. E eles respondiam-me: - É uma pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais inducado do que o cabelo de branco. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (JESUS, 2005, p.58).

Entre as manifestações culturais da sociedade brasileira, o carnaval era uma festa popular que detinha o gosto da escritora. Certa vez, conseguiu dançar na avenida, usando uma fantasia de penas feita por ela mesma. Carolina sofria por andar suja e mal vestida. Certo dia, ao se dirigir ao prédio em que prestava serviços de passadeira, para recolher doações feitas por uma moradora, conta de uma experiência discriminatória ao adentrar o elevador e encontrar com um morador: “No sexto andar penetrou no elevador olhou-me com repugnância. Já estou familiarizada com estes olhares. Não entristeço. O homem estava bem vestido. Eu estava descalça. Não estava em condições de andar no elevador.” (JESUS, 2005, p. 98).

Sobre sua condição de escritora, de mulher e negra, escreve Toledo (2011, p. 122):

Certamente modificou o padrão de representação da mulher negra na literatura e abriu espaço para novos traçados, pois, embora desacreditada por muitos, fez o mais importante e inovador: levantou sua voz de mulher negra diante do patrimônio masculino e branco para tomar para si o próprio estereótipo, que há muito vinha sendo deturpado pelos padrões hegemônicos, e reconfigurou a imagem ao seu gosto, — dentro e fora da literatura — conforme visto na apresentação dos diários.

Carolina, apesar de, em alguns momentos no diário, exaltar sua condição negra, se via como superior à outras negras como ela, como ao dizer aos filhos que gostaria de ser uma negra como eram outras, “escandalosas”, assimilando a cor da pele daquelas que se envolviam em confusão e arrumavam brigas, rasgando as roupas e batendo em outros. Ao mesmo tempo se colocava em situação de igualdade, como ao constatar que o mundo era como queriam os brancos e, não sendo branca, se isentava da relação com as desorganizações. Ainda sobre a condição dos negros dizia: “Nos pretos não temos profeta para orar por nos. Se criasse os negros depois dos brancos, ai os brancos podia revolta-se.” (JESUS, 2005, p.108).

A autora afirmava, sempre, que as mulheres da favela a invejavam por ser preferida pelos homens bonitos e distintos e, por sua condição independente, de controlar seu próprio dinheiro. Ela também mostrava preferência para homens distintos quando se relacionava. Prova disso é que os pais de seus três filhos tinham posições sociais diferentes da dela; dois eram estrangeiros, e o pai da caçula, Vera Eunice, era um comerciante de posses. Em mais uma passagem do diário ela diz: “Encontrei com aquele moço loiro, alto e bonito. O tipo de homem que as mulheres gostam de abraçar.” (JESUS, 2005, p.105).

Carolina constituía sua pessoa através do tripé “mulher, negra e favelada” perpassando como dito, por relações de gênero, etnia e condição social. Q. D é uma narrativa visceral de tomada de consciência de si e dos outros, de sua etnia, do cenário na Canindé e das ruas de São Paulo, por onde sai a catar lixo: “parece que eu vim ao mundo predestina a catar. Só não cato a felicidade” (JESUS, 2005, p. 72). A palavra diz da condição subjetiva de Carolina, e condição para sua inserção na sociedade enquanto indivíduo. Indivíduo esse que se construiu pela palavra, e é mulher, e é negra.

### **3.2.5. Carolina Contestadora Política**

Q. D conta da rotina de Carolina e os favelados da Canindé, como já discutido anteriormente. Mas, além da descrição dos fatos, Carolina travava diálogos não só com os vizinhos favelados, mas também com as pessoas que encontrava nas ruas de São Paulo. E, nessas conversas, sempre, usava do que se discutia no campo dos temas políticos para dar sua opinião acerca dos fatos que, de modo geral, aconteciam no país. Segundo Ciampa (2005) é na atividade social que ocorre a objetivação e, portanto, que temos a característica de materialidade do processo identitário. A multiplicidade das determinações sociais se reflete nas representações individuais de Carolina, ao mesmo tempo em que ela transforma o meio e luta para se *alterizar*, modificando seu entorno.

Uma senhora me perguntou o que acho do Carlos Lacerda, respondi concientemente: - muito inteligente. Mas não tem inducação. É um político de cortiço. Que gosta de intriga. Um agitador. (JESUS, 2005, p.12).

Carolina, como na passagem acima citada, fazia sempre comentários sobre a situação do país, da política e da politicagem da época, além de escancarar a pobreza e as condições insalubres que viviam ela e os outros da Canindé. Sua contestação estava diretamente ligada à falta de infraestrutura básica com a qual conviviam. Tudo era muito difícil na favela, não havia água encanada e a energia elétrica era controlada por um ou outro morador. As mulheres faziam filas às margens do rio Tietê para lavar as roupas e o odor, vindo dos lixos e da podridão pela falta de saneamento básico, era sempre mencionado no diário. Ciampa (2005, p. 127) nos ajuda à compreensão do sujeito como ator criativo da própria história, libertando-se das identidades que lhe são pressupostas. Q. D oferece essa perspectiva ao apontar criticamente o modelo de sociedade ainda atual, marcada pelo capitalismo e pela divisão de classes, um sistema desigual e de exploração onde “somos por vezes barrados na possibilidade de concretizar nossa humanidade”.

A autora afirmava, com veemência, que o país deveria ser governado por pessoas que já tivessem experimentado a fome, a face mais cruel da vida, para ela, de todo o resto que envolvia sua condição de pobre e favelada e o motivo de desejar, por vezes, a própria morte: “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças.” (JESUS, 2005, p.26).

Há em Carolina uma atitude essencialmente reflexiva diante da própria existência que através de um entrelaçamento dos desejos, pretensões e normas estabelecidas, constituem um projeto de vida único. Assim, a oposição ou resistência aos modos de vida potencialmente desumanizadores são os principais indicadores desse processo, que tem como meta a ser alcançada um projeto de luta pela dignidade da vida humana que dá, segundo Ciampa (1999), o sentido ético às identidades, traduzido por uma incansável busca pela emancipação.

O povo, segundo Carolina, não tolera a fome e é preciso ter conhecido a mesma para saber descrevê-la. Carolina conhecia muito bem a fome e lidava com a ameaça eminente da mesma todos os dias. Ficava sempre muito nervosa quando o papel era pouco, ou em dias do fim de semana, pois sabia da dificuldade de conseguir material para trocar por dinheiro e comer. Apesar de afirmar, em certo momento no diário, que na favela não havia solidariedade, isso parecia não se aplicar a todos, de forma geral,

pois, sempre, ela mesma sedia produtos alimentícios e de higiene aos vizinhos ou ela mesma era socorrida, algumas vezes, por esses mesmos, com sabão, gordura ou feijão.

Carolina refletia sobre quem governava o país e afirmava que jamais se trataria de sujeito pobre, sem dinheiro algum, que houvesse experimentado as agruras que vivia diariamente para alimentar a si e os filhos. Alguém que conhecesse, pela experiência fatídica, o que era a fome, a dor e aflição do pobre: “De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursais nos lares dos operários.” (JESUS, 2005, p.36).

Em mais de uma vez, Carolina conta de visitas feitas por políticos a favela da Canindé. Dizia que os mesmos só apareciam por ali quando precisavam angariar votos para se elegerem. Depois, de passada eleição e com o posto de político alcançado, todos desapareciam dali. Só se via ou ouvia falar dos mesmos em pedaços de jornais ou pela boca de terceiros, fora dali: “Os vizinhos ricos de alvenaria dizem que somos protegidos pelos políticos. É engano. Os políticos só aparece aqui no quarto de despejo, nas épocas eleitorais.” (JESUS, 2005, p.41).

Q. D. traz, em alguns momentos, vozes que opinam, criticam, reclamam das mazelas daqueles que sofriam em consequência da má condução da política brasileira. Segundo Souza (2012, 141), em 1958, ela falava, sobretudo, do prefeito de São Paulo, Ademar de Barros, e do Presidente da República, Juscelino Kubistchek. A imagem do governo é representada por Carolina pela do cachorro que morde o próprio rabo, uma metáfora da política nacional, sempre às voltas com a questão social e com dificuldades sérias de seguir em diante com os projetos. Para Ciampa (2005) o engajamento consciente num projeto político pode ser impedido quando a metamorfose se cristaliza em seu aspecto representacional, ou seja, é a identidade-mesmice do processo. A mesmice promove a tipificação dos indivíduos e estes passam a definir suas existências em função dos parâmetros convencionais da identidade. Carolina é impedida de se apresentar de forma diferente daquilo que é socialmente atribuída e acaba presa a uma representação pressuposta.

De qualquer forma, Carolina não parece ter se rendido ao Estado ou às instituições, mostrando-se, sempre, como uma pessoa que afrontava a marginalidade e a negligência política: “O pão atual fez uma dupla com o coração dos políticos. Duro, diante do clamor publico.” (JESUS, 2005, p.47). Dizer que um indivíduo ou um grupo tem uma identidade é dizer que este se apresenta, ou seja, age se representando frente aos outros, e a imagem de sua representação é reconhecida de uma determinada forma

por eles. Se um grupo ou indivíduo re-apresenta a identidade no presente como idêntica ao que foi ontem, esta identidade adquire um caráter atemporal e fixo (CIAMPA, 2005, p. 163). Porém, os papéis sociais não podem ser tratados como realidade absoluta, pois, considerando-se a identidade como metamorfose, o ser humano é sempre capaz de ultrapassar limites, sendo estes os pontos de partida para desenvolver sua potência e a liberdade de ser si mesmo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carolina é uma figura ímpar na literatura brasileira e *Quarto de Despejo* merece destaque por desnudar uma série de problemas oriundos da miséria e do descaso público com os mais pobres, aqueles que viviam às margens da sociedade, em situação de abandono, enquanto o país e a própria unidade da federação se vangloriavam por viver um salto modernizador e desenvolvimentista na década de 50. Sua luta diária era travada contra a fome e o preconceito, que assolavam não somente a ela e seus filhos, mas a todos da Canindé. Mulher de fibra e coragem, que saía às ruas de São Paulo para catar lixo e alimentar a família.

Sua identidade se constrói nas tramas do cotidiano, que descreve nas folhas de cadernos, nas relações com os vizinhos de infortúnio e nas andanças pela Cidade Jardim e outros espaços da grande metrópole. A identidade é, portanto, compreendida como metamorfose e nunca como algo cristalizado, acabado. Assim, Carolina encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal, uma história de vida, no emaranhado das relações sócio-culturais e, logo, também uma identidade coletiva.

A metamorfose humana é uma progressiva e infindável concretização histórica do vir-a-ser humano, que se dá sempre como superação das limitações das condições objetivas existentes em determinadas épocas e sociedades (CIAMPA, 2012), e também de condições subjetivas. É desta forma, no enfrentamento e na superação das dificuldades, que Carolina pode nascer e renascer para a vida. A partir da compreensão do processo de metamorfose enquanto construção das personagens pode-se vislumbrar a questão da emancipação como resultado das mudanças e transformações do eu.

Como sujeito sócio-cultural e histórico fala de si, e revela a identidade coletiva do grupo ao qual estava inserida. Assume diferentes personagens: é mãe, mulher negra, favelada, contestadora política e escritora, poeta. Por meio de sua escritura estetiza sua vida, seus confrontos e enfrentamentos, recria seu cotidiano e do grupo em uma vida por escrito. Escrever, aliás, é condição única para os momentos de paz, o que a faz suportar o dito inferno da favela e buscar transcendê-lo. Escrevendo ela fantasia, e recria para si uma realidade diferente, uma casa de alvenaria com cômodos e belos jardins, sem os odores do *Quarto de Despejo*, sem as tensões e os conflitos dali, sem as vizinhas faladeiras, invejosas, homens bêbados e as violências físicas e simbólicas. Sua escritura narra, tece e trama seus dramas diários, ganhando caráter de resistência e denúncia. Um



modo pelo qual Carolina não apenas elabora, mas vive seus infortúnios, fazendo transbordar seu silêncio de humilhação e condição social em uma escrita de contestação.

Através da revisão literária foi possível neste trabalho atingir o objetivo colocado inicialmente de analisar a construção identitária de Carolina. O uso deste arcabouço teórico permitiu um limiar daquilo que era pretendido em contribuição ao tema da identidade, como também uma clareza do que pode ser questionado sobre a vida e obra de Carolina e suas identidades plurais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juraci Armando Mariano. **Sobre a anamorfose**: identidade e emancipação na velhice. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2005.

ANDRADE, Letícia Pereira. História e ficção no cerne de Quarto de Despejo. **Rascunhos Culturais**, Coxim-Ms, v.2, n. 4, p. 107-123, 2008.

ARANHA, Simone da Silva. Sobre Carolina Maria de Jesus, o Quarto de Despejo e a Casa de Alvenaria. **Cadernos do IFCH**, Campinas, n. 31, p. 1-10, 2004.

AZEREDO, Sandra. Resenha do livro Muito bem, Carolina! Biografia de Carolina Maria de Jesus. **Mental**, Barbacena, ano VI - n. 11, p. 167-175, jul.-dez. 2008.

BARTHES, Roland. **O grau zero da escritura**. São Paulo: Cultrix, 1974.

\_\_\_\_\_. O rumor da língua. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas III**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARZ, Lilian Moritz (org) **História da vida privada** v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 411-438.

BORGES, Valdeci Rezende . A nova história e a história cultural. In: SANTOS, REGMA MARIA DOS. (Org.). **História e Linguagens**: literatura, música, oralidade, cinema. Uberlândia: Aspectus, 2003. p. 21-40.

BORGES, Valdeci Rezende; **Imaginário Familiar**: História da família, do cotidiano e da vida privada na obra de Machado de Assis. Uberlândia: Aspectus, 2007.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, ano 1, n. 3, p.94-109, jun/2010.

BORGES FILHO, Oziris. **Espaço e Literatura**: introdução a topoanálise. Franca; S.P; Ribeirão Gráfica e Editora, 2007.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. 5 ed., São Paulo: Editora da USP, 2011.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Cultura da Rebeldia**. 2 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

CARRIJO, Fabiana Rodrigues. Nas fissuras dos Cadernos encardidos: O bordado testemunhal de Carolina Maria de Jesus. **Opsis**, Catalão, v.11, n.1, p 142-156, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. São Paulo: Ed. Papirus, 2011.

CHARTIER, Roger. Debate: Literatura e História. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 197-216, 1999.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In: LANE, Silvia T. M. [et. al.] **Psicologia Social o homem em movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999. p. 58-78.

\_\_\_\_\_. Políticas de Identidade e Identidades Políticas. In: DUNKER, C. I. L. ; PASSOS, M. C. (orgs). **Uma Psicologia que se interroga**: ensaios. São Paulo: Edicon, 2002.

\_\_\_\_\_. **A estória do Severino e a história da Severina**. Um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

\_\_\_\_\_. Entrevista sobre identidade do Psicopedagogo [online]. Dez. 2006, vol.14, no.11. Disponível em: [http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141569542006000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141569542006000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 23 out. 2014.

DANTAS, Audálio. Apresentação. In: JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2004. p. 3-5.

ESTHER, Ângelo Brigato. Síntese da identidade na perspectiva da psicologia social crítica. **Discussão**. São Paulo: PUC- SP, São Paulo, 2014.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora USP, 2002.

FERREIRA, João Sette Whitaker. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. SIMPÓSIO INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO. **Anais...** Bauru: UNESP, 2005. p. 1-20.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Microfísica: cartografias do Desejo**. 10 ed., Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

GEERTZ, Clifford, 1926- **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GONÇALVES, Ana Beatriz Rodrigues; NASCIMENTO, Denise Aparecida. Favela, espaço e sujeito: Uma relação conflituosa. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v.15, n.2, p. 51-62, jul./dez. 2011.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, Rio de Janeiro, 2011.

HELLER, Agnes. Estrutura e Dinâmica da Vida Cotidiana e Sobre os Preconceitos. In: \_\_\_\_\_. **O Quotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 38- 52.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo - Diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2005.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_\_\_\_. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. p. 423-483.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Trad. De Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2008.

LIMA, Aluísio Ferreira de. Para a reconstrução dos conceitos de massa e identidade. **Revista Psicologia para a América Latina**, São Paulo, n. 12, março 2008. Disponível em: <<http://www.psicolatina.org/12/conceitos.html>>. Acesso em 24 jul. 2014.

MATOS, Maria Izilda S. de. Corpo - Âncora de Emoções: Trajetórias, desafios e perspectivas. **Opsis**, Catalão, v. 7, n° 8, p. 11-32, jan-jun 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert, M. **Cinderela Negra**: a saga de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: Experiência marginal e construção estética**. 2013. f.155. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literatura de língua portuguesa da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2013.

MONTEIRO, Marcelo. **Pequeno Dicionário das Favelas**. Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.favelatemmemoria.com.br](http://www.favelatemmemoria.com.br)>. Acesso em: 22 out. 2013.

MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: SCHWARTZ, Moritz Lilia (org.) **História da Vida privada** v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 63-70.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura Brasileira**: utopia e massificação (1950- 1980). São Paulo: Contexto, 2006.

NORA, Pierre. Entre história e memória; a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo: EDUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1995.

NUNES, José Horta. Introdução In:\_\_\_\_\_ (org.) **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. ?

PACE, Ana Amélia Barros Coelho. **Lendo e escrevendo sobre o pacto autobiográfico de Philippe Lejeune.** 2012. f. 168. Dissertação ( Mestrado em Língua e Literatura Francesa) - Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2012

PAULINO-PEREIRA, Fernando César; "**Memória se faz na História**": um estudo da identidade de metodistas militantes sociais orientados pela Teologia da Libertação. 2006. f. 185. Tese (Doutoramento em Psicologia Social) - Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2006.

PERES, Elena Pájaro. **Exuberância e Invisibilidade:** Populações moventes e cultura em São Paulo de 42 ao início dos anos 70. 2006. \_\_\_ 243f. Tese ( Doutoramento em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, p. inicial e final , 1992.

QUERIDO, Fábio Mascaro. Utopias revolucionárias à brasileira. **Revista Lutas Sociais,** São Paulo, UNESP, n. 25/26, p.290-293, jul./dez 2010 e jan./ jun. 2011.

RIDENTE, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro:** artistas da revolução do CPC á era da TV. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Carolina Maria de Jesus:** uma escritora improvável. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

SANTOS, Marcela Ernesto dos. Autobiografia feminina: a identidade e o preconceito nas memórias de Carolina Maria de Jesus e Maya Angelou. **Revista Iluminart,** Sertãozinho, IFSP, v.1, n. 4, p.24-32, 2010.

SANTOS, Márcia Pereira. História e Memória: desafios de uma relação teórica. **Opsis,** Catalão, v.7, n° 9, p. 81-97, jul./ dez. 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 9 ed. Petrópolis, Rj: Editora Vozes, 2009.

SOUZA, Ana Maria Melo e. **Ritual, Identidade e Metamorfose: Representações do Kunumi Pepy entre os índios Kaiowá da aldeia Panambizinho.** 2009. 134f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Dourados-MS, 2009.

SOUZA, Caroline Cristiane; PAULINO-PEREIRA, Fernando César; SOARES, Sandra Regina. Educação e Ressignificação em processos identitários e o conflito com a lei na adolescência. **Revista Travessias: pesquisas em Educação, Cultura, Linguagem e Arte**, v. 1, p. 13, 2007.

SOUZA, Germana Henriques Pereira. **Carolina Maria de Jesus: o estranho diário da escritora vira lata.** Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, MS, v.1, n°6- ano 4, nov. 2007.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Favelas em São Paulo - censos, consensos e contra-sensos. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, n.5, p. 9-27, 2007.

TOLEDO, Cristiane Vieira Soares. Carolina Maria de Jesus: a escrita de si. **Lêtronica**, Porto Alegre, n. 1, v. 3, p. 247-57, julho-2010.

TOLEDO, Cristiane Vieira Soares. **O estudo da escrita de Si nos diários de Carolina Maria de Jesus: A célebre desconhecida da literatura brasileira.** 2011. 193f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) - Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, Porto Alegre, 2011.